

**UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL –
MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Mariéli Helfer Gehring

**PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA GESTÃO ECONÔMICA E
FINANCEIRA DE PROPRIEDADES RURAIS DE AGRICULTURA FAMILIAR**

**Santa Cruz do Sul
2025**

Mariéli Helfer Gehring

**PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA GESTÃO ECONÔMICA E
FINANCEIRA EM PROPRIEDADES DE AGRICULTURA FAMILIAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em Organizações, Mercado e Desenvolvimento, Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Batista Bandeira da Fontoura

Santa Cruz do Sul

2025

Mariéli Helfer Gehring

**PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA GESTÃO ECONÔMICA E
FINANCEIRA EM PROPRIEDADES DE AGRICULTURA FAMILIAR**

Esta dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado; Área de Concentração em Desenvolvimento Regional; Linha de Pesquisa em Organizações, Mercado e Desenvolvimento, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Dr. Fernando Batista Bandeira da Fontoura
Professor orientador - UNISC

Dra. Cidonea Machado Deponti
Professora examinadora - UNISC

Dra. Euselia Paveglio Vieira
Professora examinadora - UNIJUÍ

Santa Cruz do Sul

2025

AGRADECIMENTOS

Chegar ao final dessa caminhada é o resultado de uma jornada marcada por aprendizados, desafios e a contribuições de muitas pessoas que, de diversas formas, apoiaram e inspiraram a realização desta pesquisa.

Agradeço a Deus pela saúde, força e sabedoria concedidas ao longo desse caminho.

Agradeço aos meus Pais, Natalia e Luiz Roberto, pelo exemplo de seres humanos que são, pessoas maravilhosas, que estiveram ao meu lado em todos os momentos, oferecendo amor incondicional, apoio constante, atenção, palavras de incentivo e compreensão, como sempre fizeram ao longo da minha vida.

Agradeço ao Rodrigo, meu companheiro, que esteve ao meu lado nessa etapa importante, sempre de forma acolhedora, amorosa e atenciosa. Obrigada por compartilharmos diariamente nossas vivências.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Fernando Batista Bandeira da Fontoura, por sua dedicação, paciência e inestimável orientação, sempre me incentivando a superar limites e sempre buscar o melhor. Suas contribuições foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa, agradeço pela parceria que cultivamos.

Agradeço aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, que enriqueceram minha trajetória acadêmica com conhecimentos e trocas valiosas, que me proporcionaram novos olhares para a vida.

Agradeço a Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC por possibilitar oportunidades de desenvolvimento e excelentes ambientes de estudos para que essa pesquisa fosse realizada.

Por fim, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo apoio financeiro e oportunidade de estudos.

A todos, meu mais sincero e profundo agradecimento.

RESUMO

A pesquisa aborda a gestão econômica e financeira de propriedades rurais sob a percepção das mulheres vinculadas à Comissão de Mulheres Rurais do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Santa Cruz do Sul/RS. O objetivo geral é analisar a percepção das mulheres sobre sua participação na gestão econômica e financeira. O público-alvo da pesquisa foi composto por mulheres participantes da Comissão de Mulheres do Sindicato, residentes em Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol e Herveiras, municípios que compõem a base territorial do sindicato. A dissertação está estruturada em capítulos que abordam o contexto de gênero no ambiente rural, a gestão de propriedades rurais a partir da abordagem territorial, a gestão econômica e financeira na agricultura familiar e os controles gerenciais. A metodologia utilizada foi a fenomenologia e foram realizadas 18 entrevistas aprofundadas. A utilização do Arco de Maguerez permitiu a análise profunda das vivências das mulheres na gestão de suas propriedades. Os resultados apontaram que as mulheres reconhecem sua contribuição ativa na gestão e tomada de decisões dentro do núcleo familiar, elas frequentemente enfrentam a sobrecarga de tarefas, tanto domésticas quanto produtivas. As práticas de gestão econômica e financeira, embora presentes, são realizadas de maneira informal e intuitiva, sem a devida padronização ou uso de controles adequados, como o fluxo de caixa e demonstrações financeiras e também a dificuldade de separação econômica e financeira das atividades produtivas realizadas em relação as contas pessoais da família. A pesquisa também destaca a necessidade de desenvolvimento das práticas de gestão, assim como a importância de proporcionar espaços de formação e acesso a ferramentas técnicas que possam melhorar a gestão e a divisão do trabalho. Em relação as limitações, destaca-se a restrição ao grupo específico de mulheres da Comissão de Mulheres, sugerem que há um campo amplo para futuros estudos que explorem os desafios enfrentados por produtores e produtoras rurais na padronização de dados e na tomada de decisões mais informadas.

Palavras-chave: Gestão econômica e financeira de propriedades rurais. Mulheres na gestão rural. Práticas de gestão econômica e financeira. Desenvolvimento Regional.

ABSTRACT

The The research addresses the economic and financial management of rural properties from the perspective of women associated with the Women's Committee of the Rural Workers and Family Farmers' Union of Santa Cruz do Sul/RS. The general objective was to investigate women's perceptions of their participation in economic and financial management. To achieve this, the specific objectives included: describing these women's management practices, verifying their participation in management, studying actions related to decision-making, and analyzing how women perceive themselves in management processes. The target audience of the research consisted of women who are members of the Women's Committee of the Union, residing in Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol, and Herveiras—municipalities that form the union's territorial base. The dissertation is structured into chapters that address the gender context in the rural environment, rural property management from a territorial approach, economic and financial management in family farming, and managerial controls in rural properties. The methodology used was phenomenology, and 18 in-depth interviews were conducted with participants. The use of Maguerez's Arch allowed for an in-depth analysis of women's experiences in managing their properties. The results indicated that although women recognize their active contribution to management and decision-making within the family unit, they often face an overload of tasks, both domestic and productive. Economic and financial management practices in rural properties, while present, are conducted informally and intuitively, lacking standardization or the use of appropriate controls such as cash flow management and financial statements. Additionally, there is difficulty in separating the economic and financial aspects of productive activities from the family's personal finances. The research also highlights the need to develop economic and financial management practices in rural properties, as well as the importance of providing training spaces and access to technical tools that can improve management and labor division. Regarding the study's limitations, which are restricted to the specific group of women in the Women's Committee, the findings suggest a broad field for future studies that explore the challenges faced by rural producers in standardizing data and making more informed decisions.

Keywords: Economic and financial management of rural properties. Women in rural management. Economic and financial management practices. Regional Development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Perfil dos produtores rurais no Brasil.....	16
Figura 02 – Idade dos produtores rurais no Rio Grande do Sul.....	17
Figura 03 – Linha do tempo de conquistas importantes das mulheres no Brasil.....	20
Figura 04: Cultura Permanente X Cultura Temporária.....	40
Figura 05 – Controles e demonstrações contábeis mais utilizadas em propriedades rurais.....	48
Figura 06 – Arco de Maguerez.....	57
Figura 07 – Localização dos municípios do Vale do Rio Pardo e do Sindicato Dos Trabalhadores Agricultores Familiares.....	59
Figura 08 – Encontro da Comissão de Mulheres Rurais.....	62
Figura 09 – Etapa 02 do Arco de Maguerez: pontos-chave.....	65
Figura 10 – Registro do encontro da Comissão de Mulheres Rurais.....	67
Figura 11 – Município e residência das participantes da pesquisa.....	70
Figura 12 – Perfil socioeconômico.....	71
Figura 13 - Propriedades Rurais e Rendimento Mensal.....	72
Figura 14 – Produção de Culturas e Criação de Animais para Consumo Próprio.....	75
Figura 15 – Gestão nas propriedades rurais.....	77
Figura 16 – Autoanálise das mulheres.....	85
Figura 17 - Registro fotográfico da pesquisa – APÊNDICE B.....	101

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Principais Princípios Contábeis Aplicados a Gestão Rural.....	37
Quadro 02 – DRE da propriedade rural.....	43
Quadro 03 - Exemplos de ativos biológicos, produto agrícola e produtos resultantes do processamento depois da colheita.....	46
Quadro 04 – Exemplo de Balanço Patrimonial para pequenas propriedades rurais.....	50
Quadro 05 – Metodologia da pesquisa.....	56
Quadro 06 – Etapa 01 do Arco de Maguerez: observação da realidade.....	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DRE - Demonstração do Resultado do Exercício

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OECD - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONU - Organização das Nações Unidas

RS – Rio Grande do Sul

SCS - Santa Cruz do Sul

STR – Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares

UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 GÊNERO NO CONTEXTO RURAL E NA GESTÃO.....	15
3 A GESTÃO DE PROPRIEDADES RURAIS A PARTIR DA ABORDAGEM TERRITORIAL.....	25
4 GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA NA AGRICULTURA FAMILIAR.....	33
5 CONTROLES GERENCIAIS EM PROPRIEDADES RURAIS.....	42
6 METODOLOGIA.....	54
6.1 Descrição dos resultados	58
6.2 Comissão de Mulheres do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares	59
7 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	63
7.1 Perfil socioeconômico das mulheres.....	70
7.2 Gestão econômico-financeira da propriedade rural e tomada de decisão.....	76
7.3 Percepção das mulheres sobre a gestão econômico-financeira da propriedade rural	78
7.4 Percepção das mulheres sobre a tomada de decisão.....	82
7.5 Autoanálise das mulheres no processo de gestão e tomada de decisão.....	84
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
REFERÊNCIAS.....	92
ANEXOS.....	99
APÊNDICES.....	99

1 INTRODUÇÃO

A agricultura é conhecida como uma prática econômica que consiste no uso do solo para o cultivo de vegetais, a fim de garantir a subsistência alimentar do ser humano, bem como produzir matérias-primas que são transformadas em produtos secundários em outros campos da atividade econômica. Trata-se de uma das formas principais de transformação do espaço geográfico, é uma das mais antigas práticas realizadas na história (ABRAMOVAY, 2002).

O meio rural não é apenas um espaço de produção, mas sim um cenário de multifuncionalidades e pluriatividades, além das relações sociais existentes. É a partir desse reconhecimento que se pode presenciar a ampliação na discussão sobre a importância da agricultura familiar no país e suas particularidades para gestão empresarial não sendo meramente comparável as características de uma empresa (FONTOURA; DEPONTI; SILVA, 2022).

Entretanto, os agricultores¹ familiares podem ser notados como gestores, que tomam decisões, e para isso precisam se qualificar, com trocas de conhecimento, competências e habilidades. Os mercados trazem exigências referente a padrões, em busca de qualidade e inovação para os produtos, o que passa a ser um desafio trabalhar nesse ambiente de incertezas, onde devem ser tomadas decisões (BINOTTO; NAKAYAMA; SIQUEIRA, 2013). Neste âmbito, a gestão das propriedades rurais, visa otimizar os resultados alcançados pelo agricultor familiar no exercício de suas atividades e facilita o processo de tomada de decisão.

As mulheres rurais, assim como em outros ambientes ao longo do tempo ganham força no meio em que vivem, ao mesmo momento que enfrentam desafios, como a desvalorização dos trabalhos. Segundo Silva e Schneider (2010), a maioria dos estudos referentes às mulheres rurais reforça seu papel dentro das propriedades, com enfoque na condição de trabalhadoras não remuneradas e pouco valorizadas. Há poucos estudos sobre as alterações nas relações de poder e nos papéis sociais que afetam homens e mulheres, jovens e adultos no meio rural (SILVA; SCHNEIDER, 2010).

¹ Conforme Art. 3º da Lei Nº. 11.326, de 24 de julho de 2006, para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011) IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

A população brasileira é composta por 51,8% de mulheres e 48,2% de homens. E em relação a faixa etária até 24 anos, há uma quantidade menor de mulheres do que de homens, sendo respectivamente 17,2% e 17,8%. Nos demais grupos de faixa etária, ou seja, idades superiores a 25 anos, a quantidade de mulheres sempre foi maior do que a de homens, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, IBGE (2022).

A partir do Censo Agropecuário de 2017, averiguou-se que o número de mulheres que dirigem propriedades rurais no Brasil alcançou quase 1 milhão. O IBGE identificou 947 mil mulheres responsáveis pela gestão, de um total de 5,07 milhões. A maioria está localizada na região Nordeste 538 mil (57%), seguida pelo Sudeste 136 mil (14%), Norte 112 mil (12%), Sul 104 mil (11%) e Centro Oeste, que concentra apenas 57 mil 6% do universo de mulheres responsáveis por propriedades rurais (IBGE, 2017).

Com o desenvolvimento da agricultura familiar, a mulher está cada vez mais buscando um espaço efetivo, embora a realidade esteja longe do ideal (SILVA; SCHNEIDER, 2010). Na agricultura familiar ao longo do seu desenvolvimento, observa-se que o homem assume um papel de destaque, ao mesmo tempo que, a mulher, desenvolve atividades importantes no meio rural. Ela é vista como responsável pelas atividades domésticas e nas atividades da produção, independente do quando executa nessas atividades, e ainda é vista simplesmente como auxiliar do homem (SILVA; SCHNEIDER, 2010).

Historicamente os compromissos que as mulheres assumem são de posições desiguais segundo Hirata (2015). As construções de gênero na história se expressam pela divisão sexual do trabalho (SAFFIOTI, 1992), pois, no Brasil, os estudos sobre mulheres inclinam-se para a questão do seu lugar dentro da produção e focam na condição de trabalhadoras com baixa valorização. Outros aspectos relevantes nesses estudos trazem situações de desigualdades das mulheres, mas, ficam espaços abertos referentes ao que pode ser feito em relação às alternativas e situações opostas para essas desigualdades (SILVA; SCHNEIDER, 2010).

Apesar de existir incentivos e mudanças na sociedade no que se refere às conquistas das mulheres, ainda é possível encontrar espaços onde existe a distinção dos papéis pelo gênero (SCHNEIDER; GODOY; WEDIG; VARGAS, 2020). Assim, torna-se de suma importância repensar meios e alternativas para assegurar a participação efetiva da mulher na gestão da propriedade rural.

A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em 2014 publicou o importante texto denominado Pactos para Igualdade: rumo a um futuro sustentável, no qual aborda questões relacionadas à igualdade de gênero e igualdade social. O texto apresenta a

importância de estabelecer acordos e compromissos afim de superar desigualdades históricas e alcançar o desenvolvimento sustentável (CEPAL, 2014). Destaca ainda a necessidade de diminuir as disparidades socioeconômicas e de gênero nas regiões, onde abrange os grupos que são historicamente marginalizados, como por exemplo, as mulheres, sendo estes fatores estruturantes para o Desenvolvimento Regional (CEPAL, 2014).

Nesse contexto a Organização das Nações Unidas (ONU), estabeleceu os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como parte da Agenda 2030, um plano de ação global adotado por todos os seus 193 Estados-membros em setembro de 2015. Esses objetivos visam abordar uma série de desafios socioeconômicos e ambientais e criar um mundo mais sustentável e inclusivo até o ano de 2030. O ODS 5 é especificamente dedicado à igualdade de gênero e tem como objetivo alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Busca garantir que as mulheres possam participar com igualdade dos processos decisórios em todos os níveis, o que inclui cargos de liderança econômica e política. Além de outras questões, busca pela valorização do trabalho não remunerado realizado principalmente por mulheres em casa, que muitas vezes é um trabalho invisível, e que esse trabalho seja reconhecido e redistribuído de maneira mais equitativa (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2023).

O ODS 2, tem o objetivo de acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição, e promover a agricultura sustentável. Adotar práticas agrícolas sustentáveis, como o manejo responsável dos recursos naturais, o apoio à agricultura de subsistência e a promoção de técnicas agrícolas inovadoras e eficientes. Dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2023).

Para Fontoura, Tenório e Allebrandt (2023, p. 356) “O Desenvolvimento Regional tem se alicerçado no estudo de novas possibilidades multidimensionais para se pensar a gestão dos territórios partindo da visão da conhecida tríade: econômico, social e ambiental”. Nas ciências sociais aplicadas o papel da agricultura familiar no Desenvolvimento Regional e o protagonismo das mulheres na gestão econômica e financeira de propriedades rurais de agricultura familiar é um assunto que precisa ser explorado. Devido a isso, a pesquisa realizada analisou a percepção das mulheres em relação a sua participação na gestão econômico-financeira em propriedades rurais de agricultura familiar.

As mulheres que participaram da pesquisa, compõe a Comissão de Mulheres do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares (STR), que fica localizado no município de Santa Cruz do Sul/RS. O Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares tem extensão de base nos municípios de Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol e Herveiras, ou seja, as mulheres que participam da comissão residem nestes quatro municípios.

A Comissão de Mulheres do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares realiza encontros de dois em dois meses conforme a disponibilidade de agenda. Nesses encontros são discutidos diversos assuntos como saúde da mulher, empoderamento, organizam excursões para conhecerem novos lugares, participam de movimentos sociais como, por exemplo, a Marcha das Margaridas que ocorreu em Brasília em 2023, além das trocas de informações e de conhecimentos. Elas trocam as mais diversas informações, assim compartilhando seu conhecimento com as demais mulheres. Quando retornam para seus municípios após os encontros, elas compartilham essas informações com os demais grupos de mulheres da sua localidade. Pode-se verificar que a partir dessas trocas elas fortalecem os laços de amizade e recebem de “braços abertos” novas integrantes que desejam participar da comissão.

É neste contexto, que surgiu a seguinte pergunta-problema: qual é a percepção das mulheres vinculadas a Comissão de Mulheres Rurais do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Santa Cruz do Sul/RS sobre sua participação na gestão econômica e financeira das propriedades? Para responder à pergunta-problema foram propostos os objetivos específicos e o geral. Os objetivos determinam os aspectos que foram analisados a partir do problema de pesquisa. Os objetivos específicos são: descrever as práticas de gestão econômica e financeira que compõem a rotina das mulheres rurais; verificar a participação das mulheres na gestão econômica e financeira da propriedade rural; estudar as ações relacionadas a tomada de decisão; analisar como as mulheres se percebem dentro dos processos de gestão.

Ao pensar a contabilidade na gestão das propriedades rurais, percebe-se a importância dessa ciência nesse processo. Para Fontoura, Silva e Deponti (2022) no Brasil, a contabilidade agropecuária é uma ferramenta ainda pouco utilizada pelos agricultores que julgam de difícil uso na sua rotina. E ressaltam que muitos agricultores consideram que a contabilidade tem como principal função as obrigações fiscais.

Quanto a metodologia utilizada na pesquisa, foi através da fenomenologia, quando se refere a percepção das mulheres rurais, os eventos que as pessoas experimentam e as vivências que elas têm são fenômenos internos que ocorrem dentro de sua consciência (HUSSERL, 2001). No que tange aos procedimentos de coleta de dados, foi utilizado a observação direta e a entrevista semiestruturada. Analisou-se a rotina das mulheres pesquisadas, no que se refere a

gestão econômica e financeira das propriedades rurais, a partir de suas percepções sobre a participação nesse processo e suas vivências.

Esta dissertação está dividida em sete capítulos sendo que o primeiro deles consiste nesta introdução ora apresentada. No segundo capítulo são abordadas as relações de gênero no contexto rural e na gestão, apresenta-se uma breve discussão dos autores do termo gênero, fatos históricos, divisão sexual do trabalho e alguns dados do Censo Agropecuário (2017) para conhecimento do perfil do produtor rural. No terceiro capítulo aborda-se a gestão das propriedades rurais a partir da abordagem territorial, demonstrando o debate dos autores sobre o território, a interação das relações entre propriedades rurais e o território em que estão inseridas. No quarto capítulo apresenta-se a gestão econômica e financeira na agricultura familiar, como a contabilidade pode ser uma ferramenta no processo de tomada de decisão e na administração que permite aos agricultores familiares melhorarem seus resultados. No quinto capítulo aborda-se os controles gerenciais que podem ser realizados em propriedades rurais. A metodologia, desde a forma de coleta, coleta e análise dos dados estão apresentados no sexto capítulo. Por fim, aborda-se as considerações finais desta pesquisa, os achados e principais contribuições, bem como sugestão de futuros estudos.

2 GÊNERO NO CONTEXTO RURAL E NA GESTÃO

A agricultura familiar corresponde à uma forma de organização da produção em que propriedade e trabalho estão diretamente ligados à família, a qual é a proprietária dos meios de produção e também quem realiza o trabalho. Na economia rural familiar, culturalmente a mulher sempre foi vista de forma diferente, várias vezes sendo destinada para atividades associadas à manutenção e cuidados com o autoconsumo da família (SILVA; SCHNEIDER, 2010). Como, por exemplo o quintal da casa sendo uma extensão da cozinha, território pertencente a mulher para cultivar temperos, medicamento naturais, legumes e verduras. As atividades de trato com animais de grande porte e com a roça são direcionadas aos homens, entretanto essa realidade passa por mudanças no meio rural (BRITO; AUGUSTO; PINHEIRO; MACHADO, 2020).

Na gestão da propriedade rural, muitas vezes, os homens são vistos como os principais membros ativos desse segmento. Mas com mudanças que ocorrem na sociedade, as mulheres desempenham vários papéis e tarefas nas organizações internas, realizam o controle administrativo e a tomada de decisão, o que significa que elas estão envolvidas nas atividades de gerenciamento (SAFFIOTI, 1992; SCOTT, 2008; SILVA; SCHNEIDER, 2010).

Segundo Schneider, Godoy, Wedig e Vargas (2020) na faixa etária dos 16 a 25 anos, há um maior êxodo dos jovens, principalmente das mulheres. Relatam “os agricultores que as filhas saem de casa para estudar, trabalhar e/ou morar na cidade, ficando apenas alguns filhos homens” (SCHNEIDER; GODOY; WEDIG; VARGAS, 2020 p. 5). Afirmam que poucos jovens ficam na propriedade, pois se sentem atraídos por cursos e formações sem nenhuma ligação com a agropecuária, voltados para o trabalho na cidade.

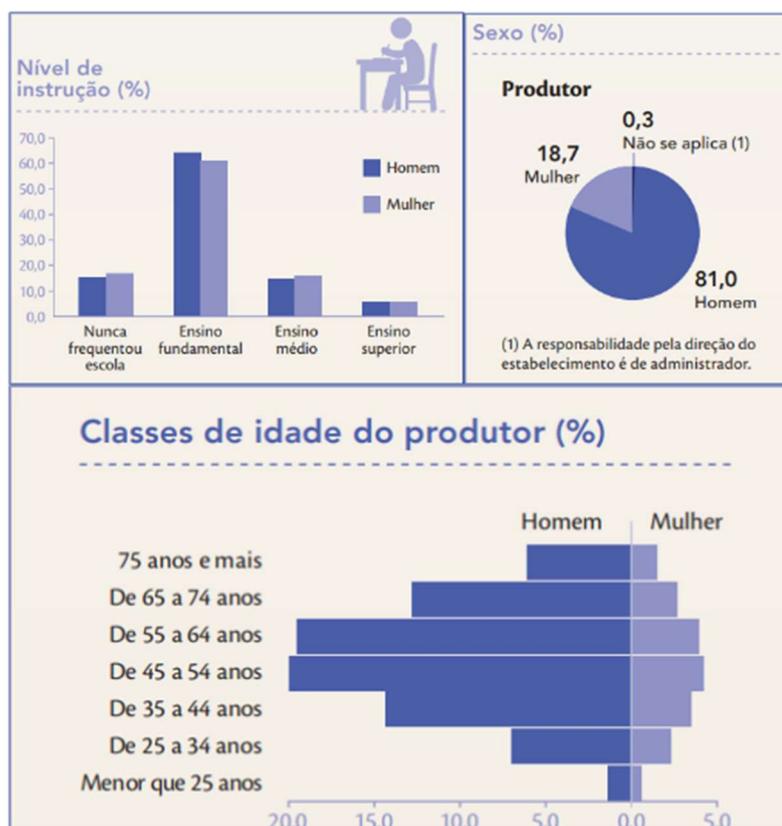
O Censo Agropecuário (2017) possibilita conhecer o perfil do produtor rural, fornece informações para que se analise a direção que a igualdade de gênero apresenta-se ao nível nacional. Observa-se a figura 01, perfil do produtor no Brasil, 77,4% dos homens sabem ler e escrever, e 75,2% das mulheres sabem ler e escrever, são 22,6% e 24,8% dos homens e mulheres respectivamente que não sabem ler e escrever. No Brasil, 81% dos estabelecimentos rurais é administrado por homens e somente 18,7% administrado por mulheres.

Em relação as mulheres que tem em torno de 40 a 65 anos, nas décadas em que estavam em idade escolar, as políticas públicas para educação rural eram incipientes ou insuficientes (FAVARETO, 2014). Escolas em áreas rurais eram escassas, pouco equipadas e de difícil acesso. Era comum que as crianças rurais abandonassem a escola para ajudar nas atividades

agrícolas ou nos afazeres domésticos, especialmente as meninas, que enfrentavam maiores pressões sociais para priorizar responsabilidades familiares (FAVARETO, 2014; CALDART, 2009). As meninas eram muitas vezes desencorajadas a estudar, sendo esperado que desempenhassem papéis tradicionais, como cuidar dos irmãos menores.

Famílias de áreas rurais frequentemente priorizavam a subsistência e o trabalho agrícola em vez da educação formal. As condições econômicas limitadas dificultavam a compra de materiais escolares, transporte e até mesmo a continuidade nos estudos. A localização das escolas em áreas rurais era (e em muitos casos ainda é) distante das residências, e a falta de transporte dificultava o acesso (FAVARETO, 2014; CALDART, 2009). Até a década de 1990, políticas públicas voltadas para a educação no campo eram fragmentadas e pouco efetivas.

Figura 01 - Perfil dos produtores rurais no Brasil

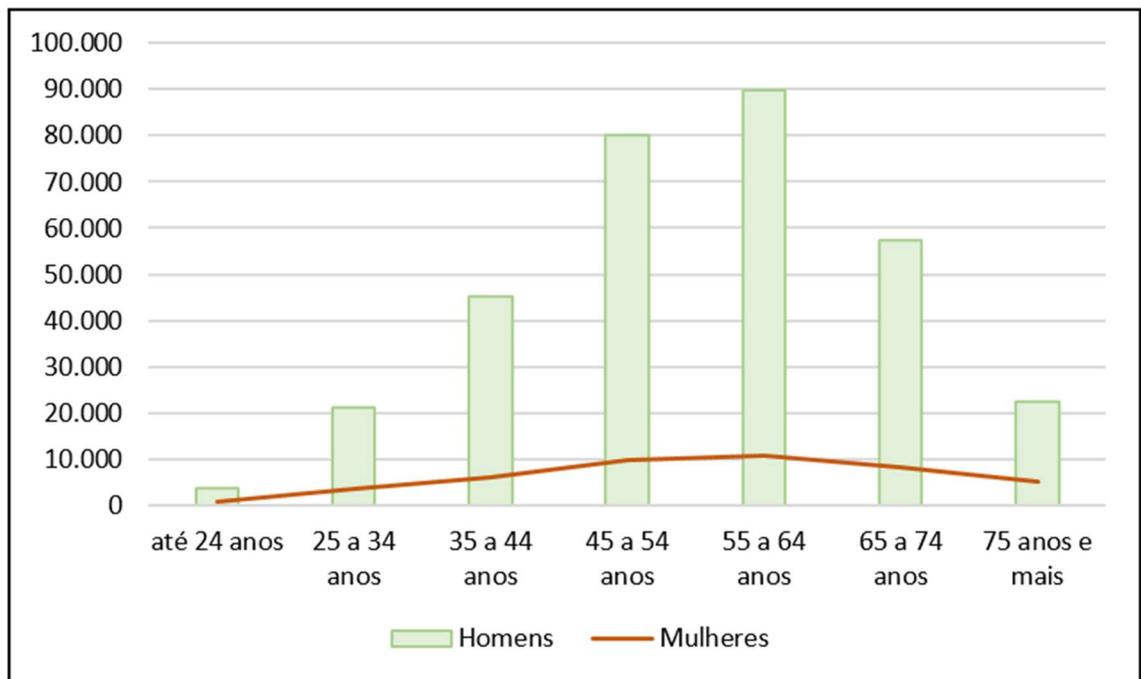


Fonte: Censo Agropecuário (2017)

No estado do Rio Grande do Sul dos 363.624 mil produtores, somente 12,09% são mulheres, se comparado ao nível do país (observe a figura 01) 18,70% são mulheres. No Sul, o índice de mulheres nas propriedades rurais é de 10% a 15%. O maior índice nos estados da Bahia e Pernambuco de 25% a 30% (IBGE, 2017). Mesmo nos melhores índices o total de homens chega a 70% em relação as mulheres. Em relação a sua idade a maioria dos homens

e mulheres possui em torno de 55 a 64 anos no Rio Grande do Sul e o maior índice a nível do Brasil é de 45 anos a 54 anos. O número de jovens é o menor apresentado, seja a nível do Rio Grande do Sul ou do Brasil.

Figura 02 – Idade dos produtores rurais no Rio Grande do Sul.



Fonte: adaptado de Censo Agropecuário (2017)

A continuidade da propriedade rural, pensada em perpassar ao longo de várias gerações, é um dos fatores que influenciam a reprodução social no contexto da agricultura familiar. Segundo Spanevello (2008) os fatores como a aproximação entre o urbano e o rural, a modernização na agricultura familiar e as dinâmicas internas dentro do grupo familiar, alguns efeitos desses fatores como individualização do trabalho, sobreposição de valores individuais e diferenciação socioeconômica dos agricultores, afeta as perspectivas de continuidade. Como resultado a migrações, especialmente de jovens, devido à falta de perspectivas dos filhos em seguir na atividade rural, gerando assim um impacto negativo na sucessão familiar (SPANVELLO, 2008).

Para Brumer e Anjos (2012) as estratégias de reprodução social no meio rural e da agricultura estão ligadas a masculinização e o êxodo de mulheres jovens, pois essas estratégias se articulam na sucessão, formação educacional e profissional das filhas (os) e a migração desse lugar para outras regiões urbanas ou rurais.

No que tange a resistência e lutas das mulheres na história, vem consolidando-se a igualdade de direitos e ampliando-se diariamente, o movimento pela igualdade de gênero na vida das mulheres, novos espaços são conquistados. A trajetória das mulheres demonstra que as lutas pela eliminação de barreiras que lhes impedem de se desenvolver como pessoas também fazem parte. Além de lutas pela igualdade legal e contra as restrições dos seus direitos. As construções de gênero se expressam na divisão sexual do trabalho e são constituídas na prática social (SAFFIOTI, 1992). As relações de gênero e de geração definem a divisão de trabalho nas famílias rurais e, a partir desta, as relações de poder (SCOTT, 2008). Diante dessa afirmação, torna-se importante destacar que o conceito de identidade sexual é diferente do conceito de gênero. Enquanto a identidade sexual se refere às características físicas e biológicas do indivíduo, a identidade de gênero se refere à construção social do que é ser feminino e masculino (SCOTT, 2008).

As mulheres têm construído alternativas para superar o histórico preconceituoso que a coloca em situação desfavorável em relação a figura masculina (SAFFIOTI, 1992; SCOTT, 2008; SILVA; SCHNEIDER, 2010). Na gestão das propriedades rurais, as mulheres desempenham múltiplas funções e tarefas na organização interna, realizam controles administrativos e tomam decisões, isso significa que participam das atividades de gerenciamento (RODIGHERI; GRZYBOVSKI; SILVA, 2023; SILVA; SCHNEIDER, 2010).

As mulheres administram aproximadamente 30 milhões de hectares de terras no Brasil, o que representa apenas 8,5% da área total ocupada pelos estabelecimentos rurais no país. De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2017, as mulheres são proprietárias de apenas 19% desses estabelecimentos, enquanto os homens detêm 81%. Entre as propriedades administradas por mulheres, 50% das atividades econômicas estão vinculadas à pecuária e à criação de outros animais, 32% à produção de lavouras temporárias e 11% à produção de lavouras permanentes.

Além disso, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), as mulheres dedicam, em média, 21,4 horas semanais aos cuidados com pessoas e às tarefas domésticas, enquanto os homens destinam 11 horas semanais a essas atividades, resultando em uma diferença de 10,4 horas a mais para as mulheres. No que se refere ao mercado de trabalho, a taxa de ocupação das mulheres entre 25 e 49 anos que vivem com crianças de até três anos de idade foi de 54,6%, significativamente inferior à dos homens na mesma condição, que atingiu 89,2%. Esses dados evidenciam a sobrecarga de trabalho das mulheres, que conciliam a administração rural com responsabilidades domésticas e familiares, refletindo desigualdades estruturais de gênero no meio rural.

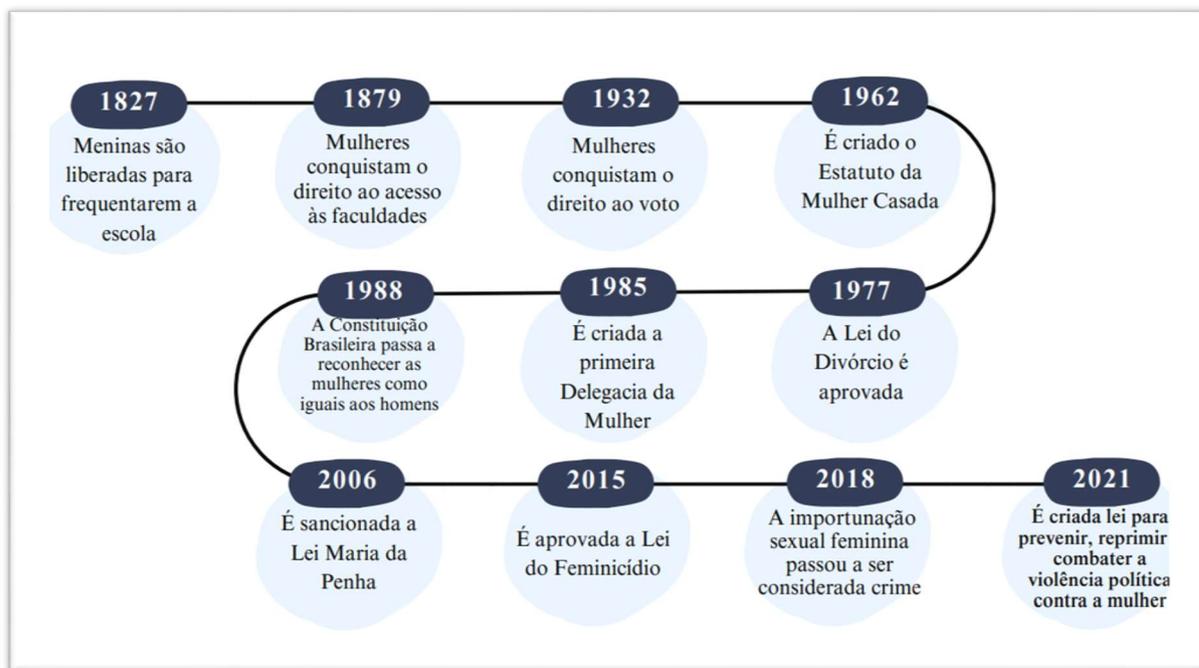
Em lares sem crianças nesse grupo etário, o nível de ocupação foi de 67,2% para as mulheres e 83,4% para os homens. As mulheres pretas ou pardas com crianças de até 3 anos de idade no domicílio apresentaram os menores níveis de ocupação: 49,7% (IBGE, 2019).

Para Elisabeth Maria Cardoso da ONG Articulação Nacional de Agroecologia (CARDOSO, 2014, p. 01) “no campo, a agricultura, que é a atividade produtiva, se confunde com a doméstica. E a mulher não é reconhecida pelo trabalho produtivo, é como se não fizesse nada. Ao se ausentar, a mulher deve conseguir adiantar as obrigações do lar ou ter quem a substitua”. As mulheres rurais constantemente realizam a maior parte do trabalho domésticos, o que inclui a limpeza da casa, a preparação das refeições, o cuidado com crianças, idosos e enfermos, sem obterem um retorno financeiro ou reconhecimento adequado por fazer essas atividades.

As relações de trabalho ganharam novos significados e complexidades a partir da inserção feminina no espaço organizacional. Existe um incentivo e mudança na sociedade no que se refere às conquistas femininas, mas ainda é possível encontrar espaços onde existe a distinção de gênero (SCHNEIDER; GODOY; WEDIG; VARGAS, 2020). No transcorrer da história, observa-se que as mulheres conquistaram alguns direitos, ocorreram mudanças em seu modo de pensar e agir, em parte deixaram de ser submissas aos homens para tentar ficar em condição de igualdade com ele.

As lutas das mulheres por igualdade de gênero na sociedade é data de séculos atrás. A começar pelas bruxas perseguidas na idade média, até as mulheres que foram às ruas protestar para conquistar o direito de votar. A partir disso, é necessário trazer alguns períodos importantes da humanidade das conquistas de mulheres que acompanharam o passar dos anos. Para ilustrar a trajetória das conquistas das mulheres até os dias atuais, buscou-se marcos importantes na garantia de direitos para mulheres no Brasil até os dias de hoje, observe a figura 03, que demonstra a linha do tempo.

Figura 03 – Linha do tempo de conquistas importantes das mulheres no Brasil



Fonte: Elaborado pela autora a partir de Saffioti (2015); OECD (2019); BRASIL (1988).

Conforme observa-se na figura 03, somente em 1827 as meninas são liberadas para frequentarem as aulas, em muitas sociedades antigas, o acesso à educação formal era designado aos meninos. No entanto, as meninas eram frequentemente direcionadas as atividades domésticas e ao cuidado com a família, recebiam educação em casa, focada em aprimorar suas habilidades com as atividades domésticas e a preparação para o casamento (OECD, 2019). Conforme a Lei nº 13.104/2015 (BRASIL, 2015), observa-se que somente em 2015 é aprovada a lei do feminicídio, visando combater e punir de forma mais específica os crimes de homicídio cometidos contra mulheres devido a sua condição de gênero. Ela reconhece que, em muitos casos, mulheres são mortas simplesmente por serem mulheres.

A partir do ano de 2006 o Fórum Econômico Mundial divulga o índice sintético *Global Gender Gap Index* no seu relatório sobre as desigualdades de gênero. Esse índice tem como objetivo classificar os países a partir das diferenças de gênero, o Brasil no ano de 2023 encontra-se em 57º posição no ranking (WORLD ECONOMIC FORUM, 2023). Ressalta-se a importância de repensar meios e alternativas para pensar nas condições de vida das mulheres. A autonomia das mulheres é importante para combater a desigualdade de gênero, tornando-as

capazes de tomar decisões e agir de forma independente, com base nos seus valores, interesses e com base na sua própria vontade.

Neste sentido, entender as mulheres a partir das suas percepções sobre o tema da gestão econômica e financeira e sua participação nesse processo colabora para entender como ocorrem as relações de gênero e suas construções nas formas de organização e de gestão. Em 2019 as mulheres receberam salários menores, correspondente a 77,7% do rendimento dos homens. O rendimento mensal dos homens era de R\$2.555,00 e o das mulheres era de R\$1.985,00, uma diferença de 22,3%. Em relação as pessoas nos grupos ocupacionais com maiores rendimentos, a desigualdade é maior, ou seja, em cargos de Diretores e gerentes e Profissionais das ciências e intelectuais, as mulheres receberam, respectivamente, 61,9% e 63,6% do rendimento ao comparar ao dos homens (IBGE, 2019).

Quando as mulheres têm o poder de tomar decisões sobre suas vidas, elas conseguem ter mais oportunidades de igualdade em diversos aspectos, como educação, trabalho e participação na tomada de decisão. Para Lencioni (1999) o meio social e físico está em conexão, o espaço é vivido e também é percebido de forma diferente de indivíduo a indivíduo. No que se refere sobre o processo de tomada de decisão é preciso pensar sobre a participação efetiva da mulher na gestão da propriedade rural.

Além da gestão econômico-financeira, analisa-se os pontos importantes diante da mulher em relação a gestão. As mulheres vêm em busca de seu reconhecimento e espaço, na busca pela igualdade de gênero.

O desenvolvimento da agricultura no Período Neolítico fomentou a “troca de mulheres” intertribal, não apenas como um meio de evitar os incessantes conflitos travados pelas alianças de consolidação do casamento, mas também porque umas sociedades com mais mulheres poderiam produzir mais filhos. Ao contrário das necessidades econômicas e das sociedades de caçadores-coletores, agricultores poderiam usar o trabalho de crianças para aumentar a produção e acumular excedentes. “Homens como grupo” tinham direitos sobre as mulheres e as “mulheres como grupo” não tinham os direitos sobre os homens, que se tornaram um recurso adquirido por homens tanto quanto as terras adquiridas por eles (Lerner, 2019, p. 365).

De acordo com Scott (1995), o termo gênero fez sua primeira aparição no movimento feminista norte americano, em que defendia que as diferenças baseadas no sexo biológico eram construções sociais. Sendo que, os debates acerca desse assunto se estenderam por todo o século XX. No Brasil, a partir da declaração da ONU em 1975, aonde os esforços estiveram voltados para a questão da igualdade das mulheres em relação aos homens, surgem os primeiros grupos feministas que lutam pela igualdade das mulheres, pela anistia e pela abertura democrática.

Destaca-se que, no século XX, o país passou por transformações profundas no âmbito demográfico, cultural e social, influenciando dessa forma diretamente no trabalho feminino, como a queda de fecundidade; redução no tamanho da família; envelhecimento da população brasileira, com maior expectativa de vida para as mulheres e aumento do número de famílias chefiadas por mulheres. Essas transformações demográficas aliadas às mudanças nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher alteraram a identidade feminina, cada vez mais voltada ao trabalho produtivo (BRUSHINI; PUPPIN, 2004).

Todos esses fatores explicam não apenas o crescimento da atividade feminina, mas também as transformações no perfil da força de trabalho da mulher. Gomes (2005, p. 3) explica que “na antiguidade, a atribuição das tarefas domésticas exclusivamente as mulheres começou a solidificar-se como um aspecto decorrente da natureza do sexo feminino e como base para a rígida divisão do trabalho entre homens e mulheres”.

Nota-se a necessidade de definir o que é gênero, uma vez que alguns autores confundem gênero com mulher, como um sinônimo. Para Scott (1995), é uma causa perdida as pessoas que lutam para codificar o sentido que as palavras têm, assim como as ideias pretendem significar algo e por traz disso há uma história. Por isso a necessidade entender a complexidade do conceito de gênero. Saffioti (2015) define gênero como uma construção social e não pelo simples fato de biológico. O conceito de gênero para Scott (1995) é uma forma de explicar as relações sociais que ocorrem entre os sexos. Gênero não é apenas uma descrição de características femininas ou masculinas, mas característica que permite analisar como as identidades de gênero são socialmente construídas e sua contribuição nas dinâmicas de poder (SCOTT, 1995).

Para Marques (2014), algumas categorias são construções sociais e não apenas divisões naturais do mundo.

É muitas vezes aceite que certas categorias, tipicamente as de gênero, raça, orientação sexual ou doença mental, são construções sociais e não divisões naturais no mundo. A distinção entre categorias naturais e categorias sociais, como pretende ser a distinção entre o sexo e o gênero, tem servido no âmbito da crítica e ciência social para advogar a abolição de certas normas sociais, e para a implementação de políticas mais equitativas. Contudo, há aspectos centrais do construtivismo que são pouco claros. O que é que se nega ao rejeitar que as categorias construídas socialmente são naturais? E o que significa dizer que essas categorias são construções sociais? E será de todo verdade que certas categorias, como o gênero, são sociais e não naturais? (MARQUES, 2014, p. 549)”.

Para Maihofer (2016) a construção social do gênero é seguida do risco de um estreitamento teórico que teria como objeto de análise somente os processos de construção social e, com estes, a comprovação acerca de onde e de como os gêneros vêm sendo construídos socialmente. A teoria social sobre gênero destaca que as “regras” de gênero são aprendidas

através da sociedade e a interação entre a cultura que o indivíduo está inserido. Essa concepção desafia o ponto de vista tradicional que associa automaticamente características específicas a homens e mulheres com base em diferenças biológicas. Entretanto, sugere que as características e comportamentos que a sociedade considera "femininos" ou "masculinos" são socialmente construídos e podem mudar conforme as mesmas se transformam culturalmente (SAFFIOTI, 2015; SCOTT, 2008).

Saffioti (2015), aponta que gera confusão em relação aos conceitos: igualdade, diferença, desigualdade e identidade.

Habitualmente, à diferença contrapõe-se a igualdade. Considera-se, aqui, errônea esta concepção. O par da diferença é a identidade. Já a igualdade, conceito de ordem política, faz par com a desigualdade. As identidades, como também as diferenças, são bem-vindas. Numa sociedade multicultural, nem deveria ser de outra forma (SAFFIOTI, 2015, p.39).

As particularidades existem entre pessoas do campo e da cidade, entre o meio rural e o urbano decorrente principalmente sobre a influência das relações sociais nesses meios. As relações entre o campo e a cidade são discutidas ao longo da história, possuem diferenças além das geográficas, mas também diferenças sociais, econômicas e culturais.

As transformações nas esferas ambiental, social, cultural, e econômica e política da atualidade manifestam-se de maneira intrínseca nas discussões sobre o desenvolvimento rural e urbano, o que resulta em dinâmicas que interligam o campo e a cidade. A partir disso considera-se o campo e a cidade como espaços de experiências diversas, porém que se complementam pela diversidade que cada um oferece.

Ressalta-se a importância dessas relações entre o campo e a cidade, o meio rural e o urbano, mas, neste subcapítulo pretende-se discutir sobre o papel das mulheres no meio rural, aprofundando-se assim nesse assunto. Para Schwartz (2016) as mulheres são agentes que influenciam nas relações e na formação da ruralidade. A participação das mulheres na gestão é essencial para estabelecer a igualdade de gênero dentro de uma organização e, assim, contribuir para a igualdade na sociedade. Mas, há muitos obstáculos que precisam enfrentar para chegar em um cargo de liderança (SAFFIOTI, 2015). As mulheres têm capacidade técnica e comportamental para lidar bem com as demandas de um cargo de liderança. As competências que formam o perfil de liderança das mulheres são essenciais para o momento dinâmico pelo qual os mercados de trabalho está passando, principalmente influenciado pela transformação digital.

Compreende-se a importância da agricultura familiar, o quanto o processo de gestão é relevante para seu desenvolvimento e a participação das mulheres nesse processo, buscando

por espaço e igualdade. Entende-se a relevância desses atores sociais no seu meio e suas interações para o desenvolvimento regional. É nesse contexto que a pesquisa visa contribuir nessa temática, pois, analisou o processo de gestão econômico-financeira de propriedades rurais e a percepção das mulheres em relação a sua participação na gestão econômica e financeira das propriedades rurais localizadas nos municípios Vale do Sol, Herveiras, Sinimbu e Santa Cruz do Sul, que estão localizados no estado do Rio Grande do Sul e fazem parte da base de extensão do sindicato.

3 A GESTÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS A PARTIR DA ABORDAGEM TERRITORIAL

O território é um conceito socialmente construído, resultante das interações e relações entre os indivíduos e seus meios de vida (SANTOS, 1997; FLORES, 2006). Sua definição envolve uma multiplicidade de noções e perspectivas que podem ser observadas de diferentes formas, implicando em resultados diversos. Diferentemente de um endereço ou de uma mera denominação, o território não é estático; embora esses aspectos façam parte de sua composição, ele é definido pelas vivências, significados e relações que constroem identidades individuais e coletivas. Nesse sentido, o território é moldado por relações sociais e processos políticos, econômicos e culturais. No caso desta pesquisa, ele é representado pela percepção e pelas vivências das mulheres comprovadas

No início, o termo “território” estava relacionado à ciência natural sendo um delimitador do espaço para espécies da fauna e da flora. Depois outras áreas passam a usar o conceito, como a geografia e a sociologia, entre outras áreas (FLORES, 2006). O conceito de território é diferente do conceito de espaço. Milton Santos analisa não só o espaço geográfico, mas a sua concepção sobre a sociedade. As diversas identidades, são construídas por grupos sociais diferentes em vários momentos históricos (SANTOS, 1997).

“O conceito de território incorpora o jogo de poder entre os atores que atuam num espaço. Como resultado desse jogo de poder, se define uma identidade relacionada a limites geográficos ou ao espaço determinado” (FLORES, 2006, p.4). O conceito de território é frequentemente discutido na geografia e em outras disciplinas. Neste sentido, o território surge como o resultado da ação social que se apropria de um espaço de forma física ou simbolicamente, e denominado esse processo de construção social.

O território é socialmente construído, resultado das interações e das relações entre os indivíduos e seus meios de vida. Para Santos (1997), o território é moldado pelas relações sociais, os processos políticos, econômicos e culturais. Além disso, destacava a importância das relações e poder que era estabelecida na organização dos territórios. O poder tinha um papel fundamental na definição das fronteiras, na utilização distribuição dos recursos e das desigualdades dentro do território, Santos (1997). “As desigualdades espaciais manifestam-se nos centros metropolitanos e urbanos, por meio da segregação, e, ainda, nas áreas rurais, articuladas de forma diferenciada aos processos de acumulação vigentes” (CIDADE; VARGAS; JATOBÁ, 2008, p.14).

É importante destacar a existência de diferentes escalas de território, a interconexão dos territórios locais, regionais, nacionais e globais e a forma que estas escalas se influenciam respectivamente, Santos (1997). Entender essa visão em escala, auxilia na compreensão de que as ações e decisões tomadas em um determinado local tem consequências em outras escalas, Santos (1997). Ou seja, uma relação que estabeleça vínculos entre o local e o externo a localidade (regional, nacional ou internacional), fortalece mecanismos de regulamentação flexíveis e ágeis (FLORES, 2006). Para Limonad (2004, p. 55), “a região seria uma resultante da construção histórica desta complexa coerência, construída a partir da dialética articulação (enfrentamento) de distintos processos sociais”, que possuem características específicas e que com isso determinam o espaço social e expressa os diferentes interesses dos agentes e atores envolvidos.

Na perspectiva do desenvolvimento econômico global e na perspectiva regional com o território e das regiões, entender local e regional como sinônimos, é um equívoco, pois são dimensões de escalas geográficas dimensionadas. Ao longo dos anos 1990, a dimensão territorial do desenvolvimento readquire relevância, ao mesmo tempo que há uma banalização e vulgarização da temática. A abordagem territorial na gestão de propriedades rurais busca reconhecer a interdependência entre as propriedades e o território, facilita o desenvolvimento rural de forma integrada, sustentável e participativa em toda sua particularidade e singularidade (FONTOURA; SILVA; DEPONTI, 2022; ETGES; DEGRANDI, 2013; FLORES, 2006). Esse segmento da economia apresenta como uma das particularidades propriamente a gestão econômica e financeira que é objeto de estudo, juntamente com as questões de gênero.

O conceito de ordenamento do território, significa colocar o espaço em ordem. Na ordem dos interesses hegemônicos, fazer com que os espaços dos estados nacionais se tornem receptivos a internacionalização das grandes empresas. Santos (1997) passa a falar em configuração do território e não mais em ordenamentos, pensado em como se configura e como se ordena. Uma visão complementar é a perspectiva do território, que enfatiza os aspectos materiais e inclui um viés político. Para compreender as relações entre mudanças no regime de acumulação e dinâmica territorial e, também, o papel do Estado e das políticas públicas de desenvolvimento na configuração do território brasileiro, é necessário ir além das reflexões conceituais.

“O avanço da racionalidade e da ciência ocidental têm servido de base para um processo de desenvolvimento que se caracteriza por uma crescente produção de mercadorias e por um insaciável uso dos recursos da natureza” (CIDADE; VARGAS; JATOBÁ, 2008, p. 21.) O território é construído socialmente, onde as reações de poder estabelecem um papel importante

na sua formação e organização. O conceito de território evolui ao longo do tempo e recebe influência dos processos sociais, culturais, políticos e econômicos em diferentes escalas, Santos (1997).

A abordagem territorial na gestão de propriedades rurais ressalta a importância das relações entre as propriedades e o território o qual estão inseridas. A gestão deve ser realizada de forma sustentável, não levando apenas em consideração os aspectos econômicos, mas também os aspectos ambientais e sociais com uma visão multidimensional (FONTOURA; SILVA; DEPONTI, 2022; FONTOURA; TENÓRIO; ALLEBRANDT, 2023).

Um dos aspectos particulares é a questão do desenvolvimento desigual, que não se restringe a setores e ramos da economia, mas ocorre também no tempo e entre territórios. “A tendência à diferenciação espacial de níveis e condições de desenvolvimento teria como base histórica a divisão do trabalho na sociedade, que traria implícita a divisão territorial do trabalho” (CIDADE; VARGAS; JATOBÁ, 2008, p. 19). Os processos que se estabelecem no espaço em decorrência da dinâmica da acumulação contribuem para estabelecer uma configuração territorial em contínua mudança. “No caso de processos que se originam na escala mundial e se expandem pelos espaços nacionais, embora caiba evitar rebatimentos mecanicistas, é útil referir-se a tendências relativas à acumulação intensiva e à acumulação flexível e sua expressão espacial” (CIDADE; VARGAS; JATOBÁ, 2008, P. 20).

As dimensões do regime de acumulação, pode-se dizer que são apoiadas pelas fortes pressões na arena política, facilitadas pela disseminação de uma ideologia consumista e também pelo mercado que é altamente excludente. Dadas as diferentes dimensões, destaca a relevância da organização territorial que é pouco comentada. “A tirania da informação e a do dinheiro são apresentadas como os pilares de uma situação em que o progresso técnico é aproveitado por um pequeno número de atores globais em seu benefício exclusivo” (SANTOS, 2003, p.1)

O regime de acumulação flexível transformou o debate sobre o meio ambiente e também dentro do contexto de uma nova divisão internacional do trabalho e as fronteiras dos estados nacionais. Neste contexto, há uma competição intensa entre os industriais, que buscam os locais mais vantajosos para maximizar os lucros, muitas vezes optando por áreas onde a mão de obra é mais em conta (HARVEY, 1992). As indústrias, que costumavam estar concentradas em certos países, agora estão se dispersando pelo mundo, buscando instalar-se em estruturas mais ágeis e eficientes (HARVEY, 1992). Esta flexibilização dos processos no território foi facilitada pelo avanço dos meios de comunicação, que permitem uma coordenação mais eficaz das operações em diferentes partes do globo (HARVEY, 1992). Processos estes que refletem também nas discussões de cadeias longas e cadeias curtas na produção rural.

Na agricultura também ocorreu uma mudança na forma de produção, pois era principalmente voltada para a subsistência, ou seja, produzia alimentos para sustentar a população local através das trocas que ocorreriam. Os agricultores cultivavam uma variedade de culturas para garantir uma dieta diversificada e evitar a dependência de uma única fonte de alimento (FONTOURA; SILVA; DEPONTI, 2022). Nessas propriedades, é comum identificar três tipos de produção que coexistem: produção principal, produção secundária e produção para consumo próprio.

A produção principal é a atividade que gera a maior parte da renda da propriedade (FONTOURA; SILVA; DEPONTI, 2022). Geralmente, é planejada de forma estratégica para atender às demandas dos mercados e os produtos variam conforme as condições climáticas, o solo e a infraestrutura disponível. Podem ser culturas agrícolas comerciais como soja, milho, tabaco, arroz, feijão ou hortaliças específicas. Além das culturas agrícolas pode-se ter a produção animal intensiva ou semi-intensiva, como criação de gado, aves ou suínos. Essa produção é geralmente orientada para a venda e está sujeita a fatores externos, como preços de mercado, sazonalidade e políticas agrícolas.

A produção secundária inclui atividades complementares que ajudam a diversificar a renda da propriedade (FONTOURA; SILVA; DEPONTI, 2022). Embora menos significativa em termos de receita que a produção principal, ela desempenha um papel importante na estabilidade financeira do agricultor, reduzindo a dependência de uma única atividade. As produções podem variar conforme as propriedades, podemos ter como exemplo: produção de mel, ovos, leite ou pequenos animais como coelhos. Cultivo de culturas de menor escala, como frutas, ervas medicinais ou plantas ornamentais, artesanato ou produtos derivados da criação animal, como queijos, geleias e farinhas. Além de complementar a renda, a produção secundária também pode atuar como uma reserva em tempos de dificuldade com a produção principal.

Já a produção para consumo próprio é voltada à subsistência da família que vive na propriedade. Seu objetivo é garantir segurança alimentar e reduzir os custos com a compra de alimentos (FONTOURA; SILVA; DEPONTI, 2022). Pode-se utilizar como exemplo: hortas domésticas, com cultivo de vegetais, legumes e ervas. Criação de pequenos animais, como galinhas e porcos, para produção de carne, ovos e leite. Produção de grãos básicos, como feijão, arroz ou mandioca, dependendo da região. Essa prática é vital para o equilíbrio econômico, já que possibilita o reaproveitamento de recursos locais, como adubos orgânicos e restos de colheita.

A integração entre essas três formas de produção contribui para a resiliência econômica, reduzindo os impactos de flutuações de mercado ou condições climáticas adversas. A produção

para consumo próprio diminui a dependência de insumos externos e aumenta a autonomia alimentar. A diversificação com produção secundária pode abrir novos mercados e criar oportunidades de nicho. Adotar práticas sustentáveis, como o uso eficiente da água e a rotação de culturas, pode maximizar os benefícios dessas produções, garantindo a viabilidade das pequenas propriedades rurais a longo prazo.

Para Toffler (1995), nas sociedades pré-industriais as pessoas produziam seus próprios alimentos, seus utensílios, suas roupas e o que era necessário para sobrevivência. Mas com a industrialização, mudanças ocorreram, e com isso o surgimento de um sistema que depende do capital e do consumo em massa. A industrialização passa a ser um fator predominante do desenvolvimento. Algumas consequências das revoluções industriais foram novas relações de trabalho, consolidação do capitalismo, êxodo rural, urbanização, avanços nas telecomunicações e transportes, aumento da capacidade produtiva e do consumo dessa produção, os impactos ambientais, entre outras.

Dentro de uma organização, a eficiência não é mais baseada no cronômetro como no período industrial, onde Taylor e Ford influenciaram os modos de produção (TENÓRIO, 2011). Mas Tenório (2011) aponta Taylor e Ford como “jurássicos” do pensamento organizacional, e partir disso reflete sobre o pós-fordismo² que faz contraponto com o fordismo. Defende que “é a existência de uma combinação tecnológica oriunda de um e outro paradigma” (TENÓRIO, 2011, p. 167). Neste sentido, Fontoura e Silva (2022, p. 01) discorrem “os controles organizacionais se desenvolveram de acordo com a própria dinâmica econômica, entretanto com carência na análise de fatores que influenciam as decisões de mix de produção, com base em uma visão unidimensional típica da sociedade industrial”.

Os desafios que aconteceram ao passar do tempo, podem ser reproduzidas diferentes respostas pelas teorias do desenvolvimento, conseguindo ser entendido por diferentes dimensões espaciais do desenvolvimento, seja o regional, urbano ou agrário (FAVARETO, 2022). É importante destacar que o conceito de desenvolvimento regional é complexo, pois é preciso entender que é multidimensional, multiescalar e transdisciplinar. Uma visão unidimensional, muito focada no crescimento econômico, muitas vezes não vai resultar em desenvolvimento ao pensar no longo prazo e no bem-estar da sociedade (FONTOURA; TENÓRIO; ALLEBRANDT, 2023).

² O contraponto entre fordismo e pós-fordismo é apresentado como um pensamento dialético e não no sentido de certo ou errado.

Em relação a rigidez da acumulação fordista, houve um rompimento e inicia-se uma fala de qualidade de vida, o indicador de desenvolvimento humano (IDH). Há diversidade e várias direções não somente uma linha única, inúmeras marcas no território mostram como o capitalismo interagiu nos regimes de acumulação; integrar para não entregar (ETGES; DEGRANDI, 2013). A região se funde numa reflexão política de base territorial e com agentes ativos, os quais tem interesses identificados nas comunidades, é uma discussão entre limites de autonomia em face de um poder central. Para Limonad (2004, p.59), “o desenvolvimento regional estaria relacionado ao que designa de coerência regional, formulada historicamente pelos movimentos dos diversos atores, capital, Estado e as diferentes classes sociais em disputa pelo espaço”. Quando ocorre a evasão de um dos atores, há um risco a coerência e pode resultar em um processo de des-re-territorialização. Conduzir a novos arranjos e uma reorganização do espaço social, torna passadas as regionalizações pré-existentes e faz com sejam refletidas novas formas de regionalização (LIMONAD, 2004).

Na segunda metade do século XX, a discussão sobre o desenvolvimento regional no Brasil recebeu atenção especial. Para Etges e Degrandi (2013) a destaque para duas visões do desenvolvimento regional: a que elimina as diferenças regionais (a visão hegemônica) e a forma de enxergar a diversidade regional como potencialidade para o desenvolvimento, com a intensão de promover equidade social. Na primeira visão as regiões são entendidas como derivações de processos gerais e muitas vezes suas características internas e particulares foram colocadas em segundo plano. Na segunda visão as diversificações regionais são vistas como potencialidades, ou seja, a maneira de ver a diversidade regional como um potencial para o desenvolvimento, com o objetivo de promover a equidade social. (ETGES; DEGRANDI, 2013).

A abordagem territorial na gestão de propriedades rurais ressalta a importância das relações entre as propriedades e o território o qual estão inseridas. A gestão das propriedades rurais sob a abordagem territorial envolve a integração das atividades sociais e seus interesses. Deve-se levar em consideração as relações sociais entre as propriedades e seu entorno, neste sentido inclui-se outras propriedades rurais, instituições locais, comunidades, recursos naturais, áreas urbanizadas, entre outros.

O planejamento e a configuração do território auxiliam na promoção da sustentabilidade, no crescimento econômico equilibrado, desenvolvimento social e na conservação de recursos naturais. Há necessidade de “participação dos atores locais no planejamento e gestão do desenvolvimento do território, que exige uma significativa descentralização política, nem

sempre percebida em diferentes países, particularmente entre os não desenvolvidos” (FLORES, 2006, p. 12).

A participação dos atores locais e a governança colaborativa, significa envolver os agricultores, as comunidades, as instituições e todos os demais interessados nas tomadas de decisões e na estratégia de desenvolvimento territorial. A participação e a governança colaborativa contribuem para a construção de consensos, a promoção da equidade e a garantia de que as decisões tomadas considerem os interesses de todos os envolvidos neste processo (CIDADE; VARGAS; JATOBÁ, 2008; ETGES; DEGRANDI, 2013).

A construção de processos baseados na inovação e na cooperação, fortalecem planos estratégicos territoriais, pensados na economia local, a partir de conflitos existente. Para Flores (2006, p. 10) “entende-se que, antes de tudo, é importante a explicitação dos conflitos existentes localmente para que, a seguir, procure-se formas de entendimento, negociadas, em busca da construção de processos de cooperação que sejam significativos para todos os atores”.

A abordagem multidimensional, os desafios e as oportunidades que os agricultores enfrentam além dos aspectos econômicos. Nessa abordagem multidimensional, são consideradas as dimensões sociais, ambientais e culturais, procurando promover o desenvolvimento rural de forma sustentável e integrada. Para isso, deve-se envolver a valorização da cultura local, a preservação do patrimônio natural, a promoção de práticas agrícolas sustentáveis e a melhoria da qualidade de vida onde as propriedades estão inseridas (FONTOURA; TENÓRIO; ALLEBRANDT, 2023).

A abordagem territorial na gestão de propriedades rurais traz a importância da cooperação e das parcerias entre os diferentes atores locais. Pode-se incluir a colaboração entre propriedades rurais vizinhas, a articulação com instituições locais, a criação de redes de colaboração e o estabelecimento de acordos e parcerias para o desenvolvimento conjunto do território. A cooperação e as parcerias contribuem para a troca de conhecimentos, o compartilhamento de recursos, informações e a promoção de iniciativas coletivas que beneficiam o território como um todo (FONTOURA; SILVA; DEPONTI, 2022).

A gestão deve ser realizada de forma sustentável, não levando apenas em consideração os aspectos econômicos, mas também os aspectos ambientais e sociais. Ela pode estar relacionada à implementação de políticas públicas, programas de incentivo, parcerias com outros setores e à promoção de atividades econômicas complementares (FONTOURA; SILVA; DEPONTI, 2022). A abordagem territorial para a gestão econômica e financeira de propriedades rurais ressalta a importância das relações entre as propriedades e o território o qual estão inseridas, sendo um elemento central no planejamento e desenvolvimento rural. Essa

abordagem leva em conta não apenas as características específicas da propriedade, mas também o contexto mais amplo em que está inserida, incluindo aspectos sociais, culturais, ambientais e econômicos da região.

4 GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA NA AGRICULTURA FAMILIAR

O setor agropecuário passou a demandar mercados em nível global, o que proporcionou a produção e comercialização em grande escala, trazendo novos desafios. Possivelmente o principal deles, seja a necessidade de se tornar competitivo, perante as disputas com economias que são bastante desenvolvidas e com uma boa estrutura de produção e administração já estabelecida no meio rural (SANTOS; MARION; SEGATTI, 2002). “Outro fator pouco considerado na gestão das propriedades é a importância da diversificação da propriedade, bem como a consideração da importância das atividades destinadas tanto para comercialização como para o consumo e subsistência da família” (BREITENBACH, 2014 p. 724).

A diversificação da produção pode ser uma alternativa para os agricultores aumentarem sua receita e conseqüentemente há uma melhora na qualidade de vida no campo, o que torna a atividade rural importante para a subsistência da família (FONTOURA; DEPONTI; SILVA; SILVA, 2018). Quanto mais diversificada for a produção, maior é a necessidade de planejamento e complexidade organizacional (FONTOURA; DEPONTI; SILVA; SILVA, 2018). Segundo Fontoura, Silva e Deponti (2022) é importante que seja estabelecido o cultivar principal e os secundários na diversificação para que o processo de análise e controle da atividade rural seja realizado de forma eficiente.

Devido a sua complexidade a gestão é desafiadora, “o crescimento de sua atividade depende do seu envolvimento com o ambiente de negócios e de sua capacidade de tirar o máximo proveito possível dos recursos disponíveis no ambiente em que está inserido” (FONTOURA; SILVA; DEPONTI, 2022, p. 27). A gestão econômica e financeira na agricultura familiar é fundamental para pensar a sustentabilidade e o sucesso a longo prazo. A agricultura familiar é crucial na produção de alimentos, na preservação do meio ambiente e no desenvolvimento rural.

Pelegri e Gazola (2008, p. 155), apresentam o conceito de gestão rural:

[...] processo em que o agricultor administra da melhor forma possível o seu empreendimento, combinando, para isso, os recursos disponíveis como a força de trabalho familiar, os recursos econômicos, os conhecimentos técnicos-produtivos, o capital social, os seus recursos naturais, etc. para obter os melhores resultados e desenvolver de forma sustentável a sua unidade de produção e processamento de alimentos.

Nessa linha de pensamento, é necessário compreender como a contabilidade influencia na gestão. Para Fontoura, Silva e Deponti (2022) muitos autores trazem a comparação entre propriedades rurais e as organizações, essas propriedades de pequeno e médio porte apresentam problemas em relação ao planejamento econômico e financeiro assim como as

empresas. Essa dificuldade que influencia na sobrevivência das propriedades, e ainda apresenta uma série de complexidades em função da não homogeneização dos processos na atividade rural.

Crepaldi (2019) corrobora com essa visão, mencionando que, a contabilidade para a atividade rural deve ser diferenciada, onde o proprietário consiga obter informações mais concretas e desempenho real do agronegócio³. “Tecnologias, novas contribuem para a formação de um círculo virtuoso, no qual quem ganha mais investe mais e pesquisa mais, aumentando a produção e os lucros futuros” (CREPALDI, 2019, p. 55). A normatização das atividades desenvolvidas no meio rural também deve observar o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, CPC 29, ativo biológico e produto agrícola correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 41. Segundo definições do CPC 29 (2009, p.3):

- Atividade agrícola é o gerenciamento da transformação biológica e da colheita de ativos biológicos para venda ou para conversão em produtos agrícolas ou em ativos biológicos adicionais, pela entidade.
- Planta portadora é uma planta viva que: (a) é utilizada na produção ou no fornecimento de produtos agrícolas; (b) é cultivada para produzir frutos por mais de um período; e (c) tem uma probabilidade remota de ser vendida como produto agrícola, exceto para eventual venda como sucata. (Definição incluída pela Revisão CPC 08).
- Produção agrícola é o produto colhido de ativo biológico da entidade.
- Ativo biológico é um animal e/ou uma planta, vivos.
- Transformação biológica compreende o processo de crescimento, degeneração, produção e procriação que causam mudanças qualitativa e quantitativa no ativo biológico.
- Despesa de venda são despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda de ativo, exceto despesas financeiras e tributos sobre o lucro.
- Grupo de ativos biológicos é um conjunto de animais ou plantas vivos semelhantes.
- Colheita é a extração do produto de ativo biológico ou a cessação da vida desse ativo biológico. (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 29, 2009, p. 3).

A gestão econômica e financeira na agricultura familiar requer uma abordagem estratégica e um entendimento profundo das condições locais, do mercado e das práticas agrícolas. A busca constante por conhecimento e a aplicação de boas práticas de gestão são fundamentais para o sucesso desse tipo de empreendimento. Para Crepaldi (2019, p.87):

“A Contabilidade Rural é um dos principais sistemas de controle e informação das empresas rurais. Com base nos registros contábeis e na análise das demonstrações contábeis ou financeiras é possível levantar a real situação financeira da empresa sob a ótica da análise de estrutura, de evolução do negócio, análise de solvência, retorno sobre investimento etc. A informação contábil também pode ser utilizada no planejamento e controle para análise de redução de custos e despesas e para a avaliação da necessidade de captação de recursos de terceiros”.

³ O agronegócio e agricultura familiar são termos diferentes, para o autor Crepaldi a contabilidade está com foco maior no agronegócio.

As organizações rurais que se dedicam principalmente as atividades relacionadas a agricultura podem variar de tamanho e escopo, vai de pequenas propriedades familiares até grandes empresas agrícolas e agroindústrias (CREPALDI, 2019). Nesse sentido as empresas rurais são variadas em relação aos produtos e cultivares que produzem, enfrentando assim desafios que são únicos para elas, como a dependência das condições climáticas, complexidade da gestão e regulamentações específicas do setor, entre outros. De acordo com o Estatuto da Terra, Lei nº 4.504/1964, art. 4º, inciso VI, é definido como "Empresa Rural":

O empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro de condição de rendimento econômico da região em que se situe e que explore área mínima agricultável do imóvel segundo padrões fixados, pública e previamente, pelo Poder Executivo. Para esse fim, equiparam-se às áreas cultivadas, as pastagens, as matas naturais e artificiais e as áreas ocupadas com benfeitorias (BRASIL, 1964).

A legislação brasileira estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais na Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006. A lei inclui a agricultura familiar como atividade econômica e apresenta a informação de que, conforme artigo 3º, para efeitos desta Lei:

“considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:
I.- não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
II.- utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)
IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006)”.

A contabilidade rural colabora no gerenciamento e na adesão de estratégias que permitam melhorar os resultados dos agricultores. Destaca-se como o principal instrumento de apoio à tomada de decisão durante a execução e o controle das operações da empresa rural, sendo fundamental para uma análise mais holística da propriedade em uma visão de desenvolvimento rural (FONTOURA; SILVA; DEPONTI, 2022). Para auxiliar na gestão financeira, podem ser utilizadas as tecnologias. Pois, elas servem para facilitar e organizar as atividades diárias, auxiliando também no levantamento de dados.

Para Deponti (2014) as tecnologias de informação e de comunicação são inclusas, e facilitaram o acesso a informação e ao conhecimento. Mas há diversas barreiras para este acesso, principalmente no meio rural. Algumas delas são a dificuldade de acesso à internet, inexistência de computadores, o desconhecimento dos programas que possam auxiliar, o baixo grau de instrução dos trabalhadores rurais e a falta de prática no funcionamento das tecnologias que dificultam na expansão dessas tecnologias ao meio rural.

Além disso, Frühauf (2014), informa que adotar sistemas de controle muito complexos logo no início da gestão, pode-se criar uma sobrecarga no agricultor, que ainda não está acostumado com estas ferramentas de gestão. Assim, com uma adoção sistemática e devidamente planejada, reduzem-se as chances de criar resistências por parte do agricultor e conseqüentemente o desinteresse pela gestão financeira. Para Breitenbach (2014), os agricultores priorizam o desenvolvimento das atividades urgentes e a gestão financeira não é considerada por eles uma atividade urgente. “Portanto, utilizam o tempo para as atividades laborais da propriedade e pouco tempo para atender as necessidades de gestão” (BREITENBACH, 2014 p. 727).

As demonstrações contábeis são ferramentas primordiais na gestão econômica e financeira de propriedades rurais, fornecendo informações financeiras e econômicas que auxiliam os agricultores familiares na tomada de decisão. Com base nas informações contábeis históricas, os agricultores podem desenvolver orçamentos realistas para os próximos períodos, isso ajudará na alocação adequada dos recursos e nas definições das metas financeiras.

As demonstrações contábeis são essenciais e mostram como uma empresa está economicamente e financeiramente em termos de posições patrimoniais seguindo os princípios contábeis estabelecidos (MARION, 2019). O princípio da entidade garante que os registros contábeis da empresa sejam distintos dos bens pessoais dos donos. A competência exige o reconhecimento das despesas e de receitas no período em que ocorreram sem considerar o momento do pagamento ou recebimento (KAPLAN; NORTON, 1993). O princípio de continuidade prevê que a empresa seguirá operando no futuro afetando como os ativos são avaliados (KAPLAN; NORTON, 1993).

É importante que os registros sejam feitos com cuidado para evitar estimativas exageradas dos ativos ou subavaliações dos passivos segundo a prudência recomendada pela contabilidade financeira moderna (MARION, 2019). Registrar os ativos pelo seu valor original garante que sejam contabilizados aos custos em que foram adquiridos inicialmente. Manter a consistência nos métodos contábeis ao longo do tempo é importante para garantir a comparabilidade das informações (IUDÍCIBUS; MARTINS, 2007). Os princípios são fundamentais para manter a fidedignidade e transparência nas demonstrações contábeis e fornecer confiança necessária para tomadas de decisões. Observa-se o quadro 01, como os princípios contábeis estão relacionados com a gestão rural.

Quadro 01 – Principais Princípios Contábeis Aplicados a Gestão Rural

Princípios Contábeis Aplicados à Gestão Rural	
Entidade	A propriedade rural deve ser tratada como uma entidade separada dos bens pessoais do proprietário.
Continuidade	A contabilidade deve presumir que a propriedade rural continuará operando no futuro.
Registro pelo Valor Original	Os ativos da propriedade (terras, máquinas, animais, estoques) devem ser registrados pelo seu custo original de aquisição.
Competência	As receitas e despesas devem ser reconhecidas no período em que ocorrem, independentemente do pagamento ou recebimento.
Prudência	As avaliações devem serem feitas com cautela para evitar superestimação de ativos e subestimação de passivos.

Fonte: adaptado de Marion (2019); Crepaldi (2019).

Nos princípios contábeis apresentados no quadro 01, destaca-se o princípio da Entidade e o princípio da Competência que são básicos para a elaboração das demonstrações contábeis. O princípio da Entidade estabelece a necessidade de separar as finanças pessoais do proprietário da atividade rural, garantindo uma visão clara e precisa do desempenho econômico da propriedade. No entanto, muitos dos pequenos produtores ainda encontram dificuldades em implementar essa distinção, frequentemente misturando despesas pessoais e operacionais. Essa prática compromete a análise contábil e impede uma tomada de decisão mais precisa e embasada (SOUZA; CARDOSO; PEREIRA, 2020).

Além disso, o princípio da Competência determina que receitas e despesas sejam registradas no período em que ocorrem, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento. Em pequenas propriedades rurais, essa aplicação se torna desafiadora devido à sazonalidade das colheitas e à oscilação dos preços (SOUZA; CARDOSO; PEREIRA, 2020). A imprevisibilidade da renda e dos custos pode dificultar a correta apropriação dos resultados financeiros, impactando o planejamento econômico (SOUZA; CARDOSO; PEREIRA, 2020).

A ausência de conhecimento técnico e a falta de registros contábeis estruturados intensificam esses desafios. Muitos produtores não possuem acesso à capacitação em gestão financeira, o que dificulta a adoção de práticas contábeis adequadas (SOUZA; CARDOSO; PEREIRA, 2020). No entanto, a implementação correta desses princípios é essencial para fortalecer a sustentabilidade do setor, permitindo maior controle das operações e facilitando o acesso a crédito rural e políticas de incentivo governamentais (SOUZA; CARDOSO; PEREIRA, 2020; FONTOURA; SILVA; DEPONTI, 2022).

A disponibilização de técnicas gerenciais apropriadas para a agricultura familiar visa contribuir para a promoção da sustentabilidade econômica desses empreendimentos. De modo

geral, em toda e qualquer atividade agrícola, há riscos constantes. Pode-se entender como risco a possibilidade de ocorrência de alguma adversidade ou perda, na principal função dos administradores, que é tomar decisões, enfrentar ou gerenciar riscos é uma realidade (CREPALDI, 2019).

Na gestão financeira, os custos e o orçamento auxiliam o agricultor na tomada de decisão. Na visão de Marion (2014, p. 17) consideram-se “custo de cultura todos os gastos identificáveis direta ou indiretamente com a cultura (ou produto), como sementes, adubos, mão de obra (direta ou indiretamente), combustível, depreciação de máquinas e equipamentos utilizados na cultura...”. O controle de custos é fundamental na gestão. As demonstrações contábeis detalham os custos operacionais, permitindo que os agricultores identifiquem áreas onde os custos podem ser reduzidos ou otimizados.

Segundo Breitenbach (2014), os métodos de controle de custos, são os que menos recebem atenção por parte dos proprietários, pois são poucos os agricultores que realizam a análise financeira, e aqueles agricultores que realizam, poucos fazem da forma correta. “O agricultor precisa definir que metodologia vai utilizar para a gestão de custos de sua propriedade, por exemplo, se fará uma análise por atividade, conjunta, etc. Para tanto, é necessário buscar o conhecimento para tal ou buscar profissionais que possam realizar” (BREITENBACH, 2014 p. 723). A contabilidade rural auxilia no processo de tomada de decisão e na administração de estratégias que permitem aos agricultores familiares melhorar seus resultados. Percebe-se que as demonstrações contábeis corroboram na gestão econômica e financeira, pois apresentam as mais diversas informações para que os agricultores possam tomar suas decisões com base em informações conscientes.

Então a gestão econômica e financeira nas propriedades rurais é uma ferramenta importante para melhoria do planejamento, ou seja, a análise econômica e simulações de lucratividade, bem como a visão financeira de retornos sobre capitais e gestão do caixa (SILVA; FONTOURA; MELLO; DEPONTI, 2019). Entretanto para uma visão crítica de gestão rural à luz do Desenvolvimento Regional, cabe ressaltar que não se está defendendo que a simples utilização de gestão econômica e financeira e controles gerenciais já garantam uma “boa gestão”, em função das complexidades inclusive dos cultivares e dos ciclos de produção, e, ainda, da particularidade das cadeias produtivas.

O ciclo operacional dos cultivares é utilizado para mensurar o tempo durante o qual a atividade é desenvolvida na propriedade rural, sendo compreendido desde a preparação do solo até a comercialização do produto final (CREPALDI, 2019). Exemplo: uma pequena

propriedade produtora de tabaco⁴, que inicia o plantio em julho de cada ano e termina a entrega da colheita em maio do ano subsequente, e também tem plantação de eucalipto para lenha, sendo que cada cultura tem um ciclo operacional diferente (FONTOURA; SILVA; DEPONTI, 2022).

Nessa alinha, apresenta-se também o conceito de culturas permanentes que são caracterizadas por sua plantação contínua ao solo, permitindo múltiplas colheitas e ciclos produtivos ao longo de seu ciclo de vida. Em contrapartida, as culturas temporárias exigem replantio após cada colheita, apresentando um ciclo de vida relativamente curto. Após a colheita, as culturas temporárias são removidas do solo, possibilitando o início de um novo plantio. Essas distinções são fundamentais no âmbito da contabilidade rural, uma vez que influenciam diretamente o registro contábil e a alocação de custos (CREPALDI, 2019).

Além do ciclo operacional, ressalta-se que é necessário compreender a diferença entre a cultura permanente e a cultura temporária e o tratamento contábil para cada tipo de cultura. Apresenta-se a figura 04 apresenta a cultura permanente e a cultura temporária e o seu tratamento contábil, da utilizando-se da cultura da soja e da cultura da laranja para exemplificação.

⁴ Tabaco é um produto agrícola processado a partir das folhas de plantas do género Nicotiana. Para a Região Sul do Brasil, a cultura é uma das atividades agroindustriais mais significativas. No Rio Grande do Sul, a participação do tabaco representou 11,19% no total das exportações (SINDITABACO, 2019).

Figura 04: Cultura Permanente X Cultura Temporária



Fonte: Elaborado pela autora.

A integração CPC 27– Ativo Imobilizado, CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola e CPC 16 – Estoques é importante para o tratamento contábil das atividades rurais, pois acompanha cada abordagem normativa das diferentes fases do ciclo produtivo das culturas temporárias e permanentes (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2009). Enquanto o CPC 29 regula os ativos biológicos e produtos agrícolas até a colheita, o CPC 27 trata das culturas permanentes maduras como ativo imobilizado (mudas de laranjas), e o CPC 16 orienta como proceder com os estoques após a colheita (fruto da laranja) (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2009; CREPALDI, 2019). Essa abordagem integrada assegura a mensuração e evidenciação adequadas dos ativos agrícolas, refletindo a realidade econômica das operações e contribuindo para confiabilidade (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2009; CREPALDI, 2019).

O CPC 16 trata dos critérios de mensuração, reconhecimento e evidenciação de estoques, definidos como ativos mantidos para venda no curso normal das operações, no processo de produção ou na forma de materiais e suprimentos (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2009). Os produtos agrícolas resultantes de culturas temporárias e permanentes, após a colheita, são transferidos para a categoria de estoques e mensurados principalmente pelo

valor justo menos as despesas de venda, conforme o CPC 29 (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2009).

No caso de culturas temporárias, como grãos ou vegetais, os custos acumulados durante o período de crescimento, como fertilizantes, defensivos e mão de obra, são considerados para fins de mensuração. Já em culturas permanentes, os frutos ou produtos colhidos (como laranjas) são incorporados aos estoques, e os custos adicionais para sua movimentação, como transporte e armazenamento (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2009).

No caso das culturas temporárias, como soja, milho ou trigo, os ativos biológicos (as plantas em crescimento) devem ser mensurados pelo valor justo menos as despesas estimadas de venda, sempre que este valor possa ser mensurado de forma confiável. Após a colheita, esses produtos tornam-se produtos agrícolas e continuam a ser mensurados pelo valor apenas menos os custos de venda até que sejam classificados como estoques, sob o CPC 16 (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2009).

Já para as culturas permanentes, como pomares de laranja, as árvores em crescimento são mensuradas como ativos biológicos no âmbito do CPC 29. Após atingirem a maturidade produtiva, elas podem ser reclassificadas como ativo imobilizado, de acordo com o CPC 27, enquanto os frutos ou produtos colhidos continuam a ser tratados pelo CPC 29 (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2009).

No que tange, principalmente ao CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola há uma relação direta com os controles gerenciais na gestão das propriedades rurais, pois ele estabelece diretrizes contábeis para a mensuração, reconhecimento e divulgação dos ativos biológicos e produtos agrícolas. Sua aplicação possibilita uma gestão mais informada, influenciando diretamente na tomada de decisão, planejamento financeiro e controle patrimonial.

5 CONTROLES GERENCIAIS EM PROPRIEDADES RURAIS

A contabilidade rural é uma área especializada da contabilidade que se dedica ao controle econômico e financeiro das atividades desenvolvidas no meio rural. O objetivo principal da contabilidade rural é fornecer informações que auxiliam os produtores rurais a tomar decisões mais certas, controlando gastos, receitas, despesas e patrimônios envolvidos na produção rural (CREPALDI, 2019; FONTOURA; SILVA; DEPONTI, 2022). A contabilidade rural trabalha com especificidades do meio rural como gestão dos ativos biológicos, ciclo operacional dos cultivares, cultura primária e secundária, autoconsumo, diversificação rural, sazonalidade, riscos associados ao clima, flutuações de mercado, ano agrícola e controles econômicos e financeiros de propriedades rurais (MARION, 2019; CREPALDI, 2019; FONTOURA; SILVA; DEPONTI, 2022; CPC 29; SILVA; FONTOURA; MELLO; DEPONTI, 2019).

Os controles econômicos e financeiros podem favorecer a sustentabilidade, a rentabilidade e a efetividade das operações rurais. Esses controles auxiliam os produtores a tomarem decisões embasadas em informações, a otimizar o uso dos recursos e a planejar o desenvolvimento (FONTOURA; SILVA; DEPONTI, 2022). Ressalte-se a importância de diferenciar o que é a gestão econômica do que é a gestão financeira, a gestão econômica vai apurar o lucro da atividade, sendo o principal indicador de gestão econômica a lucratividade e para apurar a lucratividade usa-se a ferramenta Demonstração de resultado de Exercício (DRE). Através da DRE, é possível lançar todas as receitas de venda, deduzindo os custos e as despesas, apurando assim a lucratividade (MARION, 2019; CREPALDI, 2019). A DRE é mais utilizada de forma mensal, ou seja, para avaliar o desempenho e a performance de um determinado mês, mas também pode ser utilizada por negócio ou por produto, no caso de propriedades rurais para saber a lucratividade de determinada atividade, pode-se realizar a DRE da mesma (observa-se o quadro 02).

Quadro 02 – DRE da propriedade rural

DRE Consolidado Safra 2020/2021	
(=) Receita Operacional Bruta	46.847,36
(+) Total das vendas	46.847,36
(-) Deduções de Venda	-702,71
(-) Funrural	-702,71
(=) Receita Operacional Líquida	46.144,65
(-) Custos dos Produtos Vendidos	-44.193,08
(-) Custos Fixos	-26.154,00
(-) Custos Diretos	-18.039,08
(=) Resultado Operacional Bruto	1.951,57
(+) Outras Receitas	13.125,91
(+) Culturas de Subsistência	13.125,91
(=) Resultado Líquido do Exercício	15.077,48

Fonte: Silva; Fontoura; Mello; Deponti, 2019.

Na primeira linha da DRE apresenta-se a receita operacional bruta é o valor total das vendas sem a dedução dos impostos, o valor é calculado através da somatória de todas as mercadorias vendidas. Em seguida, apresenta-se as deduções de venda, onde a dedução é o Funrural, que é o imposto de contribuição previdenciária, incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural (FONTOURA; SILVA; DEPONTI, 2022).

Após as deduções citadas, obtêm-se a receita operacional líquida, a partir dessa receita deduz-se os custos mensurados para a produção. Os custos fixos são aqueles que não variam diretamente com o volume de produção e devem ser apropriados independentemente da quantidade produzida. Eles são fundamentais para manter a estrutura da propriedade em funcionamento e garantir a continuidade da produção (CREPALDI, 2019). São exemplos de custos fixos: depreciação de máquinas, equipamentos e instalações; energia elétrica, seguros, entre outros.

Já os custos diretos são aqueles ligados diretamente à produção agrícola ou pecuária, variando conforme o volume produzido. Eles podem ser identificados e atribuídos a uma cultura específica ou atividade produtiva (CREPALDI, 2019). São exemplos de custos diretos: insumos agrícolas (sementes e mudas); fertilizantes e corretivos (calcário e adubos); defensivos agrícolas (herbicidas, inseticidas e fungicidas); água e energia para produção; embalagens e transporte.

Após a dedução dos custos fixos e diretos, obtêm-se o resultado operacional bruto, os produtores rurais também produzem culturas de subsistência, as mesmas podem serem somadas como outras receitas, pois são valores que os produtores não precisam desembolsar para compra de suprimentos para sua alimentação, como por exemplo. Após obtêm-se o resultado líquido

do exercício, que representa o lucro ou prejuízo obtido ao longo de um determinado período (MARION, 2019).

Dentro da gestão econômica, também pode-se trabalhar com a gestão de custos, pois a análise dos custos é importante para a mensuração correta do resultado das atividades agrícolas. Marion (2019) destaca que o cálculo dos custos na produção agrícola deve considerar variáveis como insumos (sementes, fertilizantes, defensivos), mão-de-obra e o uso de máquinas e equipamentos. O correto entendimento desses custos é essencial para a gestão econômica e para a determinação do preço de venda dos produtos rurais.

Em relação a gestão financeira, a ferramenta que irá auxiliar os produtores rurais é a demonstração do fluxo de caixa. No meio rural, os ciclos de produção e colheita variam ao longo do ano, ou seja, o fluxo de caixa ajuda a planejar os períodos em que as saídas de caixa (gastos com insumos, mão de obra, manutenção de maquinário) são maiores, preparando o produtor para momentos em que as receitas podem ser menores ou inexistentes. O fluxo de caixa permite que o produtor tenha controle sobre os custos operacionais, ajudando a identificar possíveis excessos ou ineficiências. Isso ajuda a aumentar a rentabilidade, que compara o lucro final com os investimentos realizados, ou seja a capacidade de gerar retorno a partir dos recursos investidos.

Dessa forma, os produtores rurais precisam entender e aplicar a gestão econômica e financeira em suas propriedades, e os benefícios que isto pode trazer, através ampliação dos ganhos financeiros e econômicos. Embora os dois indicadores (rentabilidade e lucratividade) estejam intrinsicamente relacionados, é possível ter uma boa lucratividade e baixa rentabilidade e vice-versa. Entender a diferença entre lucratividade e rentabilidade é importante para conhecer exatamente quais são os resultados. Uma propriedade rural pode ter muito lucro, mas se os investimentos foram imensos, por exemplo, ou da mesma forma que não é ideal ter uma ótima lucratividade se a receita não for relevante. A avaliação correta dessas duas variáveis fornece informações mais precisas, permitindo uma melhor tomada de decisão. Só avaliar a lucratividade ou apenas a rentabilidade pode fazer com que o produtor rural possa ter uma falsa impressão de que a propriedade é bem-sucedida, quando a realidade pode não ser.

Independentemente do contexto, é necessária uma gestão participativa para tornar a atividade rentável e lucrativa. Portanto, é fundamental um acompanhamento contínuo nas pequenas, médias e grandes propriedades para garantir um controle adequado para melhoria da gestão econômica e financeira (CALLADO; CALLADO, 1999). Na literatura internacional, Kaplan e Norton (1993) criticam as práticas tradicionais da contabilidade, argumentando que muitas delas se tornaram irrelevantes para a tomada de decisão nas empresas modernas. A

contabilidade passou a se basear excessivamente em métricas de contabilidade financeira, focando em dados históricos, como balanços e demonstrações de resultados. Isso, levou a uma desconexão entre os relatórios contábeis e as reais necessidades operacionais e estratégicas das empresas (KAPLAN, NORTON; 1993).

Kaplan e Norton (1993) defendem uma abordagem mais dinâmica e informativa para os gestores, para isso a contabilidade deve ir além do controle de custos, fornecendo informações que possam melhorar o desempenho competitivo da organização. A contabilidade nas propriedades rurais tem grande relevância, considerando todas as especificidades do rural como já citadas anteriormente, na promoção da sustentabilidade econômica e operacional, contribuindo para a maximização dos resultados e o desenvolvimento a longo prazo (FONTOURA; SILVA; DEPONTI, 2022).

No setor do agronegócio, onde a produção de plantas e animais é parte central das operações, o Pronunciamento Técnico, CPC 29 traz normas que refletem de forma mais precisa a realidade econômica das empresas rurais. O agronegócio trabalha com ativos biológicos, que são plantas (culturas agrícolas) e animais (pecuária) e o CPC 29 define que esses ativos devem ser reconhecidos quando a entidade controla o ativo e é provável que os benefícios econômicos futuros associados a ele entrem para a empresa rural (CPC 29, 2009). Observe o quadro 03 para verificar alguns exemplos de ativos biológicos.

Em relação ao processo de transformação biológica que envolve a maturação dos ativos biológicos, o CPC 29 (2009) afirma que este é o principal fator que distingue os ativos biológicos dos demais ativos, pois estão sujeitos a mudanças qualitativas (por exemplo amadurecimento) e quantitativas (por exemplo aumento de peso). Para a contabilidade ser usada como instrumento informacional, útil para o usuário, precisa de características que assegurem credibilidade, confiabilidade e relevância. O principal ponto da mensuração contábil é estabelecer uma medida que aproxime, ao máximo, a informação contábil da realidade econômica que se pretende informar (MARION, 2019; CREPALDI, 2019).

Quadro 03 - Exemplos de ativos biológicos, produto agrícola e produtos resultantes do processamento depois da colheita

Ativos biológicos	Produto agrícola	Produtos resultantes do processamento após a colheita
Carneiros	Lã	Fio, tapete
Plantação de árvores para madeira	Árvore cortada	Tora, madeira serrada
Gado de leite	Leite	Queijo
Porcos	Carcaça	Salsicha, presunto
Plantação de algodão	Algodão colhido	Fio de algodão, roupa
Cana-de-açúcar	Cana colhida	Açúcar
Plantação de fumo	Folha colhida	Fumo curado
Arbusto de chá	Folha colhida	Chá
Videira	Uva colhida	Vinho
Árvore frutífera	Fruta colhida	Fruta processada
Palmeira de dendê	Fruta colhida	Óleo de palma
Seringueira	Látex colhido	Produto da borracha

Fonte: CPC 29 (2009).

Os ativos biológicos (exemplos no quadro 3) devem ser mensurados pelo seu valor justo, menos os custos estimados de venda, ou seja, isso significa que o valor de mercado é o principal critério para a avaliação dos ativos (CPC 29, 2009). Essa abordagem busca fornecer uma visão mais realista do valor econômico dos ativos, evitando distorções decorrentes da utilização do custo histórico (CPC 29, 2009). No agronegócio, o valor justo de ativos como gado, plantações e produtos agrícolas (grãos, frutas, etc.) é calculado com base em preços de mercado, refletindo melhor o potencial de rentabilidade da empresa (CPC 29, 2009). As variações no valor justo dos ativos biológicos são reconhecidas diretamente no resultado do período, refletindo de maneira significativa no lucro das empresas rurais, já que o valor dos ativos pode mudar rapidamente devido a fatores como clima, pragas e flutuações de mercado (CPC 29, 2009). Marion (2019), ao abordar a aplicação dos CPCs em pequenas e médias empresas discute o impacto financeiro e a sobrecarga operacional que a exigência de valor justo pode gerar.

No agronegócio e na agricultura familiar onde os ciclos produtivos e os preços são variáveis, essa mensuração acaba refletindo diretamente nos resultados financeiros, reproduzindo melhor o risco e a oportunidade envolvidos (CPC 29, 2009). Iudícibus e Martins (2007, p. 11) acrescentam que “nota-se que a avaliação pelo valor justo não é um procedimento que deva ser aplicado a todos os ativos e passivos. Assim, como critério geral de avaliação, falha por não alcançar uma homogeneidade de classificação”.

O CPC 29 também exige que as empresas rurais do agronegócio forneçam informações detalhadas nas notas explicativas sobre a natureza dos ativos biológicos. Essas informações são

importantes para investidores, credores e outros *stakeholders* que precisam entender melhor os riscos e oportunidades relacionados aos ativos biológicos (CPC 29, 2009).

O CPC 29 não é totalmente adequado para a agricultura familiar, pois há diferenças entre essa atividade rural e o agronegócio empresarial de grande escala. A agricultura familiar tem características próprias, como a menor formalização, limitações de recursos e um foco mais em subsistência ou produção em pequena escala. O CPC 29 exige que os ativos biológicos (plantas e animais) sejam mensurados ao valor justo, o que pode ser um processo complexo e caro para pequenos produtores rurais. Para grandes empresas rurais, a avaliação de ativos com base no mercado é viável, pois elas têm acesso a recursos e informações de mercado.

Iudícibus e Martins (2007) em suas análises contábeis, questionam se a aplicação universal desse princípio, sem considerar as particularidades regionais e setoriais, seria realmente benéfica para a maioria das empresas. Na agricultura familiar, o acesso a informações de mercado para determinar o valor justo é limitado, e os agricultores muitas vezes não têm conhecimento técnico ou acesso a especialistas para fazer essas avaliações (FRÜHAUF, 2014). Além disso, as pequenas propriedades podem não gerar os dados de mercado necessários para essa mensuração.

O CPC 29 foi desenvolvido principalmente para grandes operações comerciais com foco em produção em larga escala e mercantilização de ativos biológicos. As pequenas propriedades familiares muitas vezes não têm estoques significativos de ativos biológicos para serem mensurados conforme os requisitos do CPC 29, tornando a aplicação da norma desnecessária e desproporcional para essa realidade (FRÜHAUF, 2014). O CPC 29 atende às necessidades de grandes empresas que necessitam de relatórios detalhados para atrair investidores, obter financiamentos e manter transparência no mercado. A agricultura familiar, por outro lado, muitas vezes não depende de investidores ou grandes empréstimos bancários. Eles podem acessar linhas de crédito rural específicas, que têm requisitos contábeis menos rigorosos, fazendo com que as normas do CPC 29 não sejam tão relevantes para seu contexto financeiro (BREITENBACH, 2014).

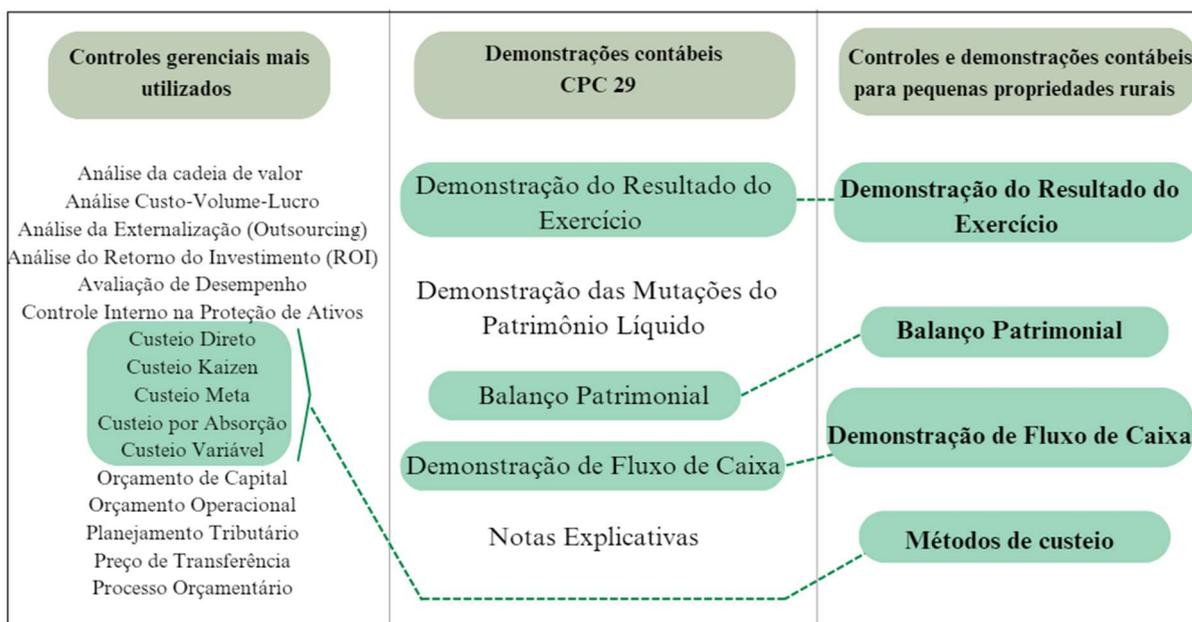
Normas contábeis mais simplificadas, poderiam atender a agricultura familiar, adaptando-as à realidade de pequenos produtores, com foco em sistemas de contabilidade mais acessíveis e que ajudem na gestão sem a necessidade de mensuração complexa de ativos biológicos (BREITENBACH, 2014; FONTOURA; SILVA; DEPONTI, 2022).

Apesar de todas as particularidades do rural, principalmente as pequenas e médias empresas tem problemas similares aos das propriedades rurais, no que tange aos controles econômicos e financeiros. Aplicou-se o estudo de Nunes e Sellito (2016), relatando algumas

dessas práticas de controles mais utilizadas no meio empresarial pelas pequenas e médias empresas, mas que ainda pouco são utilizadas no cotidiano das empresas. A partir dessas práticas de controles apresentadas no estudo Nunes e Sellito (2016), apresenta-se quais delas são as mais utilizadas nas empresas do estudo e também quais seriam as adaptações nessas técnicas para que sejam utilizadas no meio rural em pequenas propriedades rurais, que tem suas particularidades já mencionadas.

A atividade rural não tem a homogeneização das indústrias e até do comércio, dentro dessas questões na lacuna de pesquisa, tanto no que se refere ao controle, a realização desses controles, a adequação dessas técnicas e também a aplicação para tomada de decisão. A figura 04, apresenta as práticas indicadas por Nunes e Sellito (2016), as demonstrações contábeis apresentadas indicadas no CPC 29 e as ferramentas de controle apresentadas e demonstrações contábeis apresentadas por Fontoura, Silva e Deponti (2022).

Figura 05 - Controles e demonstrações contábeis mais utilizadas em propriedades rurais.



Fonte: adaptado de Nunes e Sellito (2016), CPC 29 (2009) e Fontoura, Silva e Deponti (2022).

Ao analisar a figura 05, observa-se que os controles e demonstrações contábeis mais utilizados em pequenas propriedades rurais é a Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Fluxo de Caixa, Métodos de Custeio e o Balanço Patrimonial. O balanço patrimonial é uma demonstração contábil que evidencia, de maneira estruturada, a posição financeira e patrimonial de uma propriedade rural em um determinado momento. Ele é

composto por dois grandes grupos: o ativo (bens e direitos) e o passivo (obrigações e patrimônio líquido) (CREPALDI, 2019; MARION, 2019).

O ativo circulante representa tudo o que a propriedade possui ou tem a receber no curto prazo, a ordem de classificação deve-se ao grau de liquidez que a conta possui, como por exemplo a conta dinheiro em caixa, que é disponibilidade imediata que o produtor rural tem para cumprir com as suas obrigações (MARION, 2019). No que tange ao ativo não circulante estão as contas de bens e direitos a longo prazo (mais de 1 ano), como por exemplo a conta de máquinas e equipamentos (CREPALDI, 2019).

O passivo reflete as obrigações e dívidas, ele é dividido em passivo circulante e passivo não circulante, conforme o prazo de vencimento das obrigações. O passivo circulante inclui as dívidas e obrigações que devem ser pagas dentro do prazo de até um ano e são compromissos de curto prazo que impactam diretamente o fluxo de caixa (FONTOURA; SILVA; DEPONTI, 2022). São exemplos de contas do passivo circulante fornecedores (compra de sementes, fertilizantes e insumos a prazo), contas a pagar (energia elétrica, água, telefone, internet, combustível), tributos e impostos a vencer (ITR – Imposto Territorial Rural, contribuições sindicais, taxas ambientais) (MARION, 2019).

O passivo não circulante inclui as dívidas e obrigações com vencimento superiores a um ano. São compromissos de longo prazo que geralmente financiam investimentos na propriedade, como aquisição de terras, máquinas e benfeitorias (FONTOURA; SILVA; DEPONTI, 2022). Já o patrimônio líquido representa a riqueza do produtor, ou seja, o valor que sobra após subtrair todas as dívidas (passivos) do total de bens e direitos (ativos) da propriedade (FONTOURA; SILVA; DEPONTI, 2022).

O objetivo do balanço patrimonial é fornecer uma visão clara e objetiva sobre a saúde financeira da empresa, permitindo que seus gestores, investidores e outros interessados possam tomar decisões com base em informações precisas e confiáveis (CREPALDI, 2019). O balanço patrimonial permite que o produtor rural tenha um controle preciso dos ativos e dos passivos de sua propriedade, pois a partir disso ele consegue avaliar se os recursos estão sendo utilizados e se há necessidade de ajustes (FONTOURA; SILVA; DEPONTI, 2022). Pode-se observar o quadro 04, que mostra o exemplo de um balanço patrimonial para pequenas propriedades rurais.

Quadro 04 – Exemplo de Balanço Patrimonial para pequenas propriedades rurais

ATIVO	Valor	PASSIVO	
Ativo Circulante	179.150,00	Passivo Circulante	125.500,00
Disponibilidades de Caixa	178.000,00	Empréstimos de curto prazo	40.000,00
Dinheiro em caixa	2.000,00	Fornecedores a pagar	4.600,00
Depósito em conta corrente	56.000,00	Funrural a pagar	1.800,00
Culturas do ciclo	120.000,00	Pró-labore	75.000,00
Estoques de produtos e materiais	1.150,00	Energia elétrica a pagar	3.500,00
Inseticidas	500,00	Água a pagar	600,00
Sementes	650,00		
Ativo Não Circulante	375.785,00		
Aplicações Financeiras de longo prazo	50.000,00		
Terras	134.820,00		
Terras	135.000,00	Passivo Não Circulante	54.435,00
Amortização acumulada da cultura permanente	-180,00	Empréstimos de longo prazo	54.435,00
Benfeitorias e Melhoramentos	61.075,00		
Casa	50.000,00		
Depreciação acumulada da casa	-5.000,00	Patrimônio Líquido	375.000,00
Galpão	15.000,00	Capital Social	350.000,00
Depreciação acumulada do galpão	-1.875,00	Luros acumulados	25.000,00
Curral	2.000,00		
Depreciação acumulada do curral	-400,00		
Cercas	1.500,00		
Depreciação acumulada de cercas	-150,00		
Veículos	63.100,00		
Caminhonete	70.000,00		
Depreciação acumulada caminhonete	-6.900,00		
Máquinas e Equipamentos	63.210,00		
Trator	70.000,00		
Depreciação acumulada do trator	-8.600,00		
Carreta agrícola	2.000,00		
Depreciação acumulada da carreta agrícola	-190,00		
Animais	3.580,00		
Terneiros até 1 ano	3.000,00		
Galinhas	80,00		
Leitões	500,00		
TOTAL DO ATIVO	554.935,00	TOTAL DO PASSIVO	554.935,00

Fonte: Fontoura, Silva e Deponti (2022)

Além do balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício (DRE) é uma ferramenta importante para a gestão financeira de uma propriedade rural, como já mencionado, pois detalha o desempenho econômico da atividade ao longo de um período. Ela apresenta de forma organizada as receitas, custos e despesas, culminando no resultado final (lucro ou prejuízo) da operação (FONTOURA; SILVA; DEPONTI, 2022). A DRE discrimina os custos diretos relacionados à produção rural, como gastos com sementes, fertilizantes, rações e combustível, sendo fundamental para que o produtor saiba exatamente o custo de produção de cada item, permitindo comparar esses custos com o preço de venda (CREPALDI, 2019). A

DRE possibilita que o proprietário rural avalie a viabilidade econômica de determinadas atividades rurais. Por exemplo, se uma cultura ou criação está gerando prejuízo constante, a análise dos resultados ajuda a decidir se válido continuar com essa atividade ou substituí-la por outra mais rentável. Ela também permite comparações entre diferentes períodos de operação, pois verifica-se como está a gestão dessa ao longo dos anos, se as margens de lucro estão aumentando, por exemplo (SILVA; FONTOURA; MELLO; DEPONTI, 2019). Para Fontoura, Silva e Deponti (2022, p.93), a DRE na “atividade rural é um relatório contábil que mostra o desempenho econômico em determinado período de tempo, sendo sempre interessante ter um fechamento para o ciclo operacional da cultura analisada”.

Nesse contexto, os métodos de custeio são fundamentais para a adequada alocação dos custos de produção, permitindo a formação correta do preço dos produtos agropecuários. Crepaldi (2019) apresenta métodos de custeio aplicáveis às propriedades rurais, que podem ser adaptados conforme as características de cada uma.

Já a demonstração do fluxo de caixa oferece uma visão objetiva da liquidez e da capacidade de gerar recursos financeiros ao longo do tempo. Auxilia na monitoração das entradas e saídas de caixa, no intuito de garantir recursos para cobrir despesas operacionais e também ajuda o produtor rural a analisar a viabilidade de projetos e culturas, permitindo decisões baseadas em dados reais (MARION, 2019; FONTOURA; SILVA; DEPONTI, 2022).

No primeiro momento é importante definir o período da análise da demonstração do fluxo de caixa, se será mensal, trimestral, depois registrar todas as entradas, como por exemplo, valores referentes a renda gerada pela venda de culturas agrícolas ou animais, e também outras receitas como subvenções, rendimentos de investimentos, entre outras. Identificar as saídas de caixa, como por exemplo compra de insumos, fertilizantes, sementes, utilização de mão de obra, manutenção de máquinas, energia, água, etc, essa abordagem ajudará a garantir uma gestão financeira saudável (FONTOURA; SILVA; DEPONTI, 2022).

Os controles econômicos e financeiros são essenciais para gestão de qualquer organização, seja de pequeno, médio ou grande porte, inclusive para propriedades rurais de agricultura familiar. Os controles econômicos e financeiros auxiliam na sustentabilidade, crescimento e desenvolvimento (CREPALDI, 2019). A gestão econômica e financeira de uma envolve uma complexidade que vai além dos desafios técnicos e operacionais típicos do setor agropecuário, pois também está entrelaçada com disputas de poder, tanto no contexto familiar quanto nas dinâmicas de mercado (SOUZA, 2012).

Nas propriedades rurais de caráter familiar, a gestão é frequentemente marcada por disputas de poder entre os diferentes membros da família. Essas disputas surgem,

especialmente, em momentos de sucessão, quando as gerações mais jovens começam a se envolver na administração (SPANVELLO, 2008; TOFFLER, 1995). A falta de um plano sucessório definido pode gerar conflitos sobre quem deve tomar as decisões financeiras, como investir o capital, quais áreas da produção priorizar ou como dividir os resultados.

Esses conflitos internos muitas vezes se refletem em decisões econômicas mal coordenadas ou em uma gestão ineficiente dos recursos. Enquanto um membro da família pode ter uma visão mais conservadora, preferindo não investir em tecnologias ou novas culturas, outro pode ser mais arrojado, desejando diversificar ou expandir. Sem um consenso, essas disputas impactam diretamente a capacidade de planejamento econômico e a sustentabilidade financeira (SPANVELLO, 2008; TOFFLER, 1995).

No âmbito da gestão rural, os controles econômico e financeiro possuem funções distintas, mas complementares, no processo de tomada de decisão. Ambos são indispensáveis para o sucesso na administração de propriedades rurais, mas é essencial compreender suas diferenças para aplicá-los de maneira eficaz.

O controle econômico está relacionado à análise de resultados da propriedade, considerando os custos, receitas e indicadores de rentabilidade ao longo do tempo. Ele permite avaliar a eficiência produtiva e econômica da atividade rural, identificando se os recursos empregados estão gerando retorno. Segundo Callado e Callado (1999), o controle econômico está mais voltado para o médio e longo prazo, incluindo a análise de indicadores como lucro líquido, margem de contribuição e taxa de retorno sobre o investimento. Esse tipo de controle considera não apenas os fluxos financeiros, mas também depreciações, custo de oportunidade e outros fatores que impactam a lucratividade.

Por outro lado, o controle financeiro foca no gerenciamento do fluxo de caixa, ou seja, no controle das entradas e saídas de recursos financeiros em um curto prazo. Esse tipo de controle busca garantir que a propriedade tenha liquidez para cumprir suas obrigações financeiras no momento certo. De acordo Callado e Callado (1999), o controle financeiro envolve a administração do capital de giro, a gestão das dívidas e o planejamento dos pagamentos e recebimentos, sendo fundamental para evitar problemas de descapitalização. A principal diferença entre os dois controles é a perspectiva temporal e o foco da análise. Enquanto o controle econômico avalia a viabilidade econômica de longo prazo e o desempenho geral da propriedade, o controle financeiro preocupa-se com a saúde financeira de curto prazo e a manutenção do equilíbrio entre receitas e despesas imediatas.

Portanto, a gestão de uma propriedade rural requer a integração desses dois tipos de controle. Enquanto o controle econômico orienta decisões estratégicas, o controle financeiro

garante a operacionalização contínua das atividades. Ignorar qualquer um dos dois pode levar a problemas, como falta de liquidez ou prejuízo econômico acumulado ao longo do tempo.

6 METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa apresenta o conjunto de estratégias e práticas que são adotadas para realizar a execução dessa pesquisa. Assim, a metodologia refere-se à relação que acontece entre os fatores teóricos e práticos. Portanto, a metodologia estabelece um fio condutor para ser seguido ao longo da pesquisa, que orienta de que forma ocorre cada etapa, como ela é cumprida e o porquê deve ser desse modo.

Segundo Raupp e Beuren (2004, p. 81), “a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis”. Conforme Gil (2008), a pesquisa exploratória tem por finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, busca pela formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores, geralmente envolvem levantamento bibliográfico e documental. Para o autor, a pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição de características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis, sua característica principal está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados.

A presente pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva devido à abordagem adotada para compreender a percepção das mulheres sobre sua participação na gestão econômica e financeira de propriedades rurais. A pesquisa exploratória foi conduzida na primeira etapa, com a aplicação de um questionário (anexo I), cujo objetivo foi conhecer o perfil das participantes. Esse levantamento inicial permitiu identificar características socioeconômicas das 18 respondentes, possibilitando um primeiro contato com a realidade investigada e orientando as etapas subsequentes do estudo.

Na sequência, a pesquisa assumiu um caráter descritivo, pois foram realizadas entrevistas em profundidade com as mesmas participantes, a fim de explorar suas percepções e experiências no contexto rural. A abordagem adotada buscou compreender o papel das mulheres na gestão econômica e financeira das propriedades, considerando sua vivência e os fatores subjetivos que influenciam sua participação.

A pesquisa adotou a abordagem fenomenológica para compreender a percepção das mulheres rurais, considerando que os eventos vivenciados e as experiências individuais são fenômenos internos que ocorrem na consciência dos sujeitos (HUSSERL, 2001). Em relação aos procedimentos de coleta de dados, foram empregadas a observação direta e a entrevista semiestruturada. A análise concentrou-se na rotina das participantes, com foco na gestão

econômica e financeira das propriedades rurais, a partir de suas percepções sobre a própria participação nesse processo e das experiências vivenciadas.

Trabalhou-se a percepção das mulheres sobre sua participação na gestão econômica e financeira de propriedades rurais, pensando a perspectiva para uma compreensão do indivíduo que vive no espaço em questão, colocando no centro da análise, pois os aspectos psicológicos se relacionam diretamente com o espaço material (LENCIONI, 1999). Voltar-se ao interior e não ao exterior da pessoa, a forma em que os indivíduos passam pela experiência através da sua consciência. Segundo Husserl (2001), o que acontece com as pessoas e a vivência que elas passam são fenômenos interiores que acontecem dentro da sua consciência. São os objetos exteriores condições de caminhos para criação da percepção (HUSSERL, 2001). Segundo Souza (2012, p.10):

“Edmund Husserl acreditava que pensar é, essencialmente, atribuir um sentido ao objeto pensado; no caso das ciências, aos fenômenos do mundo empírico. Seguindo esta premissa husserliana, o subtítulo é também revelador da essência do livro “o sentido das organizações no desenvolvimento rural” indica que a intenção é tentar emprestar sentido a vários temas que envolvem a condição organizacional para quem pensa, estuda e/ou atua em desenvolvimento rural. Por isso, o livro faz recortes temáticos e discute as questões abordadas de modo particular e distinto do que, normalmente, encontraríamos em textos de estudos organizacionais.”

No que tange aos procedimentos de coleta de dados, foram realizadas as entrevistas semiestruturadas, essa técnica é amplamente utilizada em pesquisas qualitativas, principalmente nas ciências sociais. Nessa técnica de pesquisa, o pesquisador segue um roteiro de perguntas predefinidas, mas tem flexibilidade de adaptar e elaborar as perguntas de acordo com o contexto da entrevista (GIL, 2008). Essa combinação de perguntas já pré-estabelecidas e a capacidade de exploração de tópicos que permitem uma base com profundidade nas respostas dos entrevistados (GIL, 2008). As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com 18 mulheres.

O grupo de mulheres pesquisadas conta em torno com 30 mulheres, mas efetivamente dos encontros participam em torno de 15 a 20 mulheres. As 30 mulheres foram contatadas para participarem dessa pesquisa, foram realizados 2 contatos, 18 delas retornaram e participaram da pesquisa, 5 mulheres do grupo de 30, responderam que não gostariam de participar e as demais não retornaram o contato. Observa-se o quadro 05 para compreender a metodologia.

Quadro 05 – Metodologia da pesquisa

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	PERGUNTAS DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS	DIMENSÕES
Descrever as práticas de gestão econômica e financeira que compõem a rotina das mulheres rurais.	1) Como ocorre a gestão econômica e financeira na propriedade rural? 2) Quais ferramentas são utilizadas para o controle econômico e financeiro? 3) Quais dificuldades e facilidades na prática para realizar a gestão econômica e financeira da propriedade rural?	<ul style="list-style-type: none"> • Territorial • Gestão Econômica e Financeira
Verificar a participação das mulheres na gestão econômica e financeira da propriedade rural.	4) A mulher participa na gestão econômica e financeira da propriedade rural? 5) Como ocorre essa participação da mulher na gestão econômica e financeira da propriedade rural?	<ul style="list-style-type: none"> • Percepção • Relações de Gênero
Estudar as ações relacionadas a tomada de decisão.	6) Como acontecem as relações de gênero nas formas de organização da propriedade rural? 7) Como construções sociais influenciam o processo de tomada de decisão e participação da mulher nesse processo?	<ul style="list-style-type: none"> • Construções Sociais • Relações de Gênero
Analisar como as mulheres se percebem dentro dos processos de gestão.	8) Quais os sentimentos que as mulheres apresentam em relação a sua participação no processo de gestão econômica e financeira da propriedade rural?	<ul style="list-style-type: none"> • Percepção

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir do quadro 05, pode-se analisar com as entrevistas realizadas as respostas para atingir cada objetivo específico da dissertação. No primeiro objetivo, questionou-se as mulheres de que forma ocorre a gestão econômica e financeira e a partir disso quais ferramentas são utilizadas e também quais dificuldades e facilidades em que se deparam nesse processo. Em relação a dimensão a abordagem territorial na gestão de propriedades rurais busca-se reconhecer as particularidades e interdependência entre as propriedades rurais e o território, o que facilita a promoção do desenvolvimento rural de forma integrada, sustentável e participativa.

No segundo e no quarto objetivo, trabalhou-se com a percepção das mulheres sobre sua participação na gestão econômico e financeira e como ela ocorre, assim como os sentimentos que elas apresentam nesse processo, pensando a partir da percepção das mulheres pesquisadas e das relações de gênero que acontecem no meio rural. No terceiro objetivo estudou-se as ações relacionadas a tomada de decisão das propriedades rurais e a participação das mulheres nesse processo.

Como procedimento de análise de dados, utilizou-se Arco de Maguerez, que é um método desenvolvido por Charles Maguerez e é constituído das seguintes etapas: observação da realidade, pontos-chave, teorização, hipóteses de solução (possibilidades de solução) e aplicação da realidade. O arco de Maguerez é indicado para problematização crítica dos processos sociais como base teórica dos pressupostos da gestão social e agenda da Cepal (BERBEL; GAMBOA, 2011). Observa-se a figura 06, para compreender o arco de Maguerez.

Figura 06 – Arco de Maguerez



Fonte: BERBEL; GAMBOA, 2011.

Apresenta-se as etapas do arco de Maguerez e sua interligação com a pesquisa apresentada. A primeira etapa, “observação da realidade”, é composta por uma unidade de estudo ou tema. No caso desta pesquisa, o tema é a gestão econômico-financeira de propriedades rurais de agricultura familiar a partir da percepção das mulheres. Essa observação da realidade permitiu identificar carências, incongruências e as complexidades, transformando-as em problemas.

A segunda etapa que é chamada de “pontos-chave”, pensa-se nas seguintes causas do problema identificado, pensar o por que ele existe (BERBEL, 1999). A partir disso pesquisar sobre informações voltada ao problema e pensar que problemas de causas sociais são complexos (BERBEL, 1999). Neste sentido, a Cepal (2014), com a obra pactos para igualdade, informa que a região da América Latina é uma das mais desiguais do mundo. Essa etapa traz a pergunta problema dessa pesquisa, que foi, qual é a percepção das mulheres vinculadas a Comissão de Mulheres Rurais do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Santa Cruz do Sul/RS sobre sua participação na gestão econômica e financeira das propriedades?

Com base nos pontos-chave identificados a partir das entrevistas realizadas, observa-se que tais elementos emergiram das dimensões estabelecidas no quadro metodológico. Essas dimensões incluem a abordagem territorial, que se refere à gestão econômica e financeira das propriedades rurais sob uma perspectiva territorial, considerando a percepção das mulheres sobre sua participação nesse processo. Além disso, a pesquisa abrange a dimensão das relações de gênero, analisando como essas relações se manifestam no meio rural e de que forma as construções sociais influenciam a participação das mulheres na gestão econômica e financeira. Os pontos-chave identificados foram extraídos com base no quadro metodológico, mas também de acordo com as categorias de análise, permitindo um aprofundamento na compreensão da atuação das mulheres na gestão rural.

Pensar em como estudar, é o que caracteriza a terceira etapa, da teorização (BERBEL, 1999). Conforme apresenta a literatura, a contabilidade auxilia na gestão econômica e financeira das propriedades rurais, nessa etapa ocorreu uma verificação entre o empírico e o que é apresentado na literatura. Assim como verificou-se a questão da complexidade da gestão de propriedades que possuem cada vez mais diversificação na sua produção. Como também analisou-se, se o que a literatura traz sobre a questão de gênero no meio rural transcorre dessa forma com a amostra da pesquisa levantada.

A quarta etapa caracteriza as possibilidades de solução que “deve ser uma etapa bem criativa que busque superar as ações anteriores a fim de realizar uma efetiva mudança naquela parcela da realidade” (BERBEL, 1999, p.5). A partir das informações coletadas com os procedimentos de coleta de dados dessa pesquisa, apresenta-se a contribuição da pesquisa para os temas de gestão econômica e financeira de propriedades rurais e gênero no meio rural.

Na quinta etapa, aborda-se a prática, ações que são feitas a fim de, solucionar o problema, depois de conhecer a realidade e estudá-la, volta-se para a mesma realizada com sugestões que possam causar mudanças (BERBEL, 1999). Após as análises realizadas com a pesquisa, a partir dos resultados encontrados, sugere-se ações que possam contribuir para mudanças. Apresenta-se a seguir a descrição dos resultados, o grupo pesquisado (Comissão de Mulheres do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares) e o Perfil socioeconômico das mulheres.

6.1 Descrição dos resultados

Nesta subseção, apresentam-se as descrições dos principais resultados obtidos durante o desenvolvimento da pesquisa, organizados de maneira a responder aos objetivos propostos e a

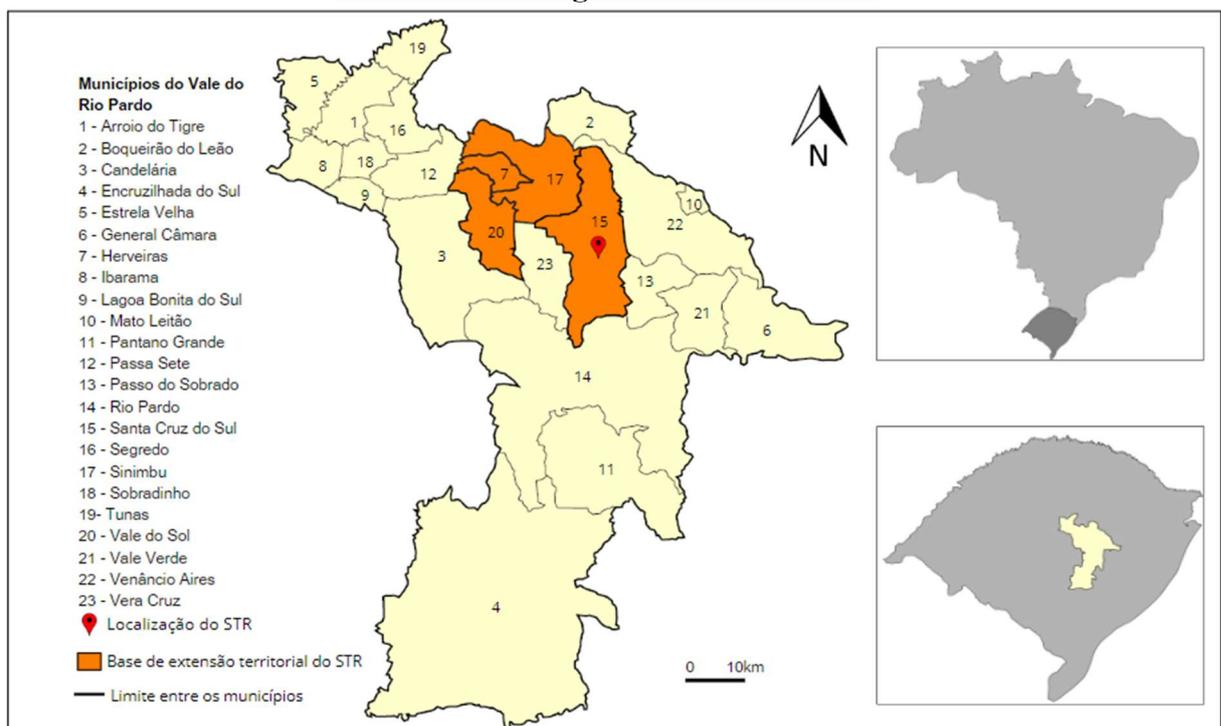
questão levantada. Os dados coletados foram analisados à luz do referencial teórico, buscando-se identificar padrões, tendências e particularidades relevantes. A interpretação dos resultados considera os aspectos qualitativos, permitindo uma compreensão ampla e fundamentada do objeto de estudo.

Os resultados são discutidos com base nas evidências observadas, destacando as contribuições mais significativas, bem como eventuais limitações ou lacunas identificadas no processo. A seguir, detalham-se as principais descobertas, correlacionando-as com as possibilidades formuladas e com os elementos teóricos abordados.

6.2 Comissão de Mulheres do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares

O grupo de mulheres participantes da pesquisa, faz parte da Comissão de Mulheres do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares (STR), que fica localizado no município de Santa Cruz do Sul/RS. O Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares tem extensão de base nos municípios de Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol e Herveiras, ou seja, as mulheres que participam da comissão residem nestes quatro municípios. Observa-se na figura 07, a localização dos municípios e a localização do STR, no município de Santa Cruz do Sul, que fica localizado no Vale do Rio Pardo.

Figura 07 – Localização dos municípios do Vale do Rio Pardo e do Sindicato Dos Trabalhadores Agricultores Familiares



Fonte: Elaborado pela autora a partir de Schroeder; Bianchini; Darsie; Moretti (2023)

A missão do STR é representar a categoria dos trabalhadores agricultores familiares, que são proprietários ou não, que realizam suas atividades no meio rural, seja de forma individual ou em regime de economia familiar. O STR, tem como intuito organizar, coordenar, mobilizar e defender a categoria representada, sempre à procura de melhorias nas condições de vida e de trabalho. Centrado em ações na construção de um modelo alternativo de desenvolvimento, dispõem de organização e do crescimento da consciência de classe. Tem como objetivo maior, uma sociedade mais justa, solidária e igualitária. A partir disso, almeja independência e autonomia sindical, solidariedade entre a categoria representada e a classe trabalhadora em todos os níveis (SINDICATO DOS TRABALHADORES AGRICULTORES FAMILIARES, 2023). Existem comissões que atuam dentro do STR, por exemplo, Comissão dos Jovens Rurais, Comissão dos Aposentados Rurais e das Mulheres Rurais.

O desenvolvimento rural é um processo complexo e interdependente, no qual as organizações desempenham um papel essencial. Segundo Souza (2012), as organizações não apenas condicionam as ações e os fins do desenvolvimento, mas também são influenciadas por diversos fatores sociais, políticos, culturais e ambientais. Dessa forma, a "condição organizacional" determina tanto as possibilidades quanto as limitações das iniciativas voltadas ao crescimento sustentável do meio rural.

As organizações rurais, como cooperativas, associações e sindicatos, são fundamentais para a articulação dos interesses dos produtores, a disseminação de conhecimento e o fortalecimento da economia local. No entanto, conforme argumenta Souza (2012), essas estruturas não são plenamente planejáveis ou controláveis, pois estão sujeitas a fatores contextuais que influenciam sua eficiência e alcance. A imprevisibilidade do mercado, as mudanças climáticas e a diversidade sociocultural dos territórios rurais são elementos que impactam diretamente a atuação dessas organizações.

Para compreender-se mais sobre a Comissão de Mulheres Rurais, a entrevistada 18⁵ é a organizadora e ela trouxe informações sobre quando iniciou, como que foi o processo de sucessão, quais são os desafios enfrentados e as perspectivas futuras. A entrevistada acompanha a Comissão de mulheres Rurais desde 2015 aproximadamente. A Comissão foi criada em 1993 segundo informações da ata e conforme a CONTAG a partir de 2025 a comissão se denominará

⁵ Para melhor compreensão utiliza-se a numeração de 1 a 18 para referir-se às entrevistadas.

Secretaria de Mulheres Rurais para estar seguindo as mesmas diretrizes da CONTAG e FETAG⁶.

A partir de 2012, ocorreram diversas mudanças que impactaram diretamente a dinâmica da comissão de mulheres. Até então, a comissão mantinha um perfil que promovia algumas discussões, mas frequentemente acatava decisões sem maior aprofundamento. Com um novo olhar, percebeu-se a necessidade de ampliar as pautas relacionadas às mulheres, acolhendo suas demandas e promovendo uma maior inclusão.

Reconheceu-se a importância de diversificar a participação feminina, rompendo com a prática anterior de contar sempre com o mesmo grupo de mulheres em eventos, congressos e participam na Marcha das Margaridas⁷. Essa nova perspectiva visou oferecer oportunidades para que outras mulheres também participassem dessas atividades, adquirindo conhecimento e ampliando sua representatividade. A partir dessas mudanças, houve um esforço para incluir mais mulheres na comissão. As mulheres que participam das atividades levam o conhecimento adquirido de volta às suas comunidades. Em suas comunidades compartilham suas experiências e aprendizados com os grupos locais, especialmente os grupos de mulheres. Esse intercâmbio de informações abrange diversos aspectos, como o contato com culturas diferentes, a descoberta de novas atividades, o aprendizado de técnicas inovadoras de plantio e outras informações valiosas relacionadas à agricultura familiar. Esse processo fortalece o conhecimento coletivo e promove o desenvolvimento das comunidades. Atualmente, os encontros da Comissão de Mulheres Rurais reúnem, em média, entre 15 e 20 participantes, ocorrendo a cada dois meses no espaço físico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, no município de Santa Cruz do Sul, a figura 08 que representa um dos encontros que aconteceu no ano de 2024.

⁶ A FETAG-RS fundada em 06 de outubro de 1963 traz em sua história uma bagagem de lutas e conquistas em prol da agricultura e pecuária familiar. A Frente Agrária Gaúcha – FAG que iniciou a mobilização de agricultores para a formação de entidades de representação no Estado, foi a propulsora para a criação da Federação. A Federação entidade sindical de segundo grau foi criada para defender os agricultores familiares, ao longo de sua história reuniu também em sua representação os pecuaristas familiares. Estas categorias em trabalho conjunto com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, a FETAG-RS e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, levantaram bandeiras de lutas para o desenvolvimento do meio rural, a criação de políticas públicas de sustentabilidade e benefícios para a permanência das famílias no campo. Atualmente a FETAG-RS está localizada em Porto Alegre/RS e têm em seu quadro social 315 Sindicatos dos Trabalhadores Rurais filiados, com suas extensões de base chega a cerca de 450 municípios de abrangência com atuação do Movimento Sindical, estes divididos em 23 Regionais Sindicais, sendo aproximadamente 200 mil associados(as).

⁷ A Marcha das Margaridas é uma mobilização política e social realizada no Brasil, protagonizada por mulheres do campo, da floresta e das águas. Organizada principalmente pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) e apoiada por diversas organizações sociais, sindicais e movimentos feministas, a marcha acontece desde o ano 2000 e ocorre a cada quatro anos em Brasília.

Figura 08 – Encontro da Comissão de Mulheres Rurais



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

7 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos resultados permite interpretar os dados coletados e compreender as implicações relacionadas ao problema investigado. Nesta seção, busca-se discutir os achados de forma detalhada e crítica, considerando o contexto em que a pesquisa foi conduzida e os objetivos previamente estabelecidos. A partir dos contextos discutidos surgiu a seguinte pergunta-problema: qual é a percepção das mulheres vinculadas a Comissão de Mulheres Rurais do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Santa Cruz do Sul/RS sobre sua participação na gestão econômica e financeira das propriedades? Para responder à pergunta-problema foram propostos os objetivos específicos e o geral. Os objetivos específicos são: descrever as práticas de gestão econômica e financeira que compõem a rotina das mulheres rurais; verificar a participação das mulheres na gestão econômica e financeira da propriedade rural; estudar as ações relacionadas a tomada de decisão; analisar como as mulheres se percebem dentro dos processos de gestão.

Os resultados são analisados à luz do referencial teórico e metodológico, com o intuito de identificar tendências e relações significativas, essa análise possibilita a geração de novas perspectivas e reflexões sobre o tema estudado. A seguir, apresenta-se a interpretação dos dados obtidos, buscando conectar os resultados às questões centrais da pesquisa, destacando as contribuições e apontando eventuais limitações ou caminhos para futuras investigações.

Para análise dos dados utilizou-se o Arco de Maguerez que é uma metodologia de aprendizagem com foco no problema. Ele se baseia em um ciclo reflexivo que parte da realidade vivenciada para construir conhecimentos e propor soluções (BERBEL, 1999). Como análise de resultados, o Arco de Maguerez pode ser utilizado para interpretar e estruturar os dados obtidos, seguindo seus cinco passos principais, a observação da realidade, os pontos-chave, a teorização, as hipóteses de soluções (possibilidades de solução) e aplicação a realidade.

Na etapa da observação da realizada, os resultados da pesquisa são analisados com foco na identificação das características mais evidentes da realidade estudada. Dados coletados foram descritos de forma detalhada, buscando compreender o cenário em sua totalidade.

Quadro 06 – Etapa 01 do Arco de Magueréz: observação da realidade

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	ETAPA 1: OBSERVAÇÃO DA REALIDADE
Descrever as práticas de gestão econômica e financeira que compõem a rotina das mulheres rurais.	1) Registros manuais referentes as informações financeiras, produção da propriedade rural e gastos pessoais; 2) Análises financeiras e econômicas comparativas entre períodos; 3) Tomadas de decisão;
Verificar a participação das mulheres na gestão econômica e financeira da propriedade rural.	1) Participação ativa; 2) Atentas em várias questões que podem refletir na propriedade.
Estudar as ações relacionadas a tomada de decisão.	1) Participação ativa nas discussões para tomada de decisão; 2) Análises em conjunto sobre buscando a melhor solução.
Analisar como as mulheres se percebem dentro dos processos de gestão.	1) Sente-se participativas nos processos relacionados a gestão; 2) Percebem-se como principais mentoras, que analisam vários pontos que, por vezes, passam despercebidos.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A partir da observação, foram definidos os aspectos mais relevantes e críticos que emergiram dos dados (observe o quadro 06). Essa fase consiste em selecionar os temas centrais que serviram de base para análises e discussões aprofundadas. Com base nessas observações, foram identificados os pontos-chave para análise, alinhados à segunda etapa do Arco de Magueréz. Esses pontos incluem a importância da comunicação, o planejamento integrado, a realização de registros financeiros e a força das mulheres como agentes ativos no contexto das propriedades rurais.

Figura 09 – Etapa 02 do Arco de Magueres: pontos-chave



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A partir da observação realizada sobre a realidade em que as entrevistadas estão inseridas, é possível destacar alguns pontos-chave em relação aos temas abordados a partir das categorias de análise, que são as dimensões apresentadas no quadro metodológico. A comunicação emerge como um aspecto central, evidenciando a interação entre os envolvidos na gestão das propriedades rurais. Essa comunicação, muitas vezes ativa, é caracterizada pelo consenso para a tomada de decisões, fundamentada por partes na análise de dados e registros. Embora os registros não sigam exatamente os modelos apresentados no referencial teórico, o formato adotado assemelha-se a uma demonstração do resultado do exercício (DRE) ou a um fluxo de caixa.

Além disso, as entrevistadas relataram realizar controles que permitem identificar o quanto foi investido em determinada atividade e o retorno obtido. Esses registros são importantes para o planejamento, que geralmente se inicia antes do período da safra. O planejamento destaca-se como uma prática indispensável e está associado ao trabalho conjunto realizado pelos membros da família, mediado por uma comunicação efetiva.

A participação ativa das mulheres na gestão econômica e financeira das propriedades rurais representa um aspecto fundamental para o desenvolvimento dessas atividades. No entanto, esta atuação exige frequentemente delas um posicionamento firme, especialmente face a questões tradicionais. Um exemplo significativo dessa realidade é a responsabilidade atribuída majoritariamente às mulheres na gestão das atividades domésticas. Nesses contextos, a presença sua e influência tornam-se ainda mais essenciais, desempenhando um papel decisivo no processo de tomada de decisão e na condução das dinâmicas produtivas no meio rural.

A teorização é uma etapa fundamental no Arco de Maguerez, e buscou-se compreender os fundamentos teóricos que sustentam a análise da problemática identificada. Quando aplicada à questão das mulheres rurais na gestão econômica e financeira das propriedades rurais, a etapa de teorização permite uma abordagem crítica e fundamentada sobre a relevância do papel das mulheres no desenvolvimento sustentável e na autonomia econômica no meio rural. As mulheres têm ocupado, historicamente, posições centrais na manutenção das atividades rurais, embora frequentemente enfrentem desigualdades no acesso a recursos financeiros, terra, crédito e tecnologia. Esses desafios refletem não apenas questões culturais e estruturais, mas também a necessidade de políticas públicas e instrumentos educacionais que empoderem as mulheres nesse contexto.

A perspectiva teórica dos controles econômicos e financeiros revela sua importância para a gestão de propriedades rurais, especialmente quando lideradas por mulheres. Essas ferramentas são mais do que mecanismos técnicos: elas são instrumentos de transformação, capazes de promover autonomia e sustentabilidade. Quando integradas à prática e aliadas ao empoderamento das mulheres, os controles tornam-se elementos importantes para enfrentar desafios econômicos e fortalecer a posição das mulheres no desenvolvimento local.

A participação ativa de 12 das 18 mulheres entrevistadas em diferentes grupos e comissões dentro de suas comunidades demonstra a relevância da interação coletiva na troca de conhecimentos e no fortalecimento social. Esses grupos, como por exemplo, diretorias comunitárias, comissões de aposentados do sindicato e grupos de mulheres das próprias comunidades, funcionam como espaços de diálogo, aprendizado, troca de experiências e apoio mútuo, promovendo o fortalecimento dessas mulheres e o desenvolvimento local.

Dentro desse território, a interação ocorre por meio de reuniões periódicas, eventos comunitários ou até mesmo ações conjuntas que possibilitam a troca de experiências sobre desafios e soluções voltadas para o cotidiano rural. A partir dessas conexões, as mulheres ampliam sua rede de contatos, acessam informações, como técnicas agrícolas e de gestão, fortalecendo sua capacidade de atuação na propriedade rural. Observa-se a figura 10 que é o registro realizado de um dos encontros da Comissão de Mulheres Rurais que ocorreu no sindicato.

Figura 10 – Registro do encontro da Comissão de Mulheres Rurais



Fontes: Dados da pesquisa (2024)

No primeiro encontro o tema era terapias integrativas e complementares (TICs) que são abordagens terapêuticas que visam promover a saúde e prevenir doenças. Para esse encontro as mulheres trouxeram de suas propriedades os mais variados tipos de chás, para esclarecer dúvidas e trazer mais informações o encontro contou com a participação de uma farmacêutica. No segundo encontro o tema discutido foi a saúde da mulher, onde foi realizado uma dinâmica sobre autoconhecimento e compartilhamento de experiências de vida. Nesses dois encontros foi possível notar o quanto é enriquecedor para as mulheres que participam desses momentos.

A vinculação com a gestão da propriedade rural se dá na medida em que o conhecimento adquirido nesses grupos é aplicado diretamente na gestão, na diversificação da produção e na busca por maior autonomia. Além disso, a participação nesses espaços estimula a organização coletiva e o acesso a oportunidades, como capacitações voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar. Dessa forma, a interação entre elas e com outras pessoas contribui significativamente para o desenvolvimento das propriedades rurais e para a valorização das mulheres no meio rural.

A quarta etapa é descrita pela formulação de possíveis de solução, etapa que exige um enfoque criativo com o objetivo de superar as ações anteriormente realizadas, promovendo uma transformação efetiva na parcela da realidade investigada. Com base nas informações obtidas por meio dos procedimentos de coleta de dados utilizados nesta pesquisa, destaca-se as contribuições para os debates relacionados à gestão econômica e financeira de propriedades rurais, bem como para a temática de gênero.

Ao considerar possibilidades para a solução do problema, emergiram reflexões relacionadas à percepção das mulheres na gestão econômico-financeira das propriedades rurais e à forma como se veem nesse processo. Na primeira possibilidade, supôs-se que os controles econômicos e financeiros, como os descritos no referencial teórico (fluxo de caixa, demonstração do resultado do exercício - DRE, balanço patrimonial e controle de custos), fossem implementados de maneira sistemática nas propriedades rurais. Contudo, uma análise dos dados coletados revelou que esses controles não são realizados de acordo com os padrões teóricos. O grupo de mulheres rurais pesquisado realiza registros financeiros de forma simplificada, utilizando anotações manuais que, em alguns casos, apresentam informações incompletas, resultando em dados distorcidos. As análises demonstraram que os controles praticados pelas mulheres se assemelham a uma DRE, enquanto o balanço patrimonial, por exemplo, não é implementado, o que condiz com dificuldades apresentadas por Fontoura, Silva e Deponti (2022).

Com base nos apontamentos teóricos, inicialmente formulou-se a possibilidade de que as mulheres poderiam sentir-se inferiores aos homens no contexto das propriedades rurais. No entanto, os dados encontrados revelaram que, para o grupo específico investigado, essa percepção não se confirmou. As mulheres pesquisadas se identificam como agentes fortes, com vozes ativas na dinâmica da propriedade rural. Elas têm participação efetiva nos processos decisórios, os quais geralmente são realizados de forma conjunta, evidenciando sua importância (Saffioti, 2015).

Outra possibilidade que foi levantada diz respeito à sobrecarga de trabalho das mulheres, especialmente no que se refere à divisão das tarefas entre os membros da família. Nesse contexto, observa-se que as mulheres enfrentam uma sobrecarga significativa, uma vez que, além das atividades domésticas, elas participam ativamente do processo de gestão da propriedade rural, especialmente nas decisões relacionadas à gestão e à produção.

Essa sobrecarga de trabalho não se restringe apenas à gestão econômica, mas também abrange as atividades diárias, como o preparo dos alimentos, o cuidado com o lar, e a atenção às necessidades de membros da família que requerem cuidados especiais, como crianças

pequenas, pessoas com necessidades específicas ou idosos. A intensificação dessas tarefas, realizadas de forma regular e muitas vezes simultânea, revela a elevada sobrecarga de trabalho das mulheres nas propriedades rurais, confirmando a possibilidade de que elas assumem uma carga de trabalho excessiva em comparação aos demais membros da família (SILVA; SCHNEIDER, 2010).

Na quinta etapa, discute-se a prática e as ações que serão implementadas com o objetivo de sugerir soluções para o problema identificado, após o processo de análise e compreensão da realidade. De acordo com Berbel (1999), após o estudo e o conhecimento da situação, sugere-se contribuições que possam promover mudanças. A partir da pesquisa teórica e empírica realizada, por meio do aprofundamento teórico e das entrevistas, foi possível levantar o perfil socioeconômico das mulheres rurais e compreender sua percepção sobre a participação na gestão econômica e financeira das propriedades rurais. A partir das respostas obtidas, sugere-se algumas ações que podem contribuir para o aprimoramento desse processo de gestão nas propriedades rurais, bem como a implementação de mudanças nas práticas diárias dessas mulheres.

Em relação à coleta de dados para elaboração das demonstrações contábeis, propõe-se que as mulheres realizem esse processo de forma mais rigorosa, registrando de maneira detalhada todos os custos, despesas e receitas associadas às atividades agrícolas da propriedade. Embora a coleta de dados seja atualmente realizada de forma manual, por meio de anotações e arquivamento de documentos como notas fiscais, sugere-se que esse processo seja aprimorado com uma rotina mais sistemática de coleta e análise dessas informações. Embora a análise de dados seja realizada, frequentemente, para a tomada de decisões, observa-se que muitas vezes essa prática não ocorre de forma consistente. Portanto, recomenda-se que as mulheres adotem uma abordagem mais estruturada, reconhecendo que, assim como a produção agrícola, a gestão econômica e financeira da propriedade exige dedicação e atenção. Além disso, é importante que busquem capacitação e informações sobre a elaboração de demonstrações contábeis, com o objetivo de aprimorar o processo de gestão e aperfeiçoar as práticas já realizadas por muitas mulheres no campo.

No que se refere à participação das mulheres na gestão econômica e financeira da propriedade rural, é fundamental que elas continuem sua luta para conquistar e consolidar seu espaço na tomada de decisão relacionada à propriedade rural. A pesquisa revela a importância de as mulheres se perceberem como figuras centrais na gestão da propriedade, com uma voz ativa e reconhecendo sua importância na tomada de decisões. Assim, sugere-se que esse espaço

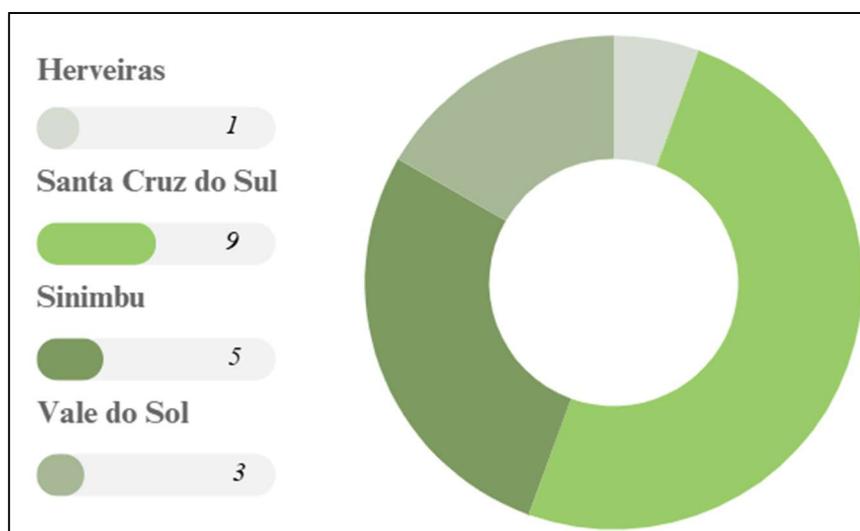
continue a ser expandido, reforçando a sua autopercepção como gestoras e líderes dentro da propriedade rural.

É necessário também abordar a questão da sobrecarga de trabalho das mulheres, especialmente no que se refere às atividades domésticas, que, muitas vezes, são de sua responsabilidade exclusiva. Essa sobrecarga é agravada pela visão tradicional de que as tarefas domésticas são um dever exclusivamente feminino, o que não contribui para uma divisão mais equitativa das responsabilidades dentro da família. Nesse sentido, é essencial que se busque uma distribuição mais justa dessas atividades, permitindo que as mulheres possam dispor de mais tempo para o autocuidado e para uma melhor qualidade de vida.

7.1 Perfil socioeconômico das mulheres

Em relação ao perfil socioeconômico das mulheres que participam da Comissão de Mulheres Rurais do STR em sua maioria tem entre 40 e 60 anos de idade. Sendo que a maioria mora entre 2 a 4 pessoas na mesma propriedade e têm em torno de 2 a 3 filhos. Metade do grupo tem ensino fundamental incompleto o que corresponde também as informações apresentadas na figura 01 (perfil dos produtores rurais no Brasil), onde 60% dos homens e mulheres frequentaram somente até o ensino fundamental. Em relação a propriedade rural a maioria reside e trabalha na propriedade e todas as propriedades têm menos de 20 hectares de terra. Todas as mulheres residem/trabalham ou já trabalharam em pequenas propriedades rurais e todas de agricultura familiar, deve-se a isso a escolha desse grupo. A figura 11, apresenta a quantidade de mulheres participantes por município.

Figura 11 – Município e residência das participantes da pesquisa

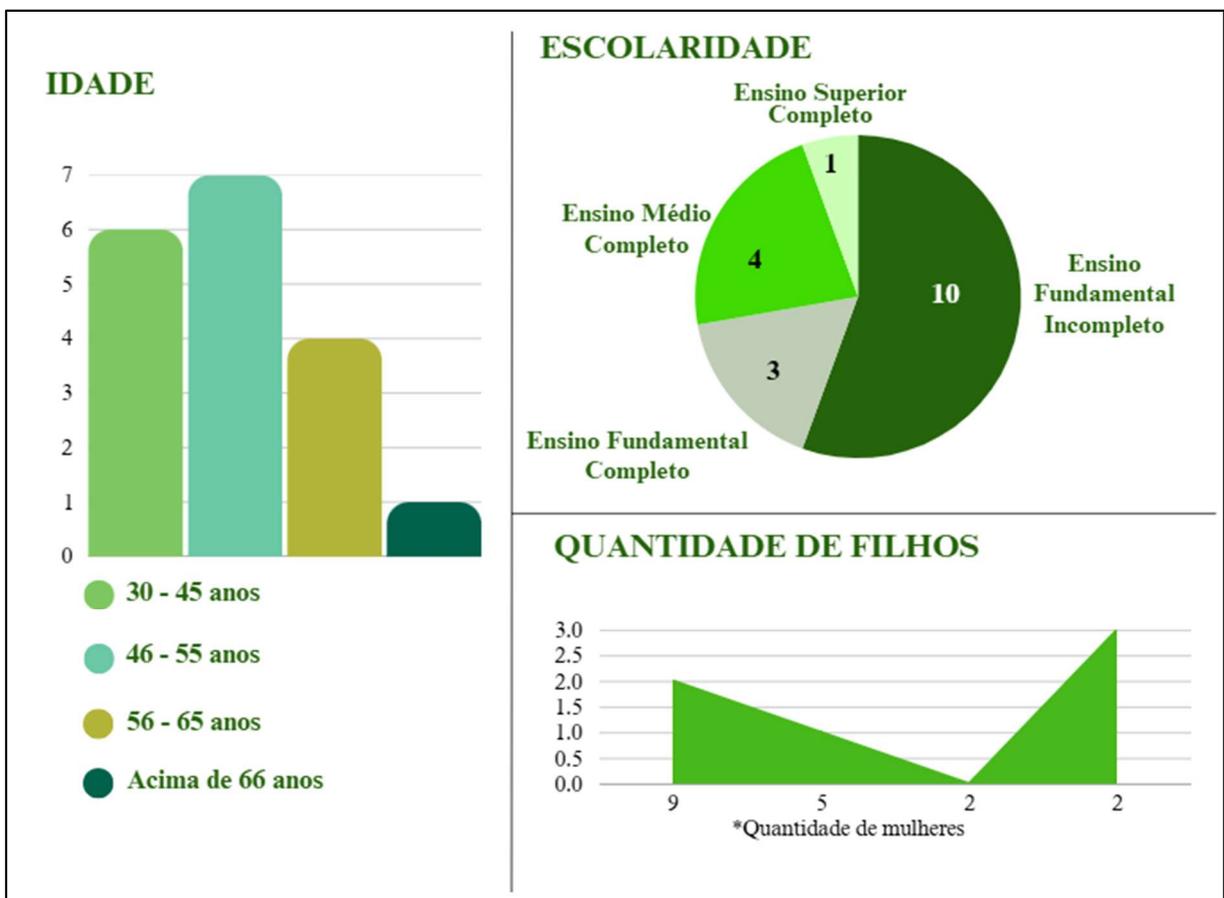


Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A figura 11 apresenta a distribuição das mulheres participantes da pesquisa de acordo com os municípios em que residem. Santa Cruz do Sul é o município com o maior número de participantes, representando o total de 9 mulheres. Isso indica que este município tem maior representatividade na pesquisa. Sinimbu possui 5 das participantes, sendo este o segundo município com maior número de participantes.

Já Vale do Sol conta com 3 das participantes e Herveiras é o município com o menor número de participantes, representando apenas 1 do total. Há uma maior concentração em Santa Cruz do Sul, ou seja, isso reflete a facilidade de acesso das participantes que optaram por participar da pesquisa.

Figura 12 – Perfil socioeconômico



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

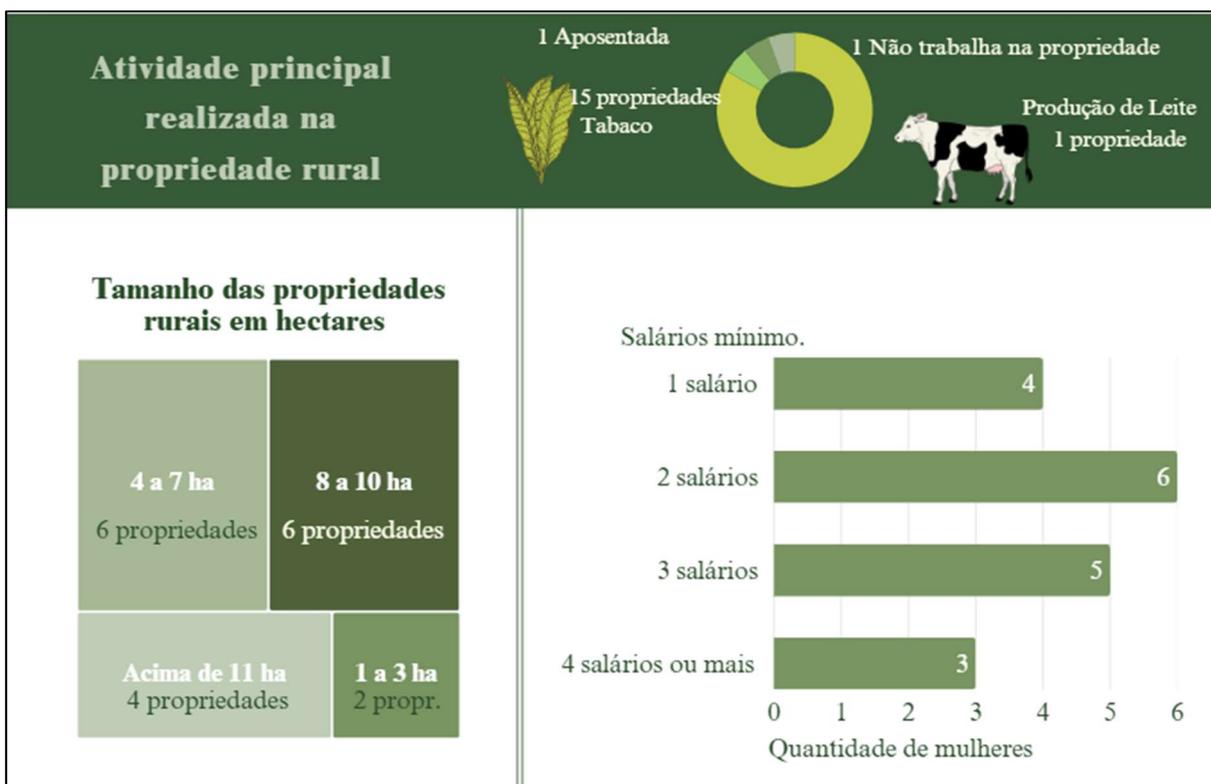
A figura 12, apresenta informações sobre o perfil socioeconômico das mulheres participantes da pesquisa e está dividido em três seções principais: faixa etária (idade), escolaridade e quantidade de filhos. Em relação a idade maioria das mulheres está na faixa etária de 46 a 55 anos, seguida de 30 a 45 anos. Há uma menor representatividade de mulheres com 56 a 65 anos e acima de 66 anos, sendo essa última a menos frequente.

Sobre a escolaridade, maior parte das participantes (11 mulheres) possui ensino fundamental incompleto, o que corresponde também as informações apresentadas na figura 01 (perfil dos produtores rurais no Brasil), onde 60% dos homens e mulheres frequentaram somente até o ensino fundamental. Apenas 3 completaram o ensino fundamental e 4 concluíram o ensino médio. Somente 1 mulher possui ensino superior completo. A escolaridade reflete um nível educacional predominantemente baixo entre as participantes.

O perfil indica uma predominância de mulheres de meia-idade, com baixo nível educacional e uma tendência a ter em média 2 filhos. Esses dados sugerem desafios relacionados à escolaridade e talvez ao acesso a oportunidades econômicas e sociais. O reduzido nível de escolaridade entre mulheres rurais de 40 a 60 anos pode ser atribuído a fatores históricos, econômicos e sociais, diretamente ligados ao contexto socioeconômico e cultural em que foram criadas, em consonância com os achados de Favareto (2014).

Em relação as propriedades rurais e a renda mensal, a figura 11, apresenta um panorama das atividades predominantes, distribuição de tamanhos das terras e rendimento das mulheres em termos de salários mínimos.

Figura 11 - Propriedades Rurais e Rendimento Mensal



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A principal atividade realizada nas propriedades rurais é o cultivo de tabaco, representando 15 propriedades rurais. Em contraste, a produção de leite ocupa uma parcela bem

menor, sendo produzida em apenas 1 propriedade rural. Esse cenário evidencia a centralidade do tabaco como a principal fonte de renda e produção agrícola nas áreas analisadas. A produção de tabaco na região é marcada por pequenas propriedades rurais, muitas vezes administradas por famílias que utilizam mão de obra familiar. Geralmente são pequenas e organizadas em sistemas diversificados, embora o tabaco seja a cultura predominante (SINDITABACO, 2019). A atividade é caracterizada por um ciclo intensivo de cultivo, secagem em estufas e comercialização.

As propriedades rurais variam em tamanho, com uma distribuição significativa entre diferentes faixas de hectares. Entre 4 a 7 hectares: há 6 propriedades nesta categoria. Entre 8 a 10 hectares: também se destacam 6 propriedades neste intervalo, representando a mesma quantidade do grupo anterior. Acima de 11 hectares: existem 4 propriedades com extensões maiores. Entre 1 a 3 hectares: apenas 2 propriedades estão nessa faixa de menor tamanho.

Os rendimentos das mulheres nas propriedades são apresentados em faixas de salários mínimos, com a seguinte distribuição: 1 salário mínimo: 4 mulheres; 2 salários mínimos: 6 mulheres, sendo a maior concentração nesta categoria; 3 salários mínimos: 5 mulheres; 4 salários ou mais: 3 mulheres. Esses dados indicam que a maior parte das mulheres possui rendimentos concentrados em torno de 2 a 3 salários mínimos, com uma parcela menor recebendo acima de 4 salários ou permanecendo na faixa mais baixa. No geral, as informações refletem a importância do tabaco como base econômica na maioria dessas propriedades.

Pequenas propriedades podem ser caracterizadas pela diversificação de atividades e pela integração de diferentes formas de produção. Dentro dessas propriedades pesquisadas, identificou-se três tipos de produção que coexistem: produção principal, produção secundária e produção para consumo próprio. Na maioria, como já mencionado é a produção de tabaco a produção principal, nas propriedades pesquisadas a produção de milho é citada como produção secundária.

Ressalta-se a importância descrita pelas entrevistas sobre a produção de culturas e criações de animais para o consumo próprio do seio familiar. Relatam que a produção de hortaliças em suas propriedades rurais, que na sua maioria é por elas mesmas cultivadas, desempenha um papel essencial na segurança alimentar e na nutrição das famílias. Essas hortas, voltadas principalmente ao consumo próprio, são uma fonte de alimentos frescos, variados e de alta qualidade.

O envolvimento das mulheres nesse contexto está associado a práticas cuidadosas e sustentáveis, que valorizam tanto a saúde familiar quanto a preservação ambiente em que estão inseridas. As mulheres, em muitas dessas propriedades, utilizam técnicas de cultivo orgânico

ou com baixo uso de insumos químicos, priorizando o uso de compostagem e biofertilizantes. A rotação de culturas e a consorciação de plantas ajudam a manter a fertilidade do solo e a minimizar pragas e doenças de forma natural. As hortas descritas em sua maioria são altamente diversificadas, incluindo folhas (alface, couve), frutos (tomate, pimentão), raízes (cenoura, beterraba, mandioca) e ervas (coentro, salsa, chás). Essa variedade contribui para uma dieta equilibrada e rica em nutrientes, com diferentes fontes de fibras, vitaminas e minerais.

Conhecimentos adquiridos referente ao cultivo dessas hortaliças também derivam dos encontros que as mulheres participam, a maioria das mulheres demonstrou que possuem um vasto conhecimento tradicional sobre cultivo, manejo de solo e uso de plantas medicinais, transmitido por gerações. Elas adaptam essas práticas às condições locais, inovando com recursos disponíveis.

Outro fator importante mencionado pelas mulheres foi que além de garantir a segurança alimentar, a produção de hortaliças permite economia ao reduzir a dependência da compra de alimentos. O excedente pode ser compartilhado com vizinhos ou vendido em pequenas feiras, gerando renda adicional para a família.

A prática de criação de animais como suínos, aves e bovinos em pequenas propriedades rurais também foi descrita pelas mulheres pesquisadas, voltada para a diversidade da dieta e na sustentabilidade familiar. Essa prática, é para o consumo próprio e reflete o cuidado e o compromisso das mulheres com a qualidade dos alimentos que produzem, priorizando métodos de manejo que aliam sustentabilidade, saúde animal e bem-estar familiar.

Dentro das criações de animais descritas, destacam-se a criação de galinhas, bovinos e suínos. Criados principalmente em sistemas semi-intensivos, os suínos fornecem carne de alta qualidade. Já as galinhas são criadas soltas ou em sistemas de semi-confinamento, o que garante ovos e carne frescos, com sabor superior devido ao manejo natural. Os bovinos criados para consumo próprio frequentemente incluem raças adaptadas ao ambiente local, com foco na produção de leite e carne para a família. Na figura 14 apresenta-se um esquema com essas produções e criações.

Figura 14 – Produção de Culturas e Criação de Animais para Consumo Próprio



Fonte: Elaborado pela autora, (2024).

As mulheres também relataram um cuidado com a alimentação dos animais, garantindo o equilíbrio entre produtividade e bem-estar. Relatam que os resíduos gerados pela criação, como esterco, são frequentemente reaproveitados como adubo orgânico em suas hortas, promovendo um ciclo produtivo sustentável. Práticas como a integração entre a agricultura e pecuária auxiliam na otimização de recursos disponíveis na propriedade, garantindo a segurança alimentar da família, sendo o excedente, na maioria das vezes, vendido, gerando renda extra para a família.

Breitenbach (2014) e Fontoura, Deponti, Silva e Silva (2018), citados no referencial teórico, destacam que a diversificação rural apresenta maior complexidade na gestão, enquanto sua implementação na prática agrícola tende a ser mais simples. Pelas falas das mulheres percebe-se um crescente reconhecimento delas no meio rural o que fortalece sua posição como gestoras de práticas produtivas de qualidade, garantindo alimentos saudáveis para suas famílias e contribuindo para a sustentabilidade das pequenas propriedades.

7.2 Gestão econômico-financeira da propriedade rural e tomada de decisão

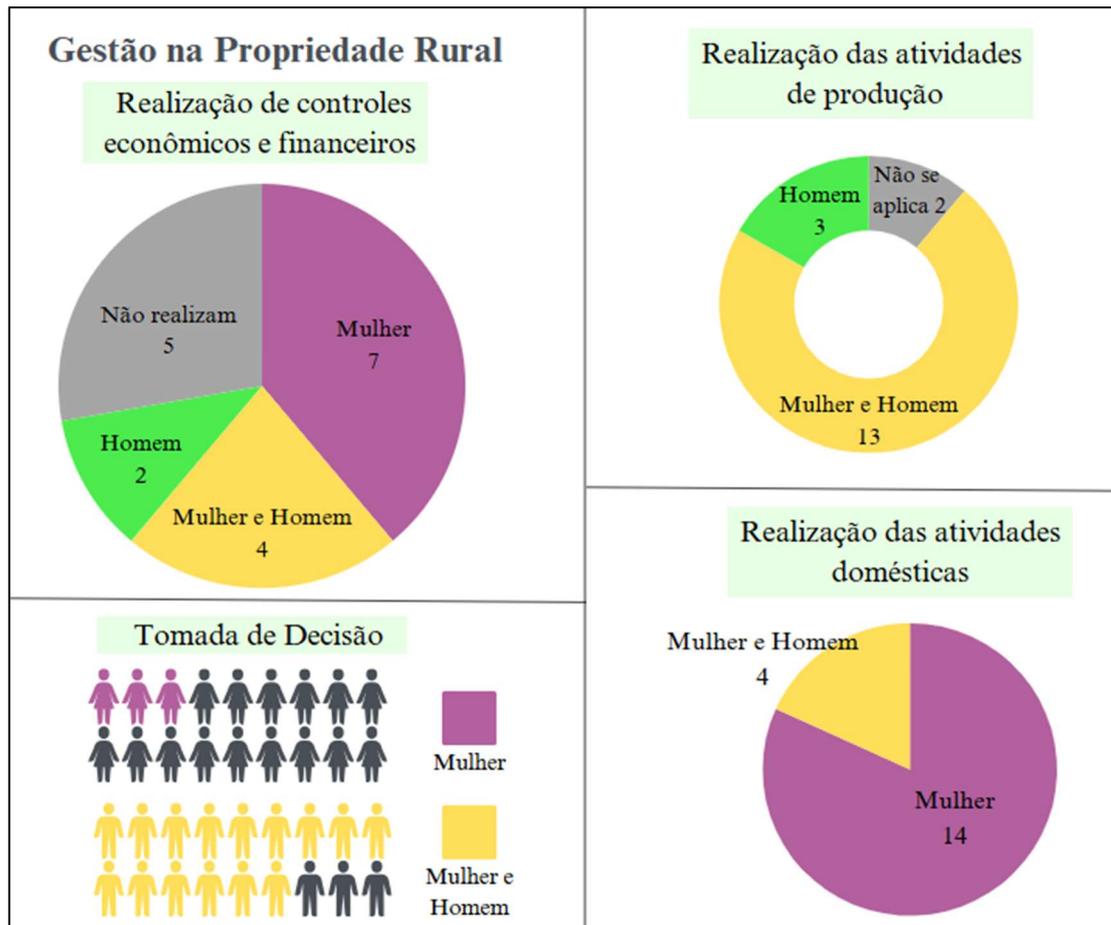
A gestão econômico-financeira em pequenas propriedades rurais visa garantir sua viabilidade e sustentabilidade, pois envolve o planejamento, controle e monitoramento de receitas, despesas e investimentos, permitindo a otimização dos recursos disponíveis. A tomada de decisão é baseada na análise de dados coletados, como custos de produção, preços de mercado e margens de lucro, além de fatores externos como sazonalidade e condições climáticas. O planejamento auxilia as agricultoras a priorizar atividades rentáveis, diversificar fontes de renda e minimizar os riscos envolvidos.

O controle rigoroso de custos, na produção pode auxiliar na identificação de oportunidades de economia e investimentos, mas percebe-se pelas descrições das entrevistadas, que alguns custos são levantados, mas não todos e também não foi mencionado a questão de qual método de custeio é utilizado. Identifica-se dificuldades no que tange a questão de custos, como por exemplo como classifica-los. Esse dado corrobora as afirmações de Crepaldi (2019) e Fontoura, Silva e Deponti (2022), que ressaltam a importância da gestão de custos para a administração da propriedade rural, ao mesmo tempo em que evidenciam as dificuldades enfrentadas pelas produtoras nesse processo.

Outro fator é diversificação de fontes de renda e a separação de finanças pessoais e produtivas são práticas recomendadas, conforme mencionado no referencial teórico, para melhorar a organização. Assim, uma gestão integrada promove maior estabilidade financeira, assegurando o bem-estar da família e o desenvolvimento sustentável da propriedade. Esse processo é especialmente relevante para pequenas propriedades, onde decisões assertivas podem determinar o equilíbrio econômico e a segurança familiar. Em relação a separação das finanças pessoais percebe-se dificuldades em separar o que são as finanças das produções, por ser dentro da mesma unidade familiar.

No que tange as mulheres rurais entrevistadas, obteve-se as seguintes respostas apresentadas na figura 15 referente aos questionamentos sobre a gestão da propriedade rural.

Figura 15 – Gestão nas propriedades rurais



Fonte: Elaborado pela autora, (2024).

A figura 15 apresenta uma análise da gestão em propriedades rurais, abordando quatro aspectos principais: realização de controles econômicos e financeiros, tomada de decisão, realização das atividades de produção e realização das atividades domésticas. Em relação a realização de controles econômicos e financeiros a figura painel divide as responsabilidades entre os membros da propriedade rural.

Em 7 propriedades rurais as mulheres realizam o controle econômico-financeiro, representando a maior parte. Em 4 propriedades mulheres e homens (de forma compartilhada) tem essa responsabilidade. Em apenas 2 propriedades rurais essa responsabilidade é realizada pelos homens. Em 5 propriedades rurais não é realizado nenhuma forma de controle econômico-financeiro. A predominância da mulher na gestão financeira demonstra sua participação ativa nesse aspecto nas propriedades. Em 03 propriedades rurais as atividades relacionadas a produção são de responsabilidades de homens, conforme mencionado pelas entrevistas, devido a problemas de saúde que impossibilitaram de realizar esforços físicos elas precisaram parar de se responsabilizar por essas atividades, mas antes (das dificuldades físicas), realizavam as atividades vinculadas a produção.

Em 1 propriedade rural não há mais produção, pois, a mulher é viúva e aposentada atualmente, antes a produção realizada era a do tabaco, onde as responsabilidades voltadas a produção eram compartilhadas pelo casal. As divisões sugerem uma colaboração significativa entre homens e mulheres nas atividades voltadas a produção das propriedades rurais.

7.3 Percepção das mulheres sobre a gestão econômico-financeira da propriedade rural

A percepção das mulheres sobre a gestão econômico-financeira da propriedade rural pode ser influenciada por diversos fatores, como a responsabilidade por atividades com menor remuneração e por atividades domésticas e familiares não pagas. As mulheres são fundamentais pois preocupam-se com a segurança alimentar e nutricional, o gerenciamento de recursos naturais, lideram as propriedades e se envolvem em ações comunitárias nos locais em que estão inseridas. O protagonismo dessas mulheres na agricultura promove a equidade de gênero e estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das propriedades rurais.

A falta de registros e análises pode impactar diretamente a tomada de decisões e a sustentabilidade das propriedades rurais, apontando a necessidade de ferramentas simples e acessíveis para apoiar essas famílias. A ausência de um entendimento adequado sobre os controles financeiros é um ponto notável em diversas práticas de gestão. Em relação a importância dos registros, e entrevistada 10, fez o seguinte relato: *“Esses tempos entrou um valor para nós e aí como eu te disse essa parte é mais comigo meu marido não é muito de fazer essa parte de anotações. Então a gente foi gastando esse valor R\$ 2.000,00 para tal coisa outros R\$ 3.000,00 para outra coisa pega R\$ 500,00 aqui, pega R\$ 1.500,00 ali e aí ele mais ou menos se esqueceu. E aí esses tempos ele veio questionar como que os R\$ 12.000,00 mil que a gente tinha de valor que tinha entrado, agora só tem um pouco ainda, mas aonde foi esse dinheiro? Porque eu não sei. Aí eu parei pensei olhei para minha filha e disse espera aí que eu vou buscar o meu caderninho, daí peguei meu caderninho e mostrei para ele todos os valores que a gente tinha gastado aonde que a gente tinha gastado que era no diesel e outras coisas que a gente precisava daí ele me olhou e falou assim: É verdade, eu não achei que tinha gastado tanto. Se tu não anota tu não consegue lembrar tudo né daí se tu não anota tu esquece.*

Esse relato demonstra a necessidade de registro para que as demonstrações possam ser realizadas. As decisões financeiras frequentemente são fundamentadas em cálculos que se assemelham, por exemplo, a uma Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a um fluxo de caixa. Esses instrumentos fornecem uma visão parcial da realidade econômica, sendo que o balanço patrimonial, um elemento essencial para uma visão mais ampla, muitas vezes não é realizado. Nesse contexto, a DRE e o fluxo de caixa são as ferramentas que mais se aproximam

da realidade operacional. O fluxo de caixa apresenta as entradas e saídas financeiras no período, enquanto a DRE demonstra o lucro ou prejuízo do empreendimento (FONTOURA; SILVA; DEPONTI, 2022).

Para ilustrar, a entrevistada 01 realiza duas análises distintas, uma na cultura do milho, com foco na produção de silagem, e outra na plantação de tabaco. Na produção de silagem, consideraram-se apenas os gastos com insumos, equipamentos, maquinários e materiais, desconsiderando-se o custo da mão de obra das pessoas envolvidas na atividade. Já na cultura do tabaco, observou-se que, em determinados cálculos, itens como o custo da lenha não foram considerados. Outro exemplo relevante é a inclusão, nos cálculos, do valor de arrendamento de terras próprias. Ainda que o proprietário não pague efetivamente o arrendamento, atribui-se um custo hipotético de R\$ 20.000,00 que seria o valor do arrendamento caso a terra fosse alugada. Essa abordagem considera esse montante como despesa, enquanto outras variáveis, como a depreciação, não são contabilizadas. Esse método reflete uma escolha específica de análise, com implicações diretas na interpretação dos resultados financeiros.

A entrevistada 03 comentou que, em relação aos controles financeiros que realizam, eles não fazem registros formais, ou seja, não anotam "na ponta do lápis". Em vez disso, utilizam as notas fiscais para analisar tudo o que entrou como receita, como no caso da produção de fumo, e fazem os cálculos para identificar os gastos. Eles realizam duas análises distintas: uma sem considerar a mão de obra de pessoas, por exemplo, e outra considerando essa mão de obra. No exemplo citado pela entrevistada, se o resultado fosse de R\$ 100.000,00 ele cairia pela metade caso todos os custos fossem atribuídos. No entanto, preferem não incluir certos gastos nos cálculos, pois isso pode gerar desmotivação para continuar com as atividades.

Também foi observado que há uma falta de controle sobre os gastos pessoais. Embora tenham um controle em relação à produção, os gastos pessoais não são devidamente monitorados. Eles fazem uma média aproximada de despesas fixas, como contas de luz, água e outras contas mensais da casa, mas não contabilizam despesas pessoais menores, como cabeleireiro ou roupas. Esses gastos pessoais, embora sejam menores em comparação aos custos de produção, acabam não sendo separados nem incluídos nos levantamentos financeiros. Esse fato também foi relatado no estudo de Marion (2019), Crepaldi (2019) e Fontoura, Silva e Deponti (2022).

Quando questionada sobre sua renda mensal, ficou evidente que a entrevistada não sabia o valor exato. Ela fez uma estimativa, dizendo acreditar que recebia algo em torno de um valor específico. Isso demonstra que ela não possui um controle detalhado do que a produção de fumo proporciona em termos financeiros. A única certeza que tinha era o valor do salário mínimo que

recebe como aposentada, um montante fixo mensal. No entanto, em relação ao lucro da produção, ela estimou que poderia ser algo superior a cinco salários mínimos, sem muita convicção.

As decisões são tomadas com base em cálculos que, de certa forma, podem ser comparados a uma Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) ou a um fluxo de caixa. No entanto, não realizam um balanço patrimonial, por exemplo. O que mais se aproxima da realidade que apresentam são a DRE e o fluxo de caixa: este último mostra as entradas e saídas mensais, enquanto a DRE evidencia o lucro ou prejuízo, corroborando com o estudo de Nunes e Sellito (2016).

Conforme mencionado, são feitas diferentes análises para determinadas culturas, como a do milho, usada na produção de silagem. Nesse caso, consideram apenas os gastos com insumos, equipamentos, maquinários e materiais, sem levar em conta a mão de obra do proprietário. Na produção de fumo, por exemplo, em alguns cálculos não incluem o custo da lenha. Outro exemplo dado foi em relação ao uso da terra: mesmo quando a terra é própria, consideram o valor hipotético de arrendamento. Ou seja, se a terra fosse arrendada, gastariam cerca de R\$ 20.000,00. Esse valor é inserido como despesa no cálculo. Por outro lado, não utilizam métodos como a depreciação nos cálculos, preferindo essa abordagem baseada em valores estimados de arrendamento.

A entrevistada 12 relatou que a responsabilidade pelos registros das atividades realizadas na propriedade rural cabe ao seu marido, que coleta todas as informações necessárias. Contudo, não há qualquer tipo de controle formal dos dados, como sugerido pelo referencial teórico. Ainda assim, de acordo com sua descrição, o casal consegue analisar a situação econômica e financeira da propriedade rural a partir das informações levantadas informalmente. Embora o marido seja o responsável pela execução dos registros, as decisões importantes, como a aquisição de uma máquina para colher tabaco, são tomadas de forma conjunta. Ambos têm pleno conhecimento da disponibilidade financeira e das obrigações econômicas da propriedade. Dessa forma, todas as decisões relevantes, sejam relacionadas à produção rural ou a despesas pessoais significativas, são deliberadas coletivamente.

A entrevistada 08 apresentou uma dinâmica diferente, em que ela própria é a responsável por realizar os pagamentos, recebimentos e demais atividades financeiras relacionadas à produção rural. Além disso, atividades que exigem deslocamento também são de sua responsabilidade, sendo apenas comunicadas ao companheiro após sua realização. Esse arranjo evidencia sua autonomia e participação ativa na gestão financeira e familiar, embora as decisões finais sobre os temas sejam discutidas posteriormente entre o casal.

No caso das propriedades rurais que não realizam qualquer tipo de registro, os entrevistados reconhecem a importância dessa prática para a análise econômica e financeira da propriedade. No entanto, apontam a falta de tempo como principal obstáculo para a implementação de tais registros, devido às exigências da produção rural. As mulheres, em particular, destacam o acúmulo de funções, como a execução de atividades domésticas, que incluem o preparo de refeições, a conservação de alimentos e os cuidados com crianças, idosos ou pessoas enfermas que demandam atenção especial. Esse cenário reforça a sobrecarga de trabalho enfrentada pelas mulheres, dificultando sua maior participação em práticas de gestão e controle financeiro da propriedade, o que se confirma com a pesquisa de Saffioti (2015).

A entrevistada 10 relatou sua história de vida, estabelecendo uma relação entre suas experiências pessoais e a gestão financeira. Ela explicou que, na juventude, entre os 16 e 18 anos, trabalhou na cidade, desempenhando funções no meio urbano como faxineira e diarista. Durante esse período, enfrentou dificuldades na gestão de seus recursos financeiros, gastando imediatamente o dinheiro que recebia e assumindo compromissos futuros que não conseguia honrar. Essa falta de planejamento resultou em um ciclo de endividamento, tornando-se um momento desafiador de sua vida.

Ao se casar e mudar-se para o meio rural, essa experiência negativa tornou-se um aprendizado significativo. A entrevistada relatou que a dificuldade enfrentada devido à falta de controle financeiro a levou a compreender a importância de implementar práticas rigorosas de gestão econômica. Atualmente, na propriedade rural que compartilha com seu marido, ela realiza registros financeiros detalhados das receitas e despesas, com foco na produção de tabaco. Essa produção é gerida em conjunto, envolvendo não apenas sua família, mas também outra parte da família ampliada, o que torna os registros ainda mais precisos para garantir uma divisão justa dos recursos.

A entrevistada destacou que, com base nesses registros e nas análises econômicas realizadas, é possível alocar recursos adequados para investimentos, reparos e melhorias na propriedade, bem como para os gastos pessoais. Ela enfatizou que, sem esses controles, teria sido impossível superar o endividamento que enfrentou no passado. Apesar do progresso alcançado, ela reconheceu que a gestão da propriedade rural exige esforço contínuo, uma vez que é necessário conciliar as responsabilidades com as atividades domésticas e produtivas.

No que diz respeito às atividades realizadas por homens e mulheres, a entrevistada ressalta que há, de fato, diferenças físicas entre os gêneros. Ela aponta que, em atividades que exigem maior esforço físico, como aquelas realizadas na lavoura em produções de grande escala, as mulheres possuem limitações em comparação aos homens, devido à menor

capacidade física para desempenhar tarefas de mesma intensidade. Contudo, no que se refere à tomada de decisão, não há diferenciação entre homens e mulheres. A capacidade de decidir é atribuída igualmente a ambos, podendo ser exercida de forma independente, sem restrições relacionadas ao gênero.

7.4 Percepção das mulheres sobre a tomada de decisão

O processo de tomada de decisão em pequenas propriedades rurais, conforme identificado na pesquisa, geralmente é realizado de forma conjunta entre os membros do casal. As mulheres, na sua maioria, desempenham um papel ativo nesse processo, contribuindo para a análise e escolha das melhores alternativas relacionadas à gestão e produção da propriedade. Essa participação feminina demonstra que, em muitos casos, as decisões não são tomadas unilateralmente pelos homens, mas de maneira colaborativa, com ambos os membros da família compartilhando opiniões e responsabilidades.

A contribuição das mulheres no processo de tomada de decisão abrange questões como planejamento das atividades agrícolas, alocação de recursos, escolha de insumos, estratégias de comercialização e definição de prioridades financeiras. Apesar disso, a ausência de registros econômicos e financeiros formais limita a base de informações disponíveis para decisões mais fundamentadas, o que pode comprometer a eficiência e a sustentabilidade das escolhas realizadas.

No que diz respeito ao processo de tomada de decisão, a maioria das mulheres entrevistadas relatou pontos em comum sobre como percebem sua participação nesse contexto. Grande parte delas se considera ativamente envolvida nas decisões familiares, destacando aspectos que muitas vezes passam despercebidos nas discussões, como a necessidade de investimentos não apenas na produção agrícola, mas também no lar onde vivem. Por assumirem, na maior parte dos casos, a responsabilidade pelas atividades domésticas, essas mulheres demonstram uma perspectiva multidimensional da gestão da propriedade rural, considerando diversos aspectos além da produção.

Enquanto isso, os companheiros tendem a focar em questões mais específicas relacionadas à produção agrícola. As mulheres, contudo, frequentemente utilizam argumentos que buscam equilibrar as necessidades gerais da família e da propriedade, garantindo que os recursos disponíveis sejam alocados de forma a atender tanto as demandas produtivas quanto as domésticas. Elas relatam que essa abordagem abrangente é frequentemente ouvida e valorizada, consolidando seu papel ativo nas decisões familiares. Duas entrevistadas, inclusive,

relataram que, em muitas ocasiões, têm a palavra final nas decisões, evidenciando sua influência no processo.

Outro ponto relevante destacado pelas entrevistadas é a natureza reflexiva do processo decisório. Na maioria dos casos, as decisões não são tomadas de forma precipitada; ao contrário, são precedidas por uma análise cuidadosa das condições e do contexto atual. Antes de qualquer decisão, avalia-se se aquele é o momento adequado para agir e quais seriam as melhores estratégias a adotar. Esse cuidado reflete a consideração de múltiplos fatores, garantindo que a decisão seja tomada com base em uma visão ampla. Esse modelo colaborativo de tomada de decisão reflete a importância das mulheres no contexto das propriedades rurais, não apenas como participantes nas atividades produtivas, mas também como pessoas ativas na gestão da unidade familiar e produtiva.

Sob outra perspectiva, a entrevistada 07 compartilhou um relato de vida em que destacou a mudança significativa em sua experiência de tomada de decisão após o afastamento de seu companheiro. Durante o período em que ele estava presente, as decisões eram tomadas majoritariamente por ele, mesmo quando ela não concordava com as escolhas feitas. Apesar das discordâncias, ela sentia que não tinha outra opção além de acatar essas decisões, mesmo percebendo que algumas delas não eram positivas a partir de sua perspectiva.

Após o término da convivência com o companheiro, a entrevistada passou a assumir as decisões por conta própria, o que descreveu como um processo libertador. Ela relatou que, enquanto ele era responsável pelas escolhas, os recursos financeiros disponíveis frequentemente eram destinados a gastos desnecessários, resultando em períodos prolongados de escassez, em que era necessário viver com o básico. Nesse contexto, apesar de não participar diretamente do processo decisório, ela era frequentemente a responsável por cumprir as obrigações relacionadas à propriedade rural, além de precisar desempenhar múltiplas funções para gerar renda suficiente para cobrir as despesas da casa.

Com a independência adquirida, a entrevistada observou mudanças positivas. Ela conseguiu adotar práticas de controle financeiro mais eficientes, o que lhe permitiu poupar dinheiro e evitar dívidas desnecessárias. Atualmente, realiza um acompanhamento sistemático de suas receitas e despesas, mantendo registros organizados e assegurando uma gestão financeira mais estável. Essa experiência trouxe, segundo ela, maior autonomia, bem-estar e confiança em sua capacidade de gerir os recursos de forma eficaz.

Portanto, baseado nos relatos das entrevistadas, percebe-se que na tomada de decisão, quando a mulher participa ativamente com o marido, existe uma abordagem mais ampla e equilibrada, considerando tanto as necessidades da produção quanto as demandas familiares.

No entanto, a ausência de registros financeiros sistemáticos pode comprometer o resultado das escolhas feitas. Além disso, experiências individuais, como a da entrevistada 07, demonstram que a autonomia decisória das mulheres pode resultar em uma gestão mais equilibrada dos recursos, fortalecendo sua posição dentro da unidade produtiva e familiar. Assim, a análise reafirma a importância da equidade na tomada de decisões, garantindo maior sustentabilidade e equilíbrio nas propriedades rurais.

7.5 Autoanálise das mulheres no processo de gestão e tomada de decisão

Todas as entrevistadas foram questionadas sobre como se percebiam em relação ao processo de gestão e tomada de decisão dentro das propriedades rurais. Os relatos iniciais não se restringiram apenas à gestão econômica e financeira, mas abarcaram suas trajetórias de vida e a caminhada que percorreram enquanto mulheres no contexto rural. Elas descreveram sua rotina como intensa e repleta de desafios, caracterizada por uma sobrecarga que resulta da necessidade de conciliar as atividades produtivas da propriedade, as tarefas domésticas e a gestão econômica e financeira.

Em relação a divisão das atividades, percebe-se a partir da figura 15 (apresentada anteriormente), das 18 entrevistadas, 14 delas são responsáveis integralmente pela realização das atividades domésticas. Isso indica a ausência de uma distribuição equitativa dessas responsabilidades, sendo que apenas em quatro propriedades essa divisão ocorre entre outros membros da família ou seus companheiros. Essa realidade corrobora a percepção de sobrecarga relatada pelas mulheres, uma vez que, além de estarem envolvidas tanto no processo produtivo quanto na gestão, também assumem integralmente as tarefas domésticas.

Entre os sentimentos e palavras mais mencionados durante as entrevistas, destacaram-se "trabalho", "sobrecarga" e "realização". A palavra "realização" foi amplamente citada, refletindo o contentamento das entrevistadas com a profissão que escolheram, mesmo diante das dificuldades e da carga de trabalho elevada. Segue relato da entrevistada 04: *“É muito gratificante porque eu posso administrar e faço a frente para fazer as coisas aqui dentro da propriedade e não posso me queixar sinto muito orgulho daquilo que eu tenho e sei também do que eu quero conseguir ainda e o que eu tenho hoje eu amo”*. Elas relataram sentir uma profunda satisfação e felicidade por estarem inseridas no meio rural, destacando o apreço pelo trabalho com a terra, o plantio e pelo papel de gestoras no contexto da propriedade rural.

A partir da figura 16, pode-se observar que as mulheres rurais, ao realizarem uma autoanálise, identificam uma variedade de sentimentos, necessidades e aspectos que compõem sua vida e bem-estar. A entrevistada 05 destaca: *“Eu moro em um lugar muito tranquilo eu*

gosto muito do lugar que eu moro e isso me faz sentir bem porque me ajuda na qualidade de vida que eu tenho na cidade é muita agitação como é muita agitação as próprias pessoas já ficam mais ansiedades com tudo. Mas, como é que eu vou te dizer, eu me sinto assim muito bem olha eu sou eu não quero puxar o assado para o meu lado como se diz né, mas as pessoas me procuram para participar de quase todas as atividades da Comunidade e os doentes gostam de mim me chamam porque eu ajudo muito eles, inclusive na pandemia eu ajudei muito! Quase tive que subir num coqueiro para conseguir um sinal de celular porque não tínhamos internet nem luz nem nada. Mas, conseguimos a partir da internet do telefone a gente conseguiu medicação”. Esses elementos refletem uma interação complexa entre diferentes dimensões, como saúde, família, trabalho e realização pessoal.

Figura 16 – Autoanálise das mulheres



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Embora reconheçam que o caminho percorrido não foi fácil — e que os desafios persistem até os dias atuais —, mas, elas expressaram orgulho de suas trajetórias. Outro aspecto relevante identificado nos relatos foi o senso de comunidade entre as mulheres rurais, que frequentemente se comunicam, compartilham problemas e discutem soluções, criando uma rede de apoio e incentivo mútuo. Esse intercâmbio de experiências fortalece a gestão das propriedades e contribui para a superação das dificuldades enfrentadas no cotidiano. Segue o relato da entrevistada 13 sobre sua experiência com o grupo: “*Nossa eu acho que seu olhar como eu era 10 anos atrás e como eu sou hoje eu acho que não é mais a mesma pessoa. Porque eu era uma pessoa muito isolada no meu cantinho e eu ficava muito em casa, era só da casa*

para roça, da roça para casa. A gente tinha muito trabalho para fazer, muito serviço, e a gente tinha as nossas dívidas para pagar também. E aí um dia uma moça da Emater veio aqui procurou e a gente fez um grupo de mulheres, de mulheres que estavam na mesma vibe que eu. E aí a partir do momento que eu comecei a participar mais dos encontros desse grupo eu comecei a abrir mais a minha cabeça, eu comecei a aprender coisas novas, comecei a fazer cursos porque eu sempre fui muito curiosa. Eu nunca pensei assim eu não quero aprender mais porque eu já tô velha ou porque eu sou da roça não preciso aprender. Então hoje eu vejo que eu já consegui superar muita coisa, inclusive eu consegui concluir o ensino médio, para mim, isso foi uma conquista muito grande só que muitas vezes eu achei que eu não era capaz de conseguir essa vitória, mas eu consegui”.

Os aspectos mencionados indicam que as mulheres rurais percebem sua realidade de maneira multifacetada, incluindo elementos positivos, como satisfação, alegria, amor, cuidado, e realização, assim como desafios, como sobrecarga. A centralidade de conceitos como "trabalho" e "realização" sugere que a atividade laboral demanda muita atenção de suas vidas, tanto como fonte de identidade e propósito quanto de esforço e pressão. Além disso, a presença de conceitos como "saúde" e "felicidade" revela a importância do bem-estar físico e emocional nesse contexto.

No que tange autoanálise das mulheres no processo de gestão e tomada de decisão, elas sentem-se ativas e participativas, discutem sobre os assuntos financeiros e econômicos e utilizam-se de estratégias argumentativas, sempre pensando no bem-estar da família como um todo. Elas têm uma visão multidimensional da propriedade rural, pois como estão em todas as frentes conseguem articular da melhor forma possível. Elas se percebem como figuras centrais nesse processo e não como auxiliares.

Portanto, a autoanálise dessas mulheres aponta para uma tentativa de equilibrar múltiplos papéis sociais e demandas, muitas vezes associadas à vida rural, destacando os valores relacionados à família, amor e dedicação, mas também os desafios relacionados ao esforço e à sobrecarga de responsabilidades.

A autoanálise das mulheres rurais evidencia a complexidade de suas trajetórias, marcadas pela conciliação entre a gestão produtiva, as responsabilidades domésticas e o bem-estar familiar. Apesar da sobrecarga relatada, essas mulheres demonstram orgulho e realização em suas funções, reafirmando seu papel central no contexto rural. Além disso, a construção de redes de apoio entre elas fortalece sua participação ativa na tomada de decisões e na superação dos desafios cotidianos. O equilíbrio entre trabalho, identidade e bem-estar reflete uma visão multidimensional da propriedade rural, na qual as mulheres não apenas contribuem, mas

lideram processos fundamentais para a sustentabilidade econômica e social de suas comunidades.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada com as mulheres rurais vinculadas à Comissão de Mulheres Rurais do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Santa Cruz do Sul possibilitou a compreensão das percepções dessas mulheres sobre sua participação na gestão econômica e financeira das propriedades rurais, a partir dos seguintes objetivos traçados: descrição das práticas de gestão econômica e financeira que compõem a rotina das mulheres rurais; verificação da participação das mulheres na gestão econômica e financeira da propriedade rural; estudo sobre as ações relacionadas a tomada de decisão; análise como as mulheres se percebem dentro dos processos de gestão.

Para a interpretação dos dados, optou-se pela abordagem fenomenológica, que se baseia na análise da experiência vivida pelos sujeitos em relação a um fenômeno específico. Nesse caso, a investigação centrou-se na percepção das mulheres sobre sua participação na gestão econômica e financeira das propriedades rurais. Para a análise dos resultados, utilizou-se o modelo de arco de Maguerez, que consiste em um processo estruturado em cinco etapas.

No que se refere aos objetivos da pesquisa, observou-se que as práticas de gestão econômica e financeira adotadas pelas mulheres participantes envolvem, predominantemente, o registro das movimentações, como receitas, despesas e custos, ocorridas ao longo de determinado período. No entanto, destaca-se, que tais práticas não seguem rigorosamente os princípios e normas contábeis, bem como a estrutura técnica das demonstrações contábeis. Normas contábeis simplificadas poderiam atender as especificidades e complexidade da agricultura familiar, considerando a realidade das mulheres rurais (pequenas produtoras).

Em relação a participação das mulheres na gestão econômica e financeira, conforme demonstrado na descrição dos resultados, das 18 entrevistadas, em 7 propriedades somente as mulheres realizam os registros e análises, enquanto em 4 propriedades essa atividade é compartilhada entre o casal ou a família. Em 5 propriedades rurais a gestão não evidenciada de forma clara. Com isso, pode-se concluir que as mulheres são protagonistas nesse processo, sendo, na maioria das entrevistadas analisadas, as principais responsáveis por sua execução seja de forma individual ou em conjunto com outros membros da família.

Quanto ao estudo das ações relacionadas a tomada de decisão, as mulheres são ativas, possuindo forte influência nas decisões a serem tomadas. Elas articulam de maneira estratégica sobre o que ser mais benéfico para a família, levando em consideração tanto a produção da propriedade rural quanto no bem-estar da família e a gestão da propriedade.

No que tange à autoanálise das mulheres no contexto da gestão e da tomada de decisão, observa-se que estas se veem como protagonistas ativas e engajadas nesse processo. Elas participam diretamente das discussões sobre questões financeiras e econômicas, empregando estratégias argumentativas que buscam o bem-estar coletivo da família. Ademais, apresentam uma perspectiva abrangente sobre a propriedade rural, uma vez que atuam em múltiplas frentes e são capazes de integrar de forma ativa as diversas demandas. Nesse contexto, as mulheres não se posicionam como simples ajudantes, mas como figuras centrais na gestão e condução das atividades produtivas.

Os resultados indicam que, embora as mulheres reconheçam seu papel ativo e fundamental na tomada de decisões dentro do núcleo familiar, muitas vezes se sentem sobrecarregadas pela acumulação de tarefas, tanto domésticas quanto relacionadas à produção e gestão da propriedade.

Ressalta-se também as dificuldades de separar as finanças pessoais das contas da atividade produtiva. Essa realidade está intrinsicamente ligada à estrutura familiar e à informalidade que ainda ocorre em grande parte das pequenas propriedades rurais pesquisadas, pois os limites entre os gastos pessoais e o financeiro da produção frequentemente se sobrepõem. Essa falta de separação dos recursos pessoais e produtivos compromete a visão clara sobre a rentabilidade e a sustentabilidade econômica das atividades rurais. Sem uma separação adequada, as agricultoras enfrentam obstáculos para avaliar corretamente os custos de produção, planejar investimentos e o resultado daquela atividade, uma vez que a falta de registros financeiros organizados limita a análise de viabilidade econômica e a tomada de decisões.

A falta de percepção sobre a importância e prática de uma gestão econômica e financeira, aliada à tradição cultural de subsistência familiar, mantém essa dificuldade e limita o empoderamento econômico e a autonomia das mulheres no espaço rural. Portanto, a implementação de práticas de gestão econômica e financeira voltadas às mulheres rurais, assim como o incentivo à adoção de métodos de contabilidade simplificados, mostram-se essenciais para promover a sustentabilidade e desenvolvimento das propriedades e fortalecer a atuação feminina na gestão rural.

Destaca-se que a participação de mulheres rurais em grupos comunitários e comissões, é fundamental para troca de conhecimentos e no fortalecimento social. Esses espaços promovem o diálogo, o aprendizado e a cooperação mútua, contribuindo para o empoderamento feminino e o desenvolvimento local. No território analisado, essa interação ocorre por meio de reuniões, eventos e ações conjuntas, permitindo o compartilhamento de experiências sobre desafios e

oportunidades que o meio rural oferece, exemplos disso são os encontros da Comissão de Mulheres Rurais. O conhecimento adquirido nesses espaços reflete diretamente na gestão da propriedade rural, possibilitando uma melhor organização produtiva e o fortalecimento da autonomia feminina. Além disso, a participação nesses espaços proporciona o acesso a capacitações, promovendo o desenvolvimento sustentável das propriedades e também a valorização das mulheres no meio rural.

As práticas de gestão econômica e financeira, como o registro de informações, são realizadas em grande parte das propriedades, mas com limitações no que diz respeito à padronização e ao uso de estruturas contábeis adequadas, principalmente nas análises econômicas estruturadas que envolvem os princípios da entidade e da competência. Em muitas situações, observa-se uma aproximação mais informal das mulheres com ferramentas de gestão, como o fluxo de caixa e a demonstração do resultado do exercício, que são utilizadas de forma mais intuitiva do que sistemática. Embora essas mulheres busquem realizar a gestão com base em dados, a falta de regulamentação clara para a prática e a ausência de capacitação contínua dificultam a maximização da eficiência e a tomada de decisões fundamentadas.

Após a pesquisa, utilizando a profundidade fenomenológica triangulando várias metodologias, inclusive o arco de problematização, percebe-se que as mulheres tem um protagonismo na gestão econômica e financeiras da totalidade estudada, entretanto ainda percebe-se dificuldades em apropriações e na mecanização de registros e na utilização dos mesmos, bem como dificuldades na literatura especializada em contabilidade, no tange em metodologias simplificadas, modernizadas, bem como tecnologias da informação para a melhoria da gestão como um todo.

Ainda como limitações evidencia-se a dificuldade de coleta de dados e trazendo a disciplinariedade das Ciências Contábeis o desenvolvimento de estudos técnicos que discutam teoria contábil específica para produção em economia familiar abrangendo todas as suas particularidades e especificidades na aplicação dos princípios competência e entidade e também de uma visão mais ampla da propriedade.

Além disso, a pesquisa aponta para a necessidade de maior desenvolvimento das práticas de gestão econômica e financeira nas propriedades rurais, assim como a importância de se proporcionar um espaço para a formação dessas mulheres, garantindo que tenham acesso a ferramentas e conhecimento técnico que as ajudem a melhorar a gestão e a divisão do trabalho. As limitações da pesquisa, que se restringem a um grupo específico de mulheres, abrem caminhos para futuros estudos que possam ampliar a análise sobre a gestão financeira nas propriedades rurais, especialmente no que se refere às dificuldades enfrentadas pelos produtores

e produtoras rurais na sistematização de dados para uma tomada de decisão mais informada. Esses estudos podem contribuir significativamente para o aprimoramento das práticas de gestão nas propriedades rurais, promovendo maior equidade e sustentabilidade no meio rural.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Desenvolvimento rural territorial e capital social. *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais : conceitos, controvérsias e experiências*. Tradução. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001357893> Acesso em: 18 set. 2023.
- BERBEL, Neusi Aparecida Navas. *Metodologia da problematização: fundamentos e aplicações*. Londrina: Editora UEL, 1999.
- BERBEL, Neusi Aparecida Nava; GAMBOA, Sílvia Ancízar Sánchez. A metodologia da problematização com o Arco de Maguerez: uma perspectiva teórica e epistemológica. *Filosofia e educação*, Campinas, v.3, n.2,2011. Disponível em: <https://repositorio.minedu.gob.pe/handle/20.500.12799/2846?show=full>. Acesso em: 18 set. 2023.
- BINOTTO, Erlaine, NAKAYAMA, Marina Keiko, SIQUEIRA, Elisabete Stradiotto. A criação de conhecimento para a gestão de propriedades rurais no Brasil e na Austrália. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. v. 51, n. 4, p. 681-698, dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/tNjbcgmHXXZd6GCVzzMCp8B/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 ago. 2023.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 nov 2023.
- BRASIL. *Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015*. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 mar. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm. Acesso em: 30 mar. 2024.
- BRASIL. Lei nº 4.504/1964, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm Acesso em: 15 set. 2023.
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 24 set. 2023.
- BREITENBACH, Raquel. Gestão rural no contexto do agronegócio: desafios e limitações. *Desafio Online*, Campo Grande, v. 2, n. 2, p. 1-20, mai./ago. 2014. Disponível em: <http://www.desafioonline.com.br/publicações>. Acesso em: 16 out. 2023.
- BRITO, Giliarde de Souza; AUGUSTO, Helder dos Anjos; PINHEIRO, Crist Ellen F.; MACHADO, Marcelo Gonçalves. Produção de alimentos e emancipação feminina:

uma experiência de um grupo de mulheres na agricultura familiar. *Revista de Desenvolvimento Social (RDS)*, Montes Claros, v. 22, n. 1, p. 63-73, mar. 2020.

Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/1348>. Acesso em: 16 out. 2022.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gsbrielle dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. *Revista nera*, [S. l.], n. 12, p. 6–17, 2012. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1396>. Acesso em: 23 nov. 2023.

BRUSCHINI, Cristina; PUPPIN, Andrea Brandão. Trabalho de mulheres executivas no Brasil no final do século XX. *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 121, p. 1-20, jan./abr. 2004.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cp/a/nbmnX97KsCvpcyZ5DxhvMMd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 mai. 2024.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso.

Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-64, mar./jun. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462009000100003>. Acesso em: 30 jun. 2024.

CALLADO, Antônio André Cunha; CALLADO, Aldo Leonardo Cunha. CUSTOS: UM DESAFIO PARA A GESTÃO NO AGRONEGÓCIO. *Anais do Congresso Brasileiro de Custos - ABC*, [S. l.], Disponível em:

<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/3134>. Acesso em: 25 ago. 2024.

CARDOSO, Elisabeth Maria. *Mulheres do campo lutam para derrubar barreiras e*

preconceitos. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-05/mulheres-do-campo-lutam-para-derrubar-barreiras-e-preconceito>acessado. Acesso em: 26 nov. 2023.

CIDADE, Lucia C.F.; VARGAS, Gloria M.; JATOBÁ, Sergio U. Regime de acumulação e configuração do território no Brasil. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, 20 p.13-35, 2º sem. 2008.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). Pactos para a igualdade: rumo a um futuro sustentável. Síntese. Santiago: Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. *CPC 16 – Estoques*. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.cpc.org.br>. Acesso em: 15 mar. 2024.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. *CPC 27 – Ativo Imobilizado*. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.cpc.org.br>. Acesso em: 15 mar. 2024.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. *CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola*. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.cpc.org.br>. Acesso em: 15 mar. 2024.

CREPALDI, Silvio Aparecido. *Contabilidade rural: uma abordagem decisorial*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

DEPONTI, Cidonea Machado. As "agruras" da gestão da propriedade rural pela agricultura familiar. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 19, ed. especial, p. 9-24, set. 2014. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/5150>. Acesso em: 15 nov. 2023.

ETGES, Virginia Elisabeta; DEGRANDI, José Odim. *Desenvolvimento regional: a diversidade regional como potencialidade*. RBDR, Blumenau, v.1, n.1, p. 85-94, abril. 2013

ETGES, Virgínia Elisabeta. A região no contexto da globalização: *o caso do Vale do Rio Pardo*. In: VOGT, Olgário; SILVEIRA, Rogério. Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.

FAVARETO, Arilson. A educação nos marcos das transformações do rural contemporâneo. *Educação & Sociedade, Campinas*, v. 35, n. 129, p. 1083-1102, out./dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302014144331>. Acesso em: 30 jun. 2024.

FAVARETO, Arilson. O Desenvolvimento Regional em Perspectiva – *Uma abordagem Territorial baseada na tríade Atores, Ativos e Instituições*. In: SILVEIRA, Rogério; KARNOPP, Erica. (Orgs.) Atores, ativos e instituições: o desenvolvimento regional em perspectiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. Disponível em: <http://observadr.org.br/portal/e-books/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

FLORES, Murilo. A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento - *Uma visão do estado da arte*. Santiago, Chile: RIMISP, 2006.

FONTOURA, Fernando Batista Bandeira da; SILVA, Luis Carlos Alves da. *Custos da complexidade: um ensaio para análise de mix de produção como alternativa gerencial*. XLVI Encontro da ANPAD - EnANPAD 2022. Disponível em: <https://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/8074856808ebec0c49403ce3589b28de.pdf> f Acesso em: 01 nov. 2023.

FONTOURA, Fernando Batista Bandeira da; SILVA, Luis Carlos Alves da; DEPONTI, Cidonea Machado. *Contabilidade e gestão: abordagem para o desenvolvimento rural*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2022.

FONTOURA, Fernando Batista Bandeira da; DEPONTI, Cidonea Machado; SILVA, Luis Carlos Alves da; SILVA, Maicon da. Diversificação da produção rural: em busca de alternativas para gestão econômica e financeira na agricultura familiar. *Anais do Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional, IJUÍ - RS - BRASIL*, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/slaedr/article/view/10575>. Acesso em: 17 set. 2023.

FONTOURA, Fernando Batista Bandeira da; TENÓRIO, Fernando Guilherme; ALLEBRANDT, Sergio Luís. O pensamento da CEPAL para o desenvolvimento regional: interfaces com a gestão social. *Revista brasileira de gestão e desenvolvimento regional*. V.19, Taubaté, São Paulo. N°2, Mai-Ago/2023. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/download/6476/1305/16483>. Acesso em: 17 set. 2023.

FRÜHAUF, Alexandre Ricardo. *Gestão financeira e produtiva do empreendimento rural: uma análise da propriedade Frühauf*. 2014. 119 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Centro Universitário Univates, Lajeado, 2014. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/738/1/2014AlexandreRicardoFruhauf.pdf>. Acesso em: 16 set. 2023.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Almiralva Ferraz. O outro no trabalho: mulher e gestão. *Revista de Gestão USP*, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1-9, jul. 2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rege/article/view/36522/39243..> Acesso em: 20 set. 2022.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.

HIRATA, Helena. Globalização, trabalho e gênero. *Revista de Políticas Públicas*, v. 9, n. 1, p. 111–128, 25 Jul 2015 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3770>. Acesso em: 10 jun. 2023.

HUSSERL, Edmund. *A ideia da fenomenologia*. Lisboa: Edições 70, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Quantidade de homens e mulheres*. 2020. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-dehomens-e-mulheres.html#:~:text=Segundo%20dados%20da%20PNAD%20Cont%C3%ADnu,51%2C8%25%20de%20mulheres>. Acesso em: 16 out. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil*. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=downloads>. Acesso em: 25 nov. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo agropecuário 2017*. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu. Uma investigação e uma proposição sobre o conceito e o uso do valor justo. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 18, n. Especial, p. 09-18, jun, 2007.

KAPLAN, Robert. S.; NORTON, David. P. The balanced scorecard: measures that drive performance. *Harvard Business Review*, v. 70, n. 1, p. 71-79, jan./feb. 1992. Disponível em: <https://hbr.org/1992/01/the-balanced-scorecard-measures-that-drive-performance-2>. Acesso em: 25 jan. 2024.

LENCIONI, Sandra. *Região e geografia*. São Paulo: EDUSP, 1999.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. Tradução: Luiza Sellera. São Paulo: Editora Cultrix, 2019.

LIMONAD, Ester. Brasil séc. XXI. Regionalizar para que, para quem? In: LIMONAD, et al. *Brasil Século XXI: por uma nova regionalização*. São Paulo: Max Limonad, 2004.

MAIHOFER, Andrea. O gênero como construção social - uma consideração intermediária. *Revista Direito e Práxis*, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 874–888, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/25362>. Acesso em: 1 dez. 2023.

MARION, José Carlos. *Contabilidade rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária*. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MARION, José Carlos. *Análise das demonstrações contábeis*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MARQUES, Tereza. *É o gênero uma construção social?*. In AP Mesquita, C. Beckert, JL Pérez & Xavier MLLO (eds.), *A Paixão da Razão. Homenagem a Maria Luísa Ribeiro Ferreira*. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa. pp. 561-578 (2014). Disponível em: <https://philpapers.org/rec/MAROG> Acesso em: 25 nov 2023.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. *Education at a glance 2019*. 2019. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/education-at-a-glance-2019_f8d7880d-en.html. Acesso em: 28 nov. 2023.

ONU, Brasil. Organização das Nações Unidas do Brasil. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 20 nov. 2023.

PELEGRINI, Gelson; GAZOLLA, Marcio. *A agroindústria familiar no Rio Grande do Sul: limites e potencialidades a sua reprodução social*. 2008. 195 p. URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004. p. 76-97.

RODIGHERI, R.; GRZYBOVSKI, D.; DA SILVA, M. H. Gestão de propriedades rurais familiares: dificuldades, desafios e sucessão. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, [S. l.], v. 25, p. e1980, 2023. Disponível em: <https://www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/1980>. Acesso em: 30 set. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Rearticulando gênero e classe social*. In: COSTA, A.O.; BRUSCHINI, C. (Orgs.) *Uma Questão de gênero*. São Paulo ; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Expressão popular, 2015.

SANTOS, Edno Oliveira dos. *Administração financeira da pequena e média empresa*. São Paulo: Atlas, 2001.

SANTOS, Gilberto José dos; MARION, José Carlos; SEGATTI, Sonia. *Administração de custos na agropecuária*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: *a formação social como teoria e como método*, Boletim Paulista de Geografia, nº 54, 1977.

SANTOS, Milton. *Por uma outra Globalização - do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SCHROEDER, D. F.; BIANCHINI, M. A.; DARSIE, C.; MORETTI, C; Z.. *Localização dos municípios do Vale do Rio Pardo*. 2021. 1 mapa. Escala 1:10. Disponível em: <https://geosaudevrp.org/2021/09/26/localizacao-dos-municipios-do-vale-do-rio-pardo/> Acesso em: 10 out. 2023.

SCHNEIDER, Clair Odete; GODOY, Cristiane Maria Tonetto; WEDIG, Josiane Carine; VARGAS, Thiago de Oliveira. Mulheres rurais e o protagonismo no desenvolvimento rural: um estudo no município de Vitorino, Paraná. *Interações*, Campo Grande, v. 21, n. 2, p. 245-258, jul. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/inter/v21n2/1518-7012-inter-21-02-0245.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

SCOTT, Joan. *Gênero e história*. México: Universidade Autónoma de la Ciudad de México, 2008.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1995.

SILVA, Carolina Braz de Castilho; SCHNEIDER, Sérgio. *Gênero, trabalho rural e pluriatividade*. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide e MENEZES, Marilda (Org.) *Gênero e Geração em Contextos Rurais*. Florianópolis/SC, Ed. Mulheres, 2010, pg. 183-207. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Sergio-Schneider/publication/267263823_GENERO_TRABALHO_RURAL_E_PLURIATIVIDADE/links/550882470cf27e990e0bd470/GENERO-TRABALHO-RURAL-E-PLURIATIVIDADE.pdf. Acesso em: 02 ago. 2023.

SILVA, Luis Carlos Alves da; FONTOURA, Fernando; MELLO, Lavínia Lopes de; DEPONTI, Cidonea Machado. Diversificação rural: a importância para agricultura familiar da produção para autoconsumo na cultura do tabaco. Seminário Internacional em Desenvolvimento Regional, 13 set. 2019. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/19282/1192612725>. Acesso em: 21 jun. 2024.

SINDITABACO. *Exportação*. 2019. Disponível em: <http://www.sinditabaco.com.br/sobre-o-setor/exportacao> Acesso em: 10 set. 2022.

SOUZA, Renato. *A condição organizacional: o sentido das organizações no desenvolvimento rural*. Santa Maria/RS: Ed. da UFSM, 2012. 280p.

SOUZA, Diego Silva; CARDOSO, Claudia Tissiane Gois; PEREIRA, Maria Jaqueline dos Santos. Contabilidade rural: a importância da contabilidade aplicada aos pequenos produtores

rurais. Ciências Contábeis. Ciências Humanas e Sociais, Aracaju, v. 6, n. 1, p. 95-106, mar. 2020. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br>. Acesso em: 20 set. 2024.

SPANVELLO, Rosani Marisa. *A dinâmica sucessória na agricultura familiar*. 2008. Tese (Doutorado em desenvolvimento econômico) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SCHWARTZ, Eda. O viver, o adoecer e o cuidar das famílias de uma comunidade rural do extremo sul do Brasil: uma perspectiva ecológica. 2002. Tese (Pós-Graduação em Enfermagem) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/82296>. Acesso em: 29 out. 2023.

TENÓRIO, Fernando. Guilherme. A unidade dos contrários: fordismo e pós-fordismo. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, RJ, v. 45, n. 4, p. 1141 a 1172, 2011. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/7030>. Acesso em: 6 nov. 2023.

TOFFLER, Alvin. *Powershift: as mudanças do poder*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record. 1995.

WORLD ECONOMIC FORUM. *Global Gender Gap Report 2023: Benchmarking gender gaps 2023*. 2023. Disponível em: <https://www.weforum.org/publications/global-gender-gap-report-2023/in-full/benchmarking-gender-gaps-2023/>. Acesso em: 28 nov. 2023

ANEXOS

APÊNDICE A – Questionário “Pesquisa de Perfil”

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL – UNISC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL – PPGDR
 Mestranda Mariéli Helfer Gehring
PESQUISA DE PERFIL SOCIOECONÔMICO

1) Qual município está localizada o local em que você reside?

- () Santa Cruz do Sul () Sinimbu
 () Herveiras () Vale do Sol

2) Qual sua idade?

- () Até 25 anos () Entre 50 anos e 60 anos
 () Entre 26 anos e 30 anos () Entre 60 anos e 70 anos
 () Entre 40 anos e 50 anos () Acima de 70 anos

3) Quantas pessoas moram com você?

- () 1 pessoa () 3 a 5 pessoas
 () 2 pessoas () 6 ou mais pessoas

4) Você tem filhos?

- () Não () Sim, quantos? _____

5) Qual seu nível de escolaridade?

- () Ensino Fundamental Incompleto () Ensino Médio Completo
 () Ensino Fundamental Completo () Ensino Superior Incompleto
 () Ensino Médio Incompleto () Ensino Superior Completo

6) Em relação a propriedade rural, responda:

- () Resido e trabalho na propriedade () Trabalho na propriedade
 () Resido na propriedade () Não resido

7) Qual o tamanho da propriedade?

- Menos de 3 hectares Entre 3 hectares e 5 hectares Entre 6 hectares e 10 hectares
 Entre 10 hectares e 20 hectares Mais de 20 hectares Não se aplica

8) Qual a principal produção da propriedade?

- Tabaco Soja Arroz Criação de animais Outros Não se aplica

9) Qual é a produção secundária da propriedade?

- Milho Mandioca Feijão Criação de animais Outros Não se aplica

10) Qual é a produção de subsistência (consumo próprio) da propriedade?

- Milho Mandioca Feijão Criação de animais Outros Não se aplica

11) Quem realiza as atividades domésticas?

- Somente a Mulher Mulher e Homem Somente o Homem

12) Quem realiza as atividades da propriedade voltadas para produção?

- Somente a Mulher Mulher e Homem Somente o Homem Não se aplica

13) Quem realiza as atividades da propriedade voltadas para gestão?

- Somente a Mulher Mulher e Homem Somente o Homem Não se aplica

14) Sobre a gestão da propriedade, é realizado algum registro referente a comercialização, produção ou controle da propriedade?

- Sim, manual Sim, digital Não Não se aplica

15) Qual sua renda mensal?

- Até 1 salário mínimo Entre 2 e 3 salários mínimos Até 5 salários mínimos
 Mais de 5 salários mínimos

APÊNDICE B - Registro fotográfico da pesquisa



APÊNDICE C – Estrutura para entrevistas aprofundadas.

ROTEIRO

- 1) Como ocorre a gestão econômica e financeira na propriedade rural?
- 2) Quais controles econômicos e financeiros são utilizados?
- 3) Quais dificuldades e facilidades na prática para realizar a gestão econômica e financeira?
- 4) Você participa na gestão econômica e financeira da propriedade rural?
- 5) Como ocorre essa participação na gestão econômica e financeira?
- 6) Como acontecem as relações de gênero?
- 7) Como ocorre o processo de tomada de decisão e participação da mulher nesse processo?
- 8) Quais os sentimentos apresentados em relação a sua participação no processo de gestão econômica e financeira da propriedade rural?